Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário

Director: António Dias Lourenço

Ano 53 – Série VII – N.º 636
6 de Março de 1986
Preço: 40$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

Autarquias recusam projectos do Governo para finanças locais

- ***Associação Nacional de Municípios declara inaceitável a proposta do executivo de Cavaco Silva para as verbas do Orçamento do Estado a distribuir às autarquias***
- ***Grupo parlamentar do PCP apresenta na AR alterações com base num aumento global de 25% para todos os concelhos***
- ***«Avante!» divulga as verbas, concelho a concelho, propostas pelo Governo PSD e pelo PCP***

Págs. 5, 6 e 7/**Semana**

CARREIRAS MÉDICAS

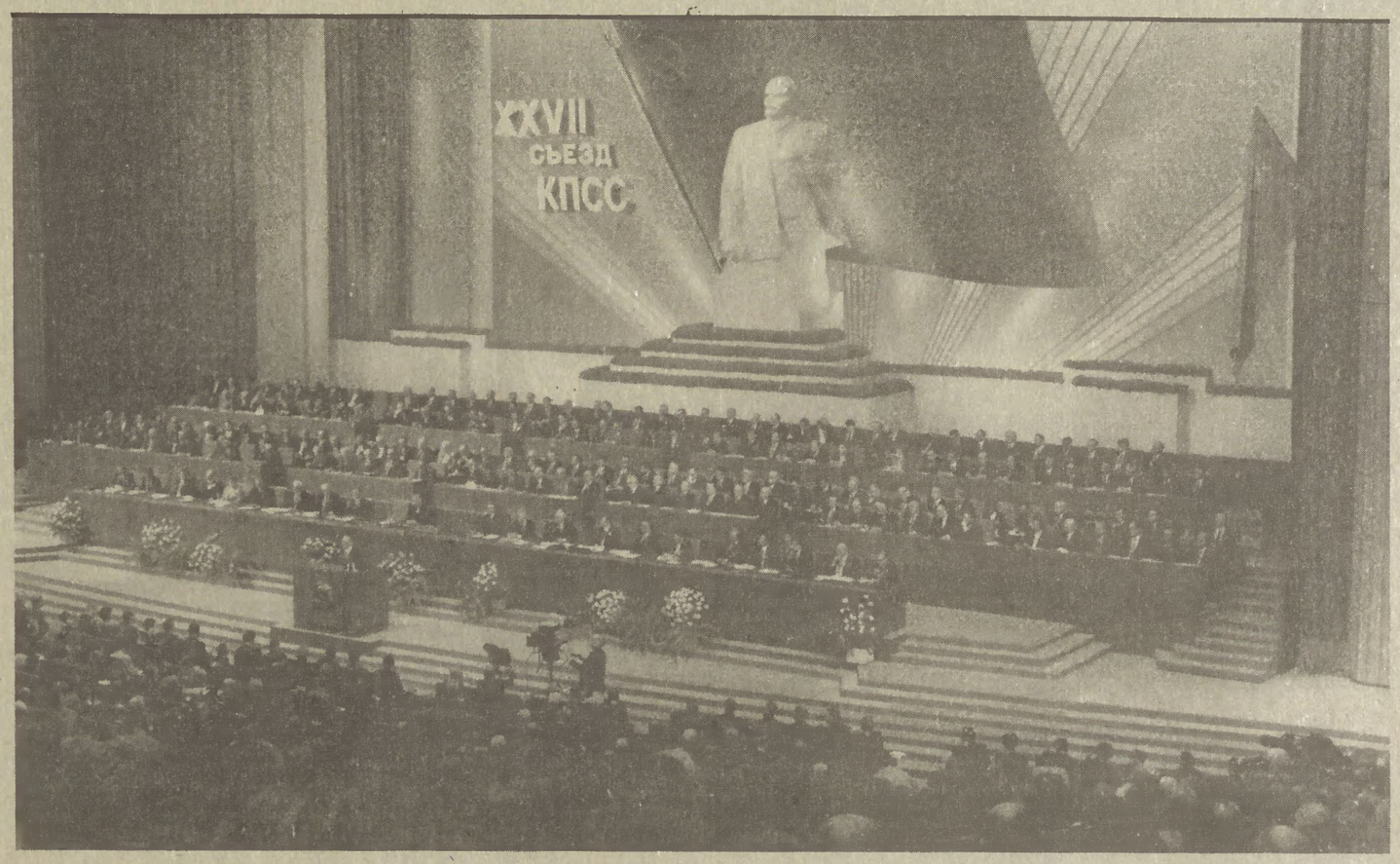
Parlamento recusa decreto governamental

Pág. 2/**Semana**

VITÓRIA NA CARRIS

Pág. 9/**Semana**

XXVII CONGRESSO DO PCUS



ACELERAR O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DA URSS

«Ao formular no plenário de Abril a estratégia de aceleração do desenvolvimento socioeconómico do País, o Comité Central do PCUS adoptou deste modo uma decisão de importância histórica, decisão que recebeu um amplo apoio do Partido e de todo o povo, e que se submete ao exame do Congresso.

«Que entendemos por aceleração? Antes de tudo, a elevação do ritmo de crescimento económico. Mas não só isso. A sua essência reside na nova qualidade do crescimento: intensificação óptima da produção na base do progresso técnico-científico, da reestruturação da economia, de formas eficientes de gestão, da organização e estímulo do trabalho.

«A via rumo à aceleração não se reduz às transformações no terreno económico. Prevê a aplicação de uma dinâmica política social e o consequente cumprimento do princípio da justiça social. A estratégia da aceleração pressupõe o aperfeiçoamento das relações sociais, a renovação das formas e métodos de trabalho das instituições políticas e ideológicas, a superação decidida da inércia, do imobilismo e do conservadorismo, de tudo o que trava o progresso social.

«O principal, o que deve assegurar-nos o êxito, é a criação viva das massas, a máxima utilização das imensas possibilidades e vantagens do sistema socialista.»

Do «Relatório Político do Comité Central do PCUS ao XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética» apresentado pelo camarada Mikhail Gorbatchov, secretário-geral do CC do PCUS.

Pags. 1, 2, 3, 4 e 5/**Em Foco:** Reportagens e documentos sobre o XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética

8 de Março

Dia Internacional da Mulher

Pág. 10/**Em Foco**
A Talhe de Foice
Agenda

1921-1986

65.º aniversário do PCP

Págs. 4, 5, 6 e 7/**Em Foco**
Agenda

Editorial

Avante!
Ano 53 – Série VII
N.º 636
6 de Março de 1986
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Defender e consolidar a vitória de 16 de Fevereiro

Os resultados eleitorais de 16 de Fevereiro que ditaram a derrota de Freitas do Amaral e dos círculos mais influentes da extrema direita fascizante criaram no País uma situação nova que reclama o exame atento e um empenhamento político consequente das forças democráticas.

O comportamento institucional agressivo do Governo Cavaco Silva/PSD e a natureza demagógica de vários actos, medidas e propostas legislativas nos planos político, económico, financeiro e social nos últimos 15 dias, indicam uma clara intenção de retomar nas novas condições o plano anti-Abril inviabilizado com a derrota de Freitas.

Certas declarações do Primeiro-Ministro e de outros destacados políticos da direita são neste sentido inequívocos.

Significa isto que a extrema direita derrotada não se conforma com a derrota e que os perigos e ameaças contra o regime democrático subsistem.

Manejando o Executivo, mesmo numa posição minoritária, Cavaco e o PSD, com a colaboração mais ou menos activa do CDS e a estranha complacência de alguns sectores democráticos, tentam claramente inverter a seu favor o sentido dos resultados eleitorais de Fevereiro.

Desenvolvendo uma subtil manobra política, friamente planeada em várias frentes, o Governo manipula e prepara-se para manipular numa escala ainda mais vasta os recursos públicos e o aparelho de Estado para atingir, logo que as condições estejam maduras para isso, os objectivos da reacção e do grande capital que não puderam ser alcançados de imediato com a derrota de Freitas.

Da natureza e do sentido dos acontecimentos e de certas declarações políticas posteriores ao 16 de Fevereiro, podem, desde já, tirár-se duas conclusões essenciais:

Primeira — a derrota de Freitas do Amaral foi determinante para a travagem do processo restauracionista da extrema direita;

Segunda — o perigo da reacção continua e é imperioso continuar o combate.

São conclusões de fácil verificação que confirmam de maneira palmar a justeza das posições políticas do PCP relativamente à 2.ª volta das eleições presidenciais e aos seus resultados e consequências.

Submetida à prova dos factos vê-se hoje como a Resolução Política do nosso XI Congresso (extraordinário), foi sem sombra de contestação, o factor determinante da derrota de Freitas do Amaral.

Foi o intenso trabalho político realizado pelos comunistas em tão curto espaço de tempo que permitiu mobilizar e fazer pesar no resultado das eleições o voto decisivo de cerca de um milhão de portugueses democratas, sem o que a derrota do candidato da extrema direita e a eleição de Mário Soares não teriam sido possíveis.

É também à luz dos factos posteriores ao 16 de Fevereiro que se deve aferir da justeza das conclusões da reunião do CC do PCP, quatro dias depois, em cuja «Resolução» é dito: «... a reacção tendo como instrumentos políticos fundamentais o PSD e o CDS, embora tendo sofrido grande derrota nas eleições presidenciais, continua dispondo de grande força, meios, recursos e influência e continua portanto a constituir um elemento de destruição e uma ameaça real para a democracia».

Nos dias que vão seguir-se seguramente serão comprovadas as justas conclusões e apreciações políticas da situação nacional produzidas por aquelas duas reuniões dos organismos máximos do PCP. Elas constituirão um poderoso instrumento de trabalho político não somente para os comunistas como para todos os democratas que com os comunistas comungam as preocupações e opiniões sobre problemas e questões fundamentais que na hora actual se colocam à democracia portuguesa.

De facto, o que se está precisando melhor nos dias actuais com os actos, as intenções, as medidas governativas e as propostas legislativas do Governo Cavaco Silva/PSD, e o que se pode prever a curto e a médio prazo, mostram de maneira liminar que, para a consolidação dos resultados das presidenciais e para que não sejam anulados, devido a incompreensões, desencontros e eventuais divisões no campo democrático, expresso na maioria que derrotou Freitas, é imperioso o debate entre os democratas, o exame da situação actual e os seus desenvolvimentos previsíveis e uma definição urgente dos moldes em que é possível a convergência e a unidade das forças democráticas numa necessária alternativa ao Governo PSD e à sua política.

Nos planos social, financeiro, económico e institucional uma grande manobra política e demagógica do Governo Cavaco/PSD está em curso.

Em cada um desses planos é indispensável a mobilização do movimento operário, popular e democrático, é vital dinamizar a acção das massas populares, é curial encontrar pontos de convergência e unidade, pondo de lado preconceitos lesivos da causa da democracia e da independência nacional, submetendo resolutamente o acessório ao fundamental.

É uma questão por demais evidente para um observador político medianamente informado que a propalada «boa imagem» do Governo Cavaco/PSD se integra numa verdadeira operação de maquilhagem desenvolvida no «marketing» político pelo aparelho de propaganda e mistificação pública do Governo e da extrema direita.

Medidas demagógicas — que as massas populares e os sectores directamente afectados devem, contudo, exigir que se tornem efectivas e não meras medidas de fachada — são diariamente trazidas aos órgãos de comunicação social de maior audiência, como a TV, para mascararem o efectivo agravamento real das condições de vida dos trabalhadores e do povo, da situação económica e financeira do País, do funcionamento e relacionamento das instituições democráticas, da defesa dos interesses nacionais à luz da integração de Portugal na CEE.

A demagogia do Governo e o seu poder de corrupção da opinião pública podem, momentaneamente, enganar portugueses mal esclarecidos e democratas que tenham da política nacional uma visão acanhada.

Porém, nos círculos responsáveis da oposição democrática só se engana quem quer ser enganado, só tergiversa com a política governante quem joga na carta errada.

É compreensivelmente no plano social e financeiro que mais se desenvolve a política demagógica de Cavaco e do seu Governo.

Na solução do escândalo dos salários em atraso — que a CGTP-IN avalia actualmente em 115 000 trabalhadores — a solução que o Governo pretende impor na AR é simplesmente encerrar as empresas que não pagam os salários e fazer inscrever na lista dos desempregados os respectivos trabalhadores, quando se sabe que só 12% dos mais de 600 000 desocupados recebem subsídios do Fundo de Desemprego.

Estatísticas claramente forjadas falam no aumento dos índices do emprego — mas o Governo prevê, sabe mas não diz que até ao fim do ano o contingente dos desempregados irá subir e que as previsíveis falências de centenas de empresas pequenas e médias (só no sector das carnes os industriais as avaliam em número de quinhentas), provocadas pela integração na CEE e pela recessão económica, vão lançar no flagelo do desemprego novas dezenas de milhares de trabalhadores.

É uma pura comédia vir mostrar na TV «iniciativas» governamentais de formação profissional de jovens quando se sabe que mais de metade dos desempregados são jovens à procura do primeiro emprego e que a falta de formação profissional — sendo uma falha real dos governos dos últimos dez anos — não é a causa primacial do desemprego juvenil.

Na aplicação fria da sua verdadeira política do trabalho o Governo quis impor, e foi derrotado na AR, a sua celebrada «lei dos despedimentos», enquanto que no domínio dos salários todo o seu esforço se concentra na tentativa de imposição de um novo «tecto salarial», não, sequer, em função da taxa real de inflação, mas da que «prevê» para o final do ano!

Os malabarismos com a carga fiscal, particularmente com a aplicação do IVA, constituem nova e grosseira mistificação da opinião pública, designadamente dos portugueses das camadas mais desfavorecidas.

Propagandistas da «banha da cobra» a soldo do Governo vêm à TV contestar o aumento real dos preços de artigos de primeira necessidade em consequência e por influência do IVA.

As novas taxas do impostos complementar e profissional escondem num melhoramento nominal e aparente os aumentos reais da carga fiscal sobre os trabalhadores.

O escândalo dos combustíveis representa um verdadeiro atentado não apenas contra a melhoria das condições de vida do povo como da própria economia nacional.

O ministro das Finanças — um tecnocrata ao serviço dos monopólios — perante a evidência do escândalo e os protestos que chovem de todos os sectores sociais afectados pelo elevado e injustificado preço dos combustíveis, veio à TV mastigar uma «promessa» de baixa dos preços «se» continuar a verificar-se a queda dos preços do «crude» e da cotação do dólar (!) quando os preços do «crude» já caíram de cerca de 30 contos o barril para menos de 14 e a cotação do dólar caiu em 6 meses de mais de 30 escudos!

A denúncia da Comissão de Trabalhadores da Petrogal ilustra ainda melhor este escândalo quando aduz, das condições e dos custos da produção dos combustíveis naquela empresa nacionalizada, a possibilidade real imediata — aliás, pela maioria dos deputados da AR, entre eles os do PCP — de uma baixa de preços.

Na mesma linha demagógica se insere a decisão do Governo de pôr em execução a contestada «Lei das Rendas» no mês de Julho, tentanto «adoçar» a pílula com o anúncio de um subsídio de 20,3% que beneficiaria 220 000 inquilinos — como se sabe apenas uma exígua percentagem da população afectada.

Não cabe nos limites deste artigo uma apreciação mais larga de questões relativas às finanças locais; às condições lesivas em que se processa a integração na CEE para a economia nacional, designadamente na nossa produção e economia agrícola, nas pescas, em sectores industriais tão importantes como o têxtil, a metalomecânica pesada, a siderurgia e outros, nas relações comerciais com a Espanha e outras.

É também impossível abordar aqui desenvolvidamente a cabala do Governo contra a oposição da maioria dos deputados da AR às iniciativas e propostas políticas e financeiras do Governo derrotadas na Assembleia e que Cavaco Silva diz não poder aceitar num claro desafio ao órgão de soberania que tem por missão fiscalizar a acção e a política do Governo.

As destruições do Sector Público e Empresarial do Estado — que se estão operando de maneira acelerada à revelia da Lei —, assim como as medidas relativas ao Serviço de Informações e de implementação da Lei de Segurança Interna, são outras tantas questões que exigem o exame e a acção imediatas das forças democráticas.

As lutas que se desenvolvem em vastos sectores da classe operária e outros como os do professorado e dos jovens médicos, são condições que favorecem e tornam urgente um necessário exame da situação nacional e das possibilidades concretas de uma acção conjunta e convergente das forças democráticas.

O convite endereçado a 7 partidos democráticos por iniciativa do CC do PCP para esse necessário exame coincidiu com iniciativas idênticas do PS e doutros partidos.

Uma necessária troca de impressões, sem preconceitos nem condições prévias, é no momento actual uma medida imposta pela defesa e consolidação da democracia e do 25 de Abril e dos resultados vitoriosos das eleições presidenciais de 16 de Fevereiro.

Em torno das comemorações do Dia Internacional da Mulher, em 8 de Março, do 1.º de Maio, que este ano coincide com o centenário do Dia Internacional dos Trabalhadores, e do 25 de Abril, é certamente possível congregar a unidade e a acção da maioria dos portugueses.

O PCP, consciente da gravidade da situação actual, certamente se empenhará com todos os outros democratas na realização destas grandes tarefas do movimento popular e democrático.

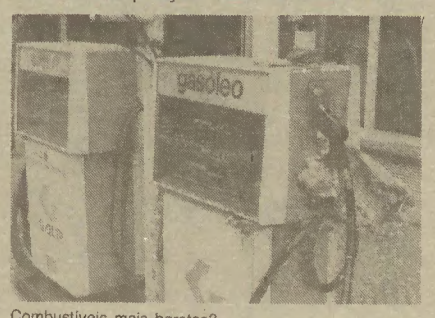
Resumo

26
Quarta-feira

A Comissão Permanente PSD critica a Assembleia da República, afirmando que este órgão de Poder está a «dificultar ao máximo, ou mesmo a impedir, a acção governativa» ■ Organizações de agricultores, industriais e comerciantes exigem que o Governo reduza imediatamente o preço dos combustíveis ■ Profissionais da comunicação comunistas apelam contra a reprivatização da Comunicação Social ■ O CDS considera «urgente» ressuscitar a «AD» ■ Os accionistas da Parry & Son responsabilizam o Governo pela situação destes estaleiros navais ■ A FESTRU (Federação dos Rodoviários) afirma que a solução do conflito da Carris está nas mãos da administração ■ O PCP insurge-se contra o aumento do preço da água em Coimbra ■ O Sindicato dos Médicos da Zona Centro considera que o decreto-lei de Leonor Beleza é o primeiro golpe no Serviço Nacional de Saúde ■ Polícias milicianos egípcios revoltam-se no Cairo contra o prolongamento do tempo de serviço ■ O novo governo filipino obtém o reconhecimento internacional.

27
Quinta-feira

O projecto-lei do PCP que propõe a baixa dos preços dos combustíveis é



Combustíveis mais baratos?

agendado para discussão na Assembleia da República ■ Contra a lei da rolha, os eleitos da Aliança Povo Unido abandonam a sessão da Assembleia Municipal de Lisboa ■ As negociações de pescas com a Espanha sobre a área fronteiriça de Vila Real de Santo António encontram-se à beira da ruptura. ■ Os bispos de Setúbal e do Funchal alertam para situações de fome e de «pobreza real» ■ O Governo e a administração da Carris recusam o diálogo com os trabalhadores ■ Delegação da CGTP-IN desloca-se a São Bento para discutir salários em atraso com a Comissão do Trabalho da Assembleia da República ■ Os técnicos paramédicos exigem a regularização de carreiras ■ Os trabalhadores da Marconi paralisam durante todo o dia ■ Segundo o sindicato do sector as empresas metalúrgicas do Porto, subsidiadas pelo Governo para manterem os postos de trabalho, despediram 865 trabalhadores ■ Ao intervir na tribuna do XXVII Congresso do PCUS, Álvaro Cunhal salienta o significado das propostas soviéticas de paz.

28
Sexta-feira

Dezenas de jovens médicos assistem na Assembleia da República ao debate sobre os pedidos de ratificação da «Lei Beleza» ■ O Conselho da Comunicação Social obriga a RTP a corrigir a manipulação da intervenção de Carlos Brito proferida na Assembleia da República após as eleições presidenciais ■ A FENPROF quer o prolongamento do prazo para concurso de professores efectivos ■ Responsáveis pelo ensino de crianças inadaptadas fazem vigília à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro ■ A Associação 25 de Abril muda-se para nova sede, na Amadora, por ter sido despejada do Forte do Bom Sucesso ■ Os trabalhadores têxteis do Porto reivindicam horário de 40 horas semanais ■ Os trabalhadores do «Jornal de Notícias» decidem em plenário lutar contra a reprivatização ■ A Assembleia Municipal de Lisboa confirma o estado de degradação a que chegou a administração da cidade ■ O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos apela à Assembleia da República para rejeitar o Orçamento para a Segurança Social, por insuficiente ■ À sua chegada a Lisboa, o secretário-geral do PCP salienta a existência de «muitas coisas novas» no XXVII Congresso do PCUS ■ A gasolina volta a descer em Espanha ■ A Arábia Saudita admite que o petróleo baixe para dez dólares o barril ■ Tropas egípcias abrem fogo sobre polícias amotinados ■ O «cruzado» é a nova moeda brasileira ■ O primeiro-ministro sueco, Olof Palme, é assassinado por desconhecido, em Estocolmo.

1
Sábado

A União dos Sindicatos do Porto solidariza-se com os trabalhadores do «Jornal de Notícias» ■ Professores do Norte estão em greve ■ Termina o Encontro Nacional de Associações e Animadores Culturais ■ Os preços agrícolas da CEE entram em vigor no nosso país ■ Jovens comunistas discutem em seminário as saídas profissionais para os estudantes universitários ■ A União dos Sindicatos de Santarém afirma que a situação social no distrito não pára de se agravar ■ Reúne-se o Congresso Extraordinário da Associação de Municípios ■ Os combustíveis aumentam na Madeira ■ É formalizada a renúncia de Soares ao cargo de secretário-geral do PS ■ Os professores comunistas exigem a repetição dos concursos ■ O Governo português declara três dias de luto nacional pela morte de Olof Palme ■ O XXVII Congresso do PCUS assinala com um minuto de silêncio a morte do estadista sueco ■ Divisões do PSOE aprofundam-se por causa do referendo sobre a NATO ■ A calma volta ao Egipto ■ A intervenção militar francesa no Tchad constitui, para a Líbia, «uma grave ameaça à paz e à segurança de África».

2
Domingo

O Congresso da Associação de Municípios aprova a reivindicação de um montante global de 81,25 milhões de contos para o Fundo de Equilíbrio Financeiro para as Autarquias Locais ■ Mais de seiscentos jovens participam na Assembleia de Debate descentralizada da JCP sobre o Ano Internacional da Paz e a luta pela paz em Portugal ■ A FESTRU acusa o Governo de dificultar a solução do conflito da Carris ■ O Movimento Ecologista Português, Partido «Os Verdes» propõe «acção de obstrução cívica» contra o projecto da instalação de uma estação de rastreio em Almodôvar ■ Sindicalismo na polícia é tema de colóquio no Porto ■ Com pelouro APU, a habitação social arranca no concelho de Sintra ■ A Associação Portuguesa de Deficientes apresenta aos grupos parlamentares caderno reivindicativo ■ Decorre, em Montemor-o-Novo, o plenário distrital de Évora sobre Acidentes e Segurança no Trabalho ■ A linha de crédito para emigrantes é suspensa pelo Governo devido ao elevado número de irregularidades detectadas ■ Jornalistas europeus discutem sobre Palestina e concluem que só uma solução negociada da questão palestiniana pode resolver o conflito no Médio Oriente ■ A polícia sueca afirma que o assassinato de Olof Palme foi um crime planeado ■ É assassinado o presidente da câmara de Nablus, na Cisjordânia ■ A Organização de Unidade Africana propõe a realização de uma conferência sobre sanções contra o *apartheid* ■ A força aérea iraquiana ataca petroleiro turco no Golfo ■ Os sindicatos brasileiros preparam greve geral a realizar no 1.º de Maio.

3
Segunda-feira

A Comissão de Trabalhadores da Petrogal reivindica a revisão da forma de cálculo dos preços dos produtos petrolíferos ■ Os trabalhadores da EPAC afirmam que o Governo desconhece a problemática desta empresa ■ Carlos Costa afirma, em Coimbra, que as forças democráticas devem aprofundar laços de unidade criados nas eleições presidenciais ■ O novo director da ONU em Lisboa entra em funções ■ O secretário de Estado das Comunicações confirma que o Governo quer dar ao capital privado uma grossa fatia do sector ■ O novo executivo (PS) da Câmara Municipal de Setúbal é acusado pela célula do PCP na Câmara de arbitrariedades e de perseguição aos trabalhadores ■ A Associação Nacional dos Industriais de Carnes afirma que o abastecimento da carne de porco está em risco de entrar em ruptura, pelo que se prevêem dificuldades no seu abastecimento à população ■ O novo primeiro-ministro sueco confirma fidelidade à política de Olof Palme ■ A polícia sul-africana assassina 7 pessoas ■ Nas Filipinas, 20 pessoas morrem em atentados ■ O PASOK expulsa ex-ministro da Economia grego.

4
Terça-feira

Na Assembleia da República, o grupo parlamentar do PSD impugna o projecto-lei do PCP que propõe a redução do preço dos combustíveis. ■ O Governo aumenta as taxas de rádio e de televisão. ■ Segundo o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a lei do aumento das rendas habitacionais poderá entrar plenamente em vigor em Julho. ■ O Sindicato dos Médicos da Zona Sul demarca-se da greve proposta pela Ordem para os próximos dias porque «mais não visa do que defender interesses por ora escondidos». ■ A greve do pessoal dos postos fixos da Carris é suspensa em plenário porque se criaram as «condições mínimas» para se estabelecer um acordo na empresa. A situação da frota só estará normalizada dentro de dois meses. ■ Os países do Golfo advertem o Irão que responderão se a guerra que opõe este país ao Iraque alastrar para os seus territórios ■ O comando militar filipino reforça as unidades especiais de combate estacionadas junto a Manila.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Janeiro 35 130

Semana

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 636
6 de Março de 1986
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

O Governo não quer dar cavaco

Muito inquietos, os social-democratas de Cavaco, pareceram dar-se conta — só depois da derrota do candidato Freitas — que eram minoritários na Assembleia da República. E vai daí acusaram, em conferência de imprensa, o PCP e o PS de pretenderem que a AR **«interfira na área de competência do Governo».**

Que pretendia, por sua vez, com esta manobra, o partido do Governo? A este respeito, a Secção de Informação e Propaganda do PCP difundiu o seguinte comentário que transcrevemos na íntegra:

«A posição hoje tomada pela Comissão Permanente do PSD constitui uma inaceitável forma de pressão e intoxicação da opinião pública e representa igualmente uma óbvia tentativa de, através da chantagem anticomunista, intimidar partidos democráticos representados na Assembleia da República.

«O que o PSD manifestamente pretende escamotear é que iniciativas governamentais muito prejudiciais e negativas foram justamente contestadas na AR e que foram aprovados na generalidade projectos de lei que visam reforçar as garantias de isenção e independência da comunicação social do Estado, como há muito é reclamado pela opinião pública e pelos profissionais do sector.

«A irritada reacção do PSD apenas vem mostrar que o partido do governo concebe a Assembleia da República, não como um órgão de soberania dotado de vontade própria, mas como uma mera caixa de ressonância dos interesses e objectivos governamentais.

«Uma tal concepção levaria à completa governamentalização de vida democrática do País, provocando gravíssimos entorses no funcionamento das instituições democráticas», conclui o comentário da SIP publicado na passada semana.

Mal habituados

O certo é que o PSD tem estado mal habituado. Não está no Governo pela primeira vez mas é a primeira que lá está sozinho e se confronta — confronta as suas medidas — com uma maioria que lhe não é afecta e que, hoje, tem convergido em torno de algumas propostas que contrariam as vontades pouco democráticas dos cavaquistas e da sua muleta CDS.

Eriçam-se, pois, os cabelos de Cavaco e dos seus permanentes. Amândio Azevedo acusou o PS e o PCP de estarem **«a dificultar ao máximo ou mesmo a impedir a acção governativa».** Marcelo Rebelo de Sousa, por seu lado, acusa os partidos da oposição de «guerrilha» parlamentar, insinuando que estes deixam o Governo governar... **«desde que não governe»...**

A questão, porém, é: governa o Governo bem? Se algumas vozes deixam entender que sim, a maioria ergue-se a dizer que não. Na Assembleia, pondo em causa algumas medidas — ou a sua ausência — do executivo de Cavaco. Da Comunicação Social aos preços da gasolina, passando pelas carreiras médicas...

Mas não é apenas a nível parlamentar que o Governo depara com oposição às suas medidas. O conflito que gera estende-se a praticamente todos os campos da vida nacional e — curiosamente — não são apenas os comunistas, ou os partidos da oposição, a dar luta. A recente unanimidade verificada na Associação de Municípios, reunida em Congresso, em torno da reclamação de uma verba de 81,25 milhões de contos para o Fundo de Equilíbrio Financeiro, diz muito do isolamento do Governo de Cavaco.

De tudo isto se fala — se escreve — neste número do «Avante!» que, como é natural, sublinha a batalha dos comunistas, lado a lado com outras forças democráticas, contra a política do Governo PSD. Uma política que **«não só não resolverá como agravará os problemas nacionais»**, como sublinha a última Resolução do CC do PCP.

A posição dos comunistas em relação à Assembleia da República é, aliás, bem clara, e retomada nessa Resolução, onde se fala, para além da procura da cooperação com os outros partidos democráticos, da actuação do PCP no **«exercício das competências legislativas e de fiscalização»** daquele órgão de soberania e da oposição dos comunistas que tudo farão para que sejam rejeitadas numerosas propostas do Governo. O Governo e o PSD não têm, pois, que admirar-se....

O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista

edições Avante!

Documentos para a história do Partido Comunista Português

à VENDA

a Talhe de FOICE

Um dia da mulher? Um dia?!

Datas festivas há-as para todos os gostos e todas as ocasiões. Umas prenhes de significado e outras sem significado nenhum; algumas que nos enchem as medidas, outras que não nos dizem nada e outras ainda que sabem a pouco.

Tudo depende, afinal, do que essas datas trazem atrás de si e do futuro que apontam, ou não. Tudo depende, afinal, se essas datas se transformaram ou não num pró-forma socialmente instituído para, a propósito de problemas pendentes que se sabem importantes, dar início a novo ciclo de sempre eterno adiamento.

Como certas festas e rituais pontualmente cumpridos, em que se desvirtualiza o significado inicial para, numa liberdade aparente, permitir o tubo de escape que melhor garanta o controlo durante o resto do ano.

Para alguns sectores, é isso o 8 de Março. Com uma complacência mal disfarçada, concede-se às mulheres algum tempo de antena na rádio e na televisão, os jornais solicitam artigos mais ou menos no feminino, levanta-se (pouco) a cortina sobre a situação da mulher, praticam-se uns gestos mais ou menos delicadinhos e considera-se encerrada a função.

Mas seria mau escamotear a responsabilidade que cabe aos que, combatendo embora aquelas encenações de ribalta, ficam na sua acção aquém do que tão importante questão exige.

Talvez seja por isso que o 8 de Março é daquelas datas que me sabem a pouco...

Porque acredito firmemente que não faz sentido comemorar nada que não faça parte intrínseca da vida de todos os dias, da luta por opções conscientemente tomadas, na busca de um futuro em que tudo se aposta e de um presente que se conquista passo a passo.

Porque sempre me revoltaram os discursos de circunstância, as palavras de boas intenções que não radicam na acção, as cerimónias onde se tecem loas para satisfazer amores próprios mais ou menos feridos, as declarações de boa-vontade logo esquecidas quando muda a data do calendário.

De certo modo, o 8 de Março é daqueles dias em que se oferecem flores, se fazem homenagens, se trocam sorrisos e se promete a lua. Depois, enquanto as flores murcham nas jarras, a vida volta ao normal.

E as mulheres continuam a ser as mais mal pagas, as primeiras a ser despedidas, as únicas a arcar com a responsabilidade da casa e dos filhos, a sofrer os efeitos de uma educação arcaica que lhe coloca como expoente máximo de vida um bom casamento, com direito a serem lembradas quando há eleições e uma vez por ano quando chega Março.

Um dia da mulher? Não obrigado. Porque julgo que as mulheres, como os homens, têm o direito de reivindicar todos os dias como seus, como afinal o fizeram essas mulheres que num tempo distante pagaram com a vida o direito à igualdade, numa luta que não começou nem terminou numa data marcada.

Dia da mulher só o será efectivamente quando os homens e mulheres conquistarem, numa luta que tem de ser comum, a plena consciência de que a dignidade humana não tem sexo e que o futuro da Humanidade está nas mãos de todos.

Não que não considere importante a denúncia da discriminação, da desigualdade, da injustiça das sociedades que tratam as mulheres como cidadãos de segunda. Só que acho que um dia não basta para dar conta de uma luta de séculos e cujo fim está longe de estar próximo. Só que acho que a luta das mulheres, com todas as suas características particulares, perde dimensão quando desligada da luta comum por uma sociedade mais justa, pese embora a importância (e necessidade) de cada conquista parcelar pela libertação da mulher.

A luta pela igualdade, de direito e de facto, das mulheres, é indissociável da luta mais vasta pela construção de uma nova sociedade. Por isso a mudança a que como mulher e cidadã aspiro não é de quantidade mas de qualidade. Não é de forma mas de conteúdo.

Como de resto, creio, todas as mulheres e todos os homens que não vêem no dia da mulher mais do que um dia de luta que sendo um marco histórico só vale pelo que em si comporta de muitos dias e anos de entrega à conquista do que não poderá deixar de ser, quer queiram quer não, uma realidade — uma sociedade em que todos disfrutem dos mesmos direitos e deveres.

Em dias como estes há quem faça promessas de amor eterno. Como Vinicius, o poeta, considero mais saudável acreditar que o amor só é eterno enquanto dura. ■ **A. F.**

Assembleia da República

Carreiras médicas voltam à forma inicial

PSD usou todas as «mezinhas» para evitar a não-ratificação

Do termo **ratificação** diz qualquer dicionário que é o acto ou efeito de aprovar, confirmar. E foi precisamente isto que o Governo não conseguiu, por parte da Assembleia da República, na última sessão plenária, no respeitante ao Decreto-Lei n.º 12-A/86, que regula as carreiras médicas.

Na verdade se diga que todos os estratagemas foram utilizados pelo Grupo Parlamentar do PSD para evitar a não ratificação.

A reposição da legalidade foi «tirada a ferros» ou a *forceps* se preferirmos o termo clínico, mas a verdade é que a «criança» sobreviveu e encontra-se de boa saúde, caso não se verifique nova investida do Executivo Cavaco Silva, através da sua ministra da Saúde.

A ilegalidade era tão relevante que até o próprio CDS votou a favor da não-ratificação, o que deve deixar embaraçado o Primeiro-Ministro e a Comissão Política do PSD, desejosos de virem novamente denunciar em conferência de imprensa que a esquerda não os deixa governar, obstruindo todas as suas iniciativas... **más** (acrescentamos nós).

Mais uma vez as galerias encontravam-se repletas de estudantes de medicina e jovens médicos que, por mais de uma vez, reagiram – com exclamação de espanto ou à gargalhada – face às afirmações proferidas em plenário na defesa do novo Decreto-Lei, pela ministra Leonor Beleza.

A tuberculose aumenta

O debate iniciara-se na sexta-feira da semana passada e transitou para a sessão seguinte, terça-feira última.

Da intervenção feita no início do debate pelo deputado comunista Vidigal Amaro sobressai logo que o que estava em jogo com a nova legislação era criar as condições que permitissem pôr em prática a **retrógrada filosofia de que «quem quer saúde, paga-a»**, expressa aliás (como estas coincidências são coincidentes! – exclamaria La Palisse) por um ex-ministro da Saúde, do PSD, médico de profissão, Macedo Correia.

Salientando que apesar das vicissitudes se têm registado avanços nos últimos 12 anos a nível científico e técnico, na medicina portuguesa, Vidigal Amaro referiu, contudo, que os índices ainda nos colocam na cauda da Europa e exemplificou:

Todos sabemos quão mal vão os nossos serviços de saúde. É preocupante a estagnação de alguns e mesmo a subida de outros indicadores. O sarampo, a difteria e as gastroenterites continuam endémicas e todos os anos contribuem significativamente para a taxa de mortalidade infantil. A tuberculose aumenta.»

Agravar os problemas

Muitos outros factores apontou para a situação de ruptura e é perante esta situação – disse – que o Governo publica o Decreto-Lei em referência, que desfere um rude golpe nas carreiras médicas. **Tal diploma** – acrescentou – **não vindo resolver nenhum dos reais problemas com que se debatem os portugueses no campo da saúde, vem pelo contrário, isso sim, agravá-los.**

Contrariando a opinião do Governo de que existem médicos a mais no País, o deputado comunista fez notar que para o cumprimento do Serviço Nacional de Saúde na sua missão de garantir o direito à saúde de todos os portugueses, como consagra a Constituição, são necessários técnicos e, nomeadamente, médicos.

Os exemplos que deu a nível de carências são de tal modo conhecidos pela população que nem vale a pena referi-los. Apontou as soluções que são urgentes e que acabariam com o escândalo que se verifica a nível de preços de medicamentos, de transferências mais ou menos forçadas para as clínicas particulares, etc., etc.

Mas estas são as áreas e os problemas que o Governo não pretende resolver – acrescentou o deputado do PCP –. **Isso iria bulir, por um lado com os grandes interesses das multinacionais de produtos farmacêuticos e, por outro, colidir com os interesses económicos daqueles que fazem da saúde dos portugueses um chorudo negócio.**

Numa intervenção posterior, Vidigal Amaro, rebatendo o discurso da ministra da Saúde quando esta afirmou que o diploma em causa «não tira nada a ninguém», interrogou:

Então retirar o vínculo provisório à Função Pública, que desde 1971 era um direito dos internos do internato geral, que lhes garantia um vencimento e não um «subsídio», que lhes concedia subsídio de férias e 13.º mês, que os equiparava nos regimes de faltas à Função Pública, que lhes garantia que esse tempo de trabalho contava para efeitos de diuturnidades e de reforma, não é tirar direitos adquiridos?

Recordou também que a titular da pasta nem uma palavra disse sobre medicamentos. **E é bom lembrar** – acrescentou – **que a verba paga só pelo SNS às farmácias para medicamentos foi em 1985 superior a 22,5 milhões de contos e para este ano estão orçamentados mais de 26 milhões de contos.**

O debate encerrou-se com a derrota do Governo. Nas galerias e nas bancadas do hemiciclo, com excepção da bancada do PSD, a alegria era visível por este desfecho. Tudo acaba bem, mesmo quando começa mal. O anterior Decreto-Lei n.º 310/82 continua em vigor.

Da cristalaria que não se viabilizou
... à região de Coimbra sem falta de problemas

Na sessão de terça-feira última, a Assembleia da República respeitou um minuto de silêncio de homenagem ao primeiro-ministro sueco assassinado, Olof Palme. Todas as bancadas fizeram declarações de voto condenando o acto terrorista, intervindo pelo Grupo Parlamentar do PCP a deputada Zita Seabra.

No período de antes da Ordem do Dia registaram-se diversas intervenções políticas. Por parte da bancada comunista falaram, respectivamente, os deputados Joaquim Gomes e João Abrantes.

O primeiro focou a situação da indústria da cristalaria na Marinha Grande, recordando o acordo homologado, em Janeiro de 1985, pelo Governo, para viabilizar as respectivas empresas.

Contudo, precisamente porque os apoios financeiros foram escassos e porque não se modernizou como devia, de novo milhares de postos de trabalho estão hoje ameaçados.

Focando o caso concreto da Ivima, que com 1080 trabalhadores é a maior empresa do ramo, no País e que depois da M. Pereira Roldão ter estado recentemente à beira do encerramento, a Ivima se encontra numa situação crítica, o deputado Joaquim Gomes informou o plenário que em 12 de Fevereiro mais de 300 trabalhadores desta empresa deslocaram-se ao Ministério da Indústria, em Lisboa, numa tentativa de discutir e renegociar o contrato de viabilização.

Destacando o que representa a não viabilização do sector, Joaquim Gomes recordou que cinco empresas do ramo da cristalaria têm em carteira encomendas para o mercado externo no montante de cerca de dois milhões de contos.

Sobre o distrito de Coimbra falou, depois, o deputado do PCP, João Abrantes, pelo flagrante de **como se gerem e aproveitam mal as potencialidades existentes em cada uma das regiões.**

Distrito **castigado pelo flagelo dos fogos florestais**, na maior parte dos casos por origem criminosa, **as madeiras queimadas não são recolhidas, a rearborização não se faz.**

Denunciando a situação, diria que face aos meios insuficientes que o Governo accionou na recolha de salvados, **os produtores florestais vêem-se obrigados a entregar aos intermediários, por qualquer preço, a sua produção.** As medidas de recolha propagandeadas pelo Governo não passaram de palavras.

Eles fazem tudo para não baixar o preço dos combustíveis

O preço dos combustíveis é, neste momento, o engulho do Governo Cavaco Silva. Que não deve baixar, pretende este; que não deve manter o preço actual, defende a oposição parlamentar e a generalidade do povo português.

Na AR, o PS e o PCP apresentaram projectos de lei que visam o reajustamento do preço dos combustíveis face à queda do preço de custo e à desvalorização acentuada do dólar.

O PCP requereu o pedido de urgência para o seu projecto de lei, mas o partido do Governo (o PSD) impugnou tal decisão.

É uma tentativa de prolongar a «exploração» da jazida de petróleo português por parte do Governo. Hoje mesmo, na AR, o pedido de impugnação vai ser discutido e certamente derrotado. Pode ser que, ainda hoje, o pedido de urgência seja presente a plenário e aprovado.

O Governo teme que o projecto de lei vá para a frente e comece a vigorar em 28 de Março, como o diploma estipula. Isso significará que por cada litro de gasolina, de gasóleo ou de fuel o Governo irá receber menos para um Fundo de Abastecimento que ninguém controla.

Mas significará também que a nível de preços e de competitividade das empresas muitas coisas se alterarão para melhor, ou seja, pagar menos e comprar mais.

E o povo português, os empresários interrogam-se: «Andámos os últimos anos a apertar o cinto para não aproveitarmos agora de uma baixa de preço que favorece todo o mundo?».

O Governo vai ter de ceder, pois os combustíveis estão a baixar de preço, desde Espanha até Macau.

Assembleia da República

Acesso à televisão privada

O PRD pede desculpa pela interrupção o debate continua daqui a 20 dias

Na mira de abrir à iniciativa privada a televisão («que financiamentos mais altos se alevantam») o Governo Cavaco Silva utilizou um estratagema, na esperança de que resultasse. E na quinta-feira passada o assunto foi debatido pelo Parlamento. Vejamos o que lá se passou.

«A Proposta de Lei n.º 5/IV (apresentada pelo Governo) **pretende abrir nesta Assembleia o debate sobre quem e por que meio pode ter acesso à actividade de televisão. O Governo propõe que seja facultado à Igreja Católica no regime de concessão o exercício dessa actividade** — assim se expressou, na sua intervenção, o ministro-adjunto para os Assuntos Parlamentares, Fernando Nogueira.

Estava lançado o debate que iria durar algumas horas e terminaria com a aprovação de um requerimento subscrito pelo PRD, pedindo que a referida Proposta de Lei baixasse a uma Comissão Eventual, a criar num prazo de vinte dias, para nova apreciação. Votaram a favor o PSD, PRD e CDS, manifestaram-se contra o PS, PCP, MDP e os deputados independentes Lopes Cardoso e Maria Santos (Os Verdes), com a abstenção do deputado do CDS, Borges de Carvalho.

Se na realidade tudo indicava, no início, que a Proposta do Governo iria ser rejeitada pela maioria — não por se atribuir um canal de televisão à Igreja Católica, mas em virtude da inconstitucionalidade que o texto consagrava — quando foi dado a conhecer o parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, já os dados estavam alterados face à posição que o PRD tomava.

E lá se dizia: **«O PRD entende que, só por si, e em abstracto, a abertura à iniciativa privada da utilização dos meios e serviços de televisão não é inconstitucional (...).»** Outras considerações eram expostas de teor igual ou semelhante. Se reduzíssemos a posição do PRD a um semáforo este partido preparava-se para abrir a luz verde ou, pelo menos, não pretendia que o vermelho se acendesse.

Não é uma questão religiosa

Mas passemos ao debate. Interpelando o ministro, o deputado do PCP, Jorge Lemos, diria, depois de recordar que este, na sua intervenção, ignorou uma coisa essencial que é a Constituição da República:

«O Governo terá todo o direito, o PSD terá todo o direito de pensar o que pensar sobre a televisão, mas terá que aguardar pela revisão constitucional para propor as necessárias alterações de modo a que, eventualmente, se venha a considerar o problema que o Governo agora pretende colocar».

Uma outra questão colocou ainda Jorge Lemos e de capital importância: **«É grave que um Governo da República tente utilizar e introduzir, num debate político, numa Câmara que se quer séria, o nome de uma instituição como a Igreja Católica tentando por esse modo abrir e criar clivagens fictícias entre portugueses, criar uma suposta guerra ou questão religiosa que não existe...»**

Prosseguiu Jorge Lemos:

«O objectivo que é visado com esta vossa iniciativa é, tão só e simplesmente, dar resposta aos grandes interesses económicos que se vêm movendo no sentido da abertura da televisão ao sector privado. São aliás conhecidas — acrescentou — **as ligações de elementos dirigentes do partido que apoia o actual Governo a interesses económicos fortíssimos para a exploração privada da televisão em Portugal».**

Para que ficasse bem claro o que se estava a passar, o deputado comunista referiu ainda: **«E o senhor ministro, enquanto dirigente do PSD não se pode furtar a responder, neste debate, a essas questões, como sejam: os elementos que estão por trás da chamada TVN (Televisão do Norte), os dirigentes do PSD que se integram nesse projecto e a proposta que o Governo aqui apresenta? São factos que têm que ficar extremamente claros perante a opinião pública».**

Uma divisão que recusamos em absoluto

Por seu turno, o deputado do PCP José Magalhães abordou igualmente a questão religiosa que para aquele local se pretendia trazer:

«É inquestionável que o Governo procurou apresentar esta proposta num momento em que receava ou desejava, pelo menos, uma impugnação por parte do Grupo Parlamentar do PCP. Isto para precipitar um debate que cavasse uma suposta questão religiosa e que colocasse, falsamente, de um lado os que votam a favor da proposta e estão com a Igreja Católica e de outro os que votam contra a proposta — e portanto, supostamente, esses não estariam com a Igreja Católica —, o que é uma divisão que recusamos em absoluto, pois consideramo-la uma instrumentalização abusiva de uma instituição que não deve ser instrumentalizada».

«Mas o Governo fez pior e era para isso que queria chamar a atenção» — salientou o deputado José Magalhães, que prosseguiu:

«O Governo sabe, em princípio, como todos nós (porque lemos) que o Programa do PS prevê uma futura — e dependente de revisão constitucional — abertura da televisão a entidades privadas e o programa do PRD prevê qualquer coisa que está, não sei porquê, a ser escamoteada neste debate. (...) Sabendo isto, o que o Governo está a fazer aqui é simplicíssimo: é uma operação de chantagem e de pressão para tentar fazer com que a Assembleia da República aprove, agora e já, antes da revisão constitucional, um regime que antecipe coisas que diversos partidos aqui sustentam, mas que podem ser feitas pela boa e devida ordem, na altura própria, se assim couber, e no quadro próprio. Antecipar isso afigura-se-nos muito ilegítimo».

Os interesses que se movem não são religiosos

Na intervenção que a meio do debate proferiu o deputado Jorge Lemos, expressando a posição do seu Grupo Parlamentar, para além de desmistificar a falsa questão religiosa que se pretendia colocar reafirmou que a sua bancada considera frontalmente inconstitucional a proposta de lei e que **«o monopólio público da televisão consagrado na Constituição constitui a garantia institucional da liberdade de expressão e informação dos cidadãos, visando evitar o controlo do poderoso meio de comunicação social que é a radiotelevisão por grandes grupos económicos e de pressão, os únicos que dispõem dos meios económicos e financeiros para tal necessários».**

E mais adiante: **«São conhecidos planos e projectos de grupos nacionais e estrangeiros que disputam entre si, publicamente, o controlo do espaço radioeléctrico português, não hesitando mesmo em recorrer a meios inconstitucionais e ilegais para alcançar tal objectivo, como recentemente sucedeu com a emissão pirata da chamada TVN, no passado mês de Novembro, em que se destacaram altas personalidades do PSD e do CDS e o director político da campanha de Freitas do Amaral, Proença de Carvalho».**

Salientou, igualmente, que ao apresentar esta Proposta de Lei, **«o Governo Cavaco Silva demonstrou bem quão balofos são os propagandeados conceitos de rigor, eficácia e defesa do interesse nacional».**

«Não se tece uma única consideração sobre as consequências que adviriam para a empresa pública de radiotelevisão caso se viesse a concretizar os objectivos governamentais. Nada sobre o impacto em termos de publicidade, cujas receitas para 1986 se calculam em mais de quatro milhões e 300 mil contos! Nada sobre o papel que a RTP teria de assumir face à empresa concessionária em termos de equipamento e respectivos custos, nada sobre a utilização de materiais e seu regime e nada sobre o futuro dos trabalhadores, mantendo-se igual silêncio quanto a tantos e tantos outros problemas que deveriam preocupar o Governo na gestão dos bens que a toda a sociedade pertencem.

Mas, tendo em conta a experiência da RTP, e da sua gestão, talvez se possa compreender a razão deste silêncio. São conhecidas as ligações de gestores e altos funcionários da RTP a interesses privados que usam e absusam da RTP e dos seus equipamentos em proveito próprio, desde a produção ao equipamento técnico, fruindo-os de maneira parasitária.

Têm sido estes os mesmos ou aqueles com quem directa ou indirectamente se têm associado que, contribuindo para a degradação da empresa pública através da sua má gestão, aparecem agora como paladinos da defesa da concorrência televisiva para, nas suas empresas e com os seus objectivos económicos e políticos fazer aquilo que não foram capazes de fazer na Radiotelevisão Portuguesa quando estavam à frente dos Conselhos de Gerência.

Mais: são conhecidas as ligações de membros do actual Governo com grandes grupos económicos e interesses vultosos no domínio da actividade televisiva e não seria de estranhar que a proposta de lei os reflectisse de alguma forma.

O debate não está encerrado.

Afinal os deputados não são calões?

Quando apresentou o Orçamento Suplementar o Governo Cavaco Silva veio a público dizer que a Assembleia da República não trabalhava; quando apresentou a autorização legislativa para pôr em prática os despedimentos, o Governo Cavaco Silva veio a público dizer que a Assembleia da República não trabalhava; pouco depois de apresentar o Orçamento para 1986, o Governo Cavaco Silva fez crer à opinião pública que a Assembleia da República iria protelar o debate; mais recentemente, a Comissão Política do PSD (ou seria o secretariado do respectivo Grupo Parlamentar?) viria a público, em conferência de Imprensa, dizer que a Assembleia da República visa dificultar ao máximo ou mesmo impedir a acção governativa.

Mudança de cena

Hemiciclo da Assembleia da República. As galerias estão cheias de estudantes de medicina e jovens médicos envergando batas brancas. O debate arrasta-se sobre um tema em que as discordâncias são mínimas. Aproxima-se a hora do termo dos trabalhos. José Magalhães, do PCP, pede que se prolongue a sessão por mais uma hora, de molde a iniciar-se o debate sobre as ratificações ao decreto-lei que altera as carreiras médicas. António Capucho, esquecido de uma carta anterior do ministro Fernando Nogueira manifestando a disposição do Governo em trabalhar noite e dia com a Assembleia, opõe-se.

Mudança de cena

Transcrição do Diário da Assembleia da República.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, quero apenas anunciar que vai ser entregue na Mesa um requerimento pedindo o prolongamento da sessão. E espero que, agora, o Sr. Deputado António Capucho não mais acuse a Assembleia de não querer trabalhar.

Aplausos do PCP, do PS e do PRD

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Capucho pede a palavra para que efeito?

O Sr. António Capucho (PSD): — Para exercer o direito de defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Capucho (PSD): — Sr.ª Deputada Zita Seabra, V. Ex.ª nunca ouviu da minha boca qualquer afirmação do tipo que agora acabou de proferir. Antes pelo contrário, reitero aqui a afirmação de que nunca, como agora, na presente sessão legislativa, este Parlamento foi tão diligente e célere nos seus trabalhos, sem prejuízo de, em relação a um ou outro diploma, ter havido alguma morosidade na sua discussão.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Convém explicar isso ao Sr. Primeiro-Ministro!

O orador: — Portanto, não tem cabimento a afirmação que a Sr.ª Deputada proferiu em relação à minha pessoa.

Aplausos do PSD, do CDS e de alguns Deputados do PS e do PRD

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Deputado António Capucho, quero apenas dizer-lhe que anotamos o facto de o Sr. Deputado não subscrever a conferência de imprensa que o seu partido deu esta semana e na qual isto foi exactamente afirmado.

Aplausos do PCP

A oradora: — Da mesma forma V. Ex.ª não subscreve as palavras que o Sr. Primeiro-Ministro proferiu sobre a mesma matéria.

Não cai o pano.

Depressa! a telenovela!

Situação dramática! Terminou a telenovela! Adeus Renata, Edgarzinho, Lúcia e outras personagens com quem todas as noites convivia. Agora, enquanto não chega outro folhetim (dizem que está para breve) aqui estou eu desorientado, tendo como única preocupação os problemas nacionais.

Vão ver que se não começa outra telenovela ainda vou compreender por que é que a gasolina não baixou; ou então porque aumentam os preços quando o IVA não é um imposto novo; ou ainda essa questão dos médicos.

Venha depressa outra telenovela, com enredo bem complicado, para não começar a fazer contas aos impostos profissional e complementar e verificar que apesar do Governo os ter «diminuído» eu vou pagar mais.

Rápido com o folhetim, ou vou examinar com atenção o que o Governo pretendia ao aconselhar aos trabalhadores com salário em atraso a suspensão ou a rescisão do contrato.

Não me tirem o aconchego do «écran» depois do jantar ou sou capaz — juro! — de ir perguntar o que o Governo queria quando pediu carta branca à Assembleia para legislar sobre despedimentos.

Se não me dão a telenovela até estou disposto a querer saber quanto do Orçamento foi destinado à minha autarquia e se é mais ou menos do que no ano passado.

Caso não me oiçam, ameaço ir indagar por que razão pretende o Governo dar a entender que a Assembleia da República não trabalha.

Se o folhetim não vier, tenho tantas perguntas para fazer que, se calhar, nunca mais vou ver telenovela.

Depressa! Sinto que não vou resistir muito!

Assembleia da República

AAEE vão a plenário da AR

O futuro deve ser retocado pelas gerações que o vão viver

Vai longe (?) o tempo em que as Associações de Estudantes (AAEE) eram encerradas pelo governo fascista ou então funcionavam dirigidas por comissões administrativas que o mesmo poder nomeava, sem qualquer representatividade da massa estudantil.

Com o 25 de Abril muito se alterou neste sector. Mas não o suficiente. Razão pela qual o assunto foi motivo de uma iniciativa legislativa por parte do Grupo Parlamentar do PCP, na anterior legislatura. Também nessa altura o PS, PSD e CDS tiveram iniciativas semelhantes. A dissolução da AR levou a que os diplomas que então baixaram à Comissão (do PSD e do CDS) acabassem a sua vida aí.

Mas a questão mereceu agora por parte do Grupo Parlamentar do PCP, o interesse que daí releva. E é assim que a AR vai debater hoje dois projectos de lei do PCP (88/IV, Garantia do Direito de Associação nas Escolas Secundárias, e o 89/IV, Garantia e Defesa dos Direitos das Associações de Estudantes do Ensino Médio e Superior).

No respeitante ao preâmbulo do diploma respeitante ao ensino secundário salienta-se que de dia para dia se avolumam os entraves colocados à constituição de novas associações, acentuam-se as medidas de asfixia financeira e de sonegação de instalações próprias nos estabelecimentos de ensino, agrava-se a frequência com que é impedida a realização de actos eleitorais, chegando-se ao ponto de, nalguns casos, se proibir as actividades associativas.

Porque não se coloca a questão da sua legalização, **a definição do regime jurídico das associações de estudantes do ensino secundário surge como uma garantia de liberdade, um instrumento tendente a fazer cessar uma situação que contraria as disposições constitucionais à liberdade de associação.**

Apoio e regalias

No diploma em causa são definidos os apoios a conceder pelo Estado e as regalias que as AAEE têm direito. Uma atenção muito particular é atribuída às associações de trabalhadores-estudantes.

Com efeito, fica expresso que as AAEE têm direito a participar na vida da escola, designadamente na definição da política educativa, na informação regular sobre a legislação publicada referente ao ensino secundário, ao acompanhamento da actividade dos órgãos de gestão e acção escolar e ainda à intervenção na organização das actividades circum-escolares e do desporto escolar.

Entretanto, como se refere expressamente no preâmbulo, **o projecto de lei exclui deliberadamente normas regulamentares da vida interna de cada associação,** pois **cabe aos estatutos de cada associação definir o regime que os estudantes entendam mais adequado, dentro dos princípios democráticos constantes da lei geral. Apenas se considerou necessário** – salienta-se ainda — **introduzir mecanismos de responsabilização (sem tutelas exteriores!) dos corpos gerentes das associações pela correcta administração dos bens e seu património.**

É o caso, por exemplo, do n.º 2 do art.º 12.º, onde se refere que **o não cumprimento do dever legal da prestação de contas determina a inelegibilidade dos membros dos corpos gerentes por ele resonsáveis nos dois mandatos subsequentes.**

Ensino médio e superior

Por seu turno, também o projecto de lei 89/IV vem salientar que **à Assembleia da República não compete transformar em lei da República os princípios próprios que o movimento associativo (MA) criou e soube defender,** pois **nem tudo o que é lei do MA pode ser lei da República, embora possa e deva continuar a ser lei do MA.**

Por isso mesmo, o projecto do PCP desenvolve-se numa outra vertente, visto que não é de uma lei sobre organização e funcionamento que as AAEE precisam para existirem e funcionarem bem, mas de uma clara definição dos seus direitos e garantias e de instrumentos para fazerem valer esses direitos, designadamente perante o Estado e os órgãos de soberania.

Como se realça no preâmbulo do projecto de lei, **à Assembleia da República compete reconhecer o importante papel que as AAEE desempenham na promoção de acções pedagógicas, científicas, culturais, sociais e desportivas dos estudantes, assegurando-lhes, através da lei, as necessárias condições para a sua concretização.**

Convém não esquecer o papel importante que desempenharam no passado e que não podem perder no presente, para se transformarem em burocráticas organizações que asseguram a edição de folhas e outros serviços.

No passado, apesar da repressão a que foram sujeitas, as AAEE souberam defender — quantas vezes à custa de grandes sacrifícios — o seu direito à existência e intervenção, desempenhando um papel de destaque na luta do povo português contra a ditadura e pelas liberdades democráticas.

E como refere o preâmbulo do projecto de lei:

Cabe realçar o empenho e a determinação com que os estudantes souberam criar, manter e desenvolver princípios básicos do movimento associativo, que o defendiam dos seus inimigos e asseguravam a participação massiva e unitária da generalidade dos estudantes.

Contra as tentativas de ingerência e de divisão, o movimento associativo foi capaz de impor os seus próprios princípios de democraticidade, unidade e representatividade, apartidarismo e arreligiosidade. Estes princípios estão de tal forma enraizados, exprimem de tal forma a natureza e característica do associativismo estudantil, que constituem inquestionável lei do MA, proclamada nos estatutos das associações e garantida pelos meios nestes previstos.

O que prevê o projecto

O projecto do PCP prevê que o direito de expressão não se esgote na vida interna das escolas, sendo concedido às AAEE direito de antena na rádio e na televisão, bem como apoios especiais à imprensa associativa.

Por outro lado, estabelece-se que as associações de estudantes têm direito a regalias tarifárias e isenções fiscais, bem como a receber anualmente subsídios, cujas modalidades e regime geral se procura estabelecer. O subsídio seria calculado pela multiplicação de uma fracção do salário mínimo nacional pelo número de estudantes das escolas. Como se explicita, não se fixou propositadamente a concreta fracção do salário mínimo que há-de servir de base ao cálculo, pois é uma questão que deve ser discutida amplamente — e sem perturbação de um limite à partida — pelas próprias AAEE no processo de debate público.

O debate está lançado. Que sejam proporcionadas as condições para que os estudantes participem na vida do país, com a sua alegria, determinação, espírito criativo e também a irreverência. O futuro tem de começar a ser retocado pelas gerações que o vão viver. E se estudar é importante, participar e criar não o é menos.

Apoios e regalias no ensino secundário

Artigo 10.º
(Contribuições anuais)

1 — Sem prejuízo de formas específicas de apoio por parte do Ministério da Educação ou de quaisquer outras entidades públicas, as associações de estudantes têm direito a receber anualmente 50% das contribuições dos estudantes para as actividades circum-escolares.

Artigo 11.º
(Regalias)

As associações de estudantes beneficiam das seguintes regalias:

a) Isenção de taxas de televisão e rádio;
b) Redução de 50% nas tarifas postais e telefónicas;
c) Isenção das taxas previstas na legislação sobre espectáculos e divertimentos públicos;
d) Publicação gratuita no Diário da República *das alterações dos estatutos e outros anúncios obrigatórios.*

Associações de trabalhadores-estudantes
Artigo 13.º
(Direitos das associações de trabalhadores-estudantes)

As associações constituídas com vista à defesa dos interesses gerais dos estudantes que frequentam o curso nocturno das escolas secundárias gozam de todos os direitos e regalias aplicáveis às associações de estudantes nos termos da presente lei.

Artigo 14.º
(Apoio financeiro)

1 — Às associações de trabalhadores-estudantes será atribuído anualmente o produto integral das contribuições dos estudantes nocturnos para as actividades circum-escolares.

Nacional

FEF

PCP propõe um aumento mínimo de 24,857% para todos os municípios

Na tribuna da Assembleia da República, o deputado comunista João Amaral fez as seguintes afirmações relativamente à proposta de distribuição de verbas às autarquias apresentada por Cavaco Silva e quanto à proposta de alteração apresentada pelo grupo parlamentar do PCP:

O valor global da verba do Fundo de Equilíbrio Financeiro proposto pelo Governo situa-se em escassos mais 15% do que receberam no ano anterior.

Nenhuma razão pode justificar esta opção.

O Poder Local, num país marcado por profundas carências e acentuadas assimetrias, é reconhecidamente uma trave mestra do desenvolvimento e do bem estar das populações. Ninguém nega o esforço realizado pelos eleitos locais na melhoria das condições de vida das populações, como ninguém nega a alta rendibilidade dos investimentos realizados pelas autarquias.

Os valores que anualmente têm vindo a ser inscritos no Orçamento de Estado para transferência para as autarquias têm vindo a degradar-se ano a ano.

De 5,3 para 4,3%

A percentagem do FEF em relação ao total da despesa pública orçamentada caiu de 5,3 em 1984 para 4,9 em 1985 e agora, na proposta apresentada, para 4,3. A mesma queda se verifica em relação aos valores do PIB.

Não é só neste aspecto que a proposta governamental está errada.

É que, na distribuição município a município, a proposta, se fosse aprovada, traduzir-se-ia no agravamento dos desequilíbrios regionais, já que, em geral, ela joga em desfavor dos distritos e municípios do interior.

Basta ver, por exemplo, que enquanto a variação é de 16,5% para o distrito do Porto ou de 21,5% para o distrito de Faro, ela não atinge os 15% em distritos como Castelo Branco, Santarém, Évora, Portalegre e Beja, com variações respectivamente de 14,0%, 10,2%, 9%, 8,6% e 9,0%.

A nível de municípios as distorções são significativas.

Pelo menos 62 municípios têm uma variação inferior a 10% enquanto 31 têm variações superiores a 20%, dos quais 5 variações superiores a 30%.

Num mesmo distrito, o fosso é por vezes gritante. Por exemplo, no distrito de Bragança, Mirandela tem uma variação de 5,3% e Freixo de Espada à Cinta de 31,2%. No distrito de Faro, Albufeira tem 36,4%, enquanto Alcoutim tem 5%, Castro Marim 5%, S. Brás de Alportel 9,1% e Vila do Bispo 5,4%.

Municípios há em que se estabeleceu a moda, ou do grande aumento, ou, ao contrário, do aumento reduzido.

Por exemplo: Campo Maior variou 7,9% de 84 para 85 e agora, a proposta é de 5,0%. Alcanena variou, de 84 para 85, 7,9% e agora é proposto 5%.

O mesmo para Vila Nova da Barquinha e Benavente. Há situações de variação de valores que, ou são inexplicáveis ou demonstram a completa falência dos critérios. Por exemplo, Tomar variou, de 84 para 85, 27,7% e este ano é proposto 9,1%.

Obviamente, srs. deputados, que num quadro destes é totalmente impossível fazer justiça. Pelo menos, justiça «justa».

A urgência da revisão da Lei de Finanças Locais

Essa só será possível no quadro da revisão profunda da Lei das Finanças Locais. O PCP já apresentou, logo na primeira reunião da Assembleia, um projecto de lei sobre a matéria. Apelamos aos Partidos que anunciaram ir tomar idênticas iniciativas para que as concretizem. Como os factos demonstram, trata-se de um debate **urgente**, que nenhuma razão justifica continuar a adiar-se. Mas, o facto de não existir ainda a necessária revisão da Lei das Finanças Locais não pode justificar que não se faça, ao menos a justiça possível.

Os municípios, a Associação Nacional de Municípios, reclamam uma variação do FEF de 25%, com a garantia de um mínimo de 20% para cada município.

O Governo, por tudo o que fez e disse até ao momento, não mostra qualquer disponibilidade para alterar a sua proposta e para dialogar seriamente com as autarquias locais.

Que o faça então a Assembleia da República.

Nesse sentido, anuncio que o Grupo Parlamentar do PCP apresenta hoje mesmo na Mesa da Assembleia da República uma proposta de substituição no Mapa VI, Município a Município, propondo **um aumento global de cerca de 25%**, respeitando as situações dos municípios que recebiam mais do que isso na proposta do Governo, e garantindo que nenhum município receberá menos que 24,857%.

A proposta de substituição apresentada pode implicar que todos os acréscimos em relação à proposta do Governo sejam imputados a despesa de capital. É uma solução possível, não necessária.

Estamos certos que, com sentido de justiça a Assembleia da República assumirá responsavelmente a defesa do Poder Local e a garantia mínima da sua autonomia financeira.

CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Solidariedade, consenso e unidade exigem 81,25 milhões para as autarquias

A aprovação por unanimidade e aclamação de uma proposta na qual se reclama a **transferência para as autarquias através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de uma verba de 81,25 milhões de contos** e de uma outra exigindo uma **nova lei das Finanças Locais**, constituiram duas das mais importantes decisões tomadas pelos participantes no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), iniciativa que reuniu no último fim-de-semana, em Lisboa, no Teatro Municipal de S. Luis, 433 delegados e 120 observadores em representação de 216 municípios.

Na origem deste Congresso — cujos trabalhos decorreram de forma viva e participada (embora não polémica) e onde prevaleceu um efectivo sentimento de solidariedade e de busca de consensos — encontram-se três grandes razões, a primeira das quais é sem dúvida a insatisfação e o protesto generalizado que suscitou o plano de distribuição de verbas apresentado pelo Governo na proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE).

A forma hermética e antidialogante como elabora essa proposta — marginalizando os municípios e a ANMP e provocando um generalizado desagrado — constitui, por outro lado, uma segunda razão a que se poderá juntar a firme decisão de afirmar publicamente a imprescibilidade e urgência de as autarquias e a Associação serem efectivamete auscultados em todas as matérias que digam respeito ao Poder Local.

Nova lei de finanças locais

Centrando uma boa parte da sua atenção em torno do regime das finanças locais, os delegados ao Congresso puseram em destaque a necessidade de ser urgentemente alterada a situação presente, sentimento este de tal modo vivo e generalizado que levou a que a primeira proposta aprovada por unanimidade e aclamação fosse precisamente a aprovação de uma nova lei de «finanças locais justa» que consagre três princípios, a saber: a definição de uma relação mínima entre as despesas do Estado e as verbas a transferir anualmente para as autarquias através do FEF; a não consagração de receitas; a correcção das assimetrias.

Para este estado de coisas que entendem ser da máxima urgência modificar, contribuiu decisivamente, na opinião dos participantes, o não cumprimento sistemático da anterior lei das finanças locais a que se juntou a sucessiva redução, ano após ano, da capacidade financeira (designadamente no plano dos investimentos) das autarquias, diminuição que resulta dessa generalizada não aplicação e do facto de muitos municípios conheceram anualmente aumentos de transferências do Estado inferiores à taxa de inflação.

Por outro lado, conforme nos afirmou José Veríssimo, presidente da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, há ainda a considerar o facto de a actual lei das finanças locais ter instituído «um sistema de indicadores que na prática apresenta resultados aberrantes e incompreensíveis que vieram agravar ainda mais as assimetrias».

Sugar as autarquias

No que diz respeito ao futuro imediato, o Congresso decidiu que era urgente pôr cobro à espiral das reduções sucessivas de verbas destinadas ao Poder Local, reduções essas que sugam de ano para ano a capacidade das autarquias.

Nesse sentido foi aprovada por unanimidade e aclamação uma proposta — não é de mais realçar esta convergência democrática em defesa dos interesses do Poder Local, quebrando egoísmos pessoais e partidários — que resultou da fusão de duas e que teve em conta o teor de outras seis propostas (que por esse motivo foram retiradas pelos seus autores) na qual se reclama um volume de transferência de verbas para as autarquias através do FEF da ordem dos **81,25 milhões de contos**, valor que corresponde a um aumento de **25 por cento** relativamente ao volume de transferências do ano anterior. De registar ainda que o Congresso exigiu que seja garantido aos municípios um aumento mínimo de 10 por cento relativamente a 1985, medida esta que, a ir por diante, impedirá desde já flagrantes injustiças contidas na proposta do Executivo como seja, por exemplo, a atribuição em média de apenas cerca de 7,5 por cento aos municípios alentejanos de maioria APU (recorde-se que a proposta do Governo pretendia distribuir apenas 74 milhões e 750 mil contos e garantir um mínimo de aumento a cada município de apenas cinco por cento).

Importa ainda sublinhar, a propósito deste valor mínimo a atribuir às autarquias, que os eleitos da APU presentes no Congresso propuseram que esse valor fosse de 20 por cento — aliás de acordo com uma proposta do Conselho Geral da Associação anteriormente aprovada por unanimidade — posição esta que não recolheu consenso por intransigência de alguns eleitos da área governamental, pese embora o reconhecimento geral expresso aliás por muitos dos oradores de que a posição mais justa seria efectivamate a da atribuição de um mínimo de 20 por cento tendo em conta que a inflação em 1985 atingiu uma taxa dessa grandeza.

Aperfeiçoar a solidariedade

Os delegados ao Congresso, para além destas matérias que só por si justificaram a sua realização, apreciaram ainda outros pontos relativos aos **estatutos da Associação**, tendo nomeadamente aprovado por unanimidade a introdução de uma alteração que consagra o direito de participação nos congressos da ANMP dos municípios que se tenham tornado associados há mais de dois meses, corrigindo assim a versão anterior que previa um prazo de seis meses.

O futuro da Associação depende da sua vontade e capacidade de ser verdadeiramente representativa de todos os municípios portugueses mas depende também — como fizeram questão de sublinhar alguns eleitos APU no decorrer dos trabalhos — do aperfeiçoamento da solidariedade entre os municípios no sentido da defesa de uma progressiva correcção das assimetrias e da criação de efectivas condições que possibilitem a participação de quaisquer municípios portugueses, independentemente das maiorias políticas que os administrem, em todos os órgãos da Associação, incluindo o Conselho Directivo.

Quatro recomendações

Para além das duas propostas aprovadas por unanimidade a que já fizemos referência nesta página, os participantes no Congresso aprovaram ainda quatro recomendações dirigidas ao Governo relativas a outras tantas questões, a saber: **taxa de pescado, imposto de turismo, bombeiros**, e **imposto de mais-valia.**

Na primeira recomendação o Congresso solicita que o Governo regulamente no prazo de 30 dias a receita municipal relativa à **taxa do pescado** e assegure a sua transferência para os respectivos municípios.

Relativamente ao **imposto de turismo**, exige-se que 37,5 por cento das receitas do IVA provenientes da tributação das actividades turísticas seja entregue às câmaras municipais respectivas e que cada município receba em 1986 um mínimo de aumento de 20 por cento relativamente à sua receita do imposto de turismo em 1985.

Quanto aos **bombeiros**, reclamam os congressistas que a Assembleia da República aprove ainda no debate para o OGE de 1986 as medidas correctivas necessárias no que concerne ao programa do PIDDAC relativo à construção ou reparação de quartéis de bombeiros.

Por último, recomenda-se que o Governo preste informações sobre o pagamento do **impsoto de mais-valia** que a maioria dos municípios não está a receber.

Nacional

Cavaco Silva contra as Câmaras Municipais

O Governo quer atribuir às autarquias em 1986 verbas menores do que em 1985

A questão das verbas para as autarquias locais a distribuir através do Orçamento do Estado (o chamado F.E.F., Fundo de Equilíbrio Financeiro) está a transformar-se — e justamente, aliás — num grave factor de contestação do governo minoritário de Cavaco Silva. Independentemente da sua filiação política, a totalidade dos executivos camarários (incluindo os do próprio PSD!) tem-se manifestado contra os inacreditáveis critérios utilizados e o próprio montante global atribuído.

A reunião da Associação de Municípios realizada no passado fim-de-semana em Lisboa, e a que fazemos referência na página anterior, foi concludente a este respeito e os números divulgados nesta edição do «Avante!» falam por si próprios.

Verifica-se, por um lado, que o governo se limita a aumentar o montante global em cerca de 15% relativamente às verbas atribuídas em 1985, o que não necessita de quaisquer complexas análises económicas para, devido à inflação, se revelar um efectivo corte. Por outro lado, os referidos 15% são inteiramente fictícios, uma vez que os aumentos oscilam entre 5% para alguns municípios e mais 30% para outros, sem se discernir qual o critério utilizado, não sendo porém difícil encontrar escandalosos clientelismos, favoritismos ombreando com claras intenções de sabotar o trabalho autárquico em zonas da maioria APU.

Na passada semana, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República uma proposta de emenda a esta distribuição de verbas, respeitando o que a reunião da Associação de Municípios viria a comprovar ser a vontade unânime dos executivos autárquicos: a fixação de um aumento global da ordem dos 25%.

A intervenção do deputado comunista João Amaral que anunciou esta medida do PCP dá conta de algumas das inaceitáveis distorções da proposta governamental e fundamenta as necessárias alterações.

Municípios	Verbas do FEF em 1985	Proposta do Gov. p/1986	% aumt.	Proposta do PCP	% aumento
Aveiro					
Águeda	309 973 000$	354 075 000$	+14%	387 023 000$	+24,857%
Albergaria-a-Velha	157 314 000$	179 787 000$	+14%	196 417 500$	+24,857%
Anadia	240 121 000$	279 730 000$	+16%	299 807 900$	+24,857%
Arouca	181 848 000$	213 222 000$	+17%	227 050 000$	+24,857%
Aveiro	390 101 000$	441 426 000$	+13%	487 068 400$	+24,857%
C. Paiva	118 303 000$	141 217 000$	+19%	147 709 600$	+24,857%
Espinho	222 814 000$	255 176 000$	+15%	278 198 900$	+24,857%
Estarreja	204 269 000$	234 819 000$	+15%	255 069 100$	+24,857%
Feira	507 284 000$	580 902 000$	+15%	633 379 600$	+24,857%
Ílhavo	213 341 000$	240 419 000$	+13%	266 371 200$	+24,857%
Mealhada	158 840 000$	182 027 000$	+15%	198 322 900$	+24,857%
Murtosa	142 147 000$	177 081 000$	+25%	177 480 500$	+24,857%
O. Azemeis	319 970 000$	366 992 000$	+15%	399 504 900$	+24,857%
O. Bairro	134 922 000$	159 167 000$	+18%	168 459 600$	+24,857%
Ovar	260 951 000$	299 563 000$	+15%	325 815 600$	+24,857%
S.J.Madeira	286 159 000$	300 466 000$	+05%	357 289 500$	+24,857%
Sever Vouga	125 841 000$	144 142 000$	+15%	157 121 300$	+24,857%
Vagos	160 979 000$	201 235 000$	+25%	201 235 000$	+25,000%
Vale Cambra	195 803 000$	228 363 000$	+17%	244 473 800$	+24,857%
Beja					
Aljustrel	134 263 000$	147 185 000$	+10%	167 636 800$	+24,857%
Almodovar	171 166 000$	193 623 000$	+13%	213 712 700$	+24,857%
Alvito	67 730 000$	75 114 000$	+13%	84 565 600$	+24,857%
Barrancos	87 724 000$	92 110 000$	+05%	109 529 600$	+24,857%
Beja	335 851 000$	362 166 000$	+08%	419 333 500$	+24,857%
C. Verde	157 137 000$	168 172 000$	+07%	196 196 500$	+24,857%
Cuba	68 535 000$	74 819 000$	+09%	85 570 700$	+24,857%
Ferreira A.	142 825 000$	157 385 000$	+10%	178 327 000$	+24,857%
Mértola	223 394 000$	234 563 000$	+05%	278 923 000$	+24,857%
Moura	223 546 000$	234 723 000$	+05%	279 112 800$	+24,857%
Odemira	347 964 000$	398 876 000$	+15%	434 457 400$	+24,857%
Ourique	144 268 000$	164 707 000$	+14%	180 128 700$	+24,857%
Serpa	230 767 000$	244 984 000$	+06%	288 128 800$	+24,857%
Vidigueira	104 489 000$	110 504 000$	+06%	130 461 800$	+24,857%
Braga					
Amares	128 818 000$	161 303 000$	+25%	161 303 000$	+25,000%
Barcelos	533 376 000$	624 041 000$	+17%	665 957 300$	+24,857%
Braga	554 627 000$	657 359 000$	+19%	692 490 600$	+24,857%
Cab. Basto	144 373 000$	173 544 000$	+20%	180 259 800$	+24,857%
Cel. Basto	157 870 000$	181 464 000$	+15%	197 111 700$	+24,857%
Esposende	180 295 000$	205 312 000$	+14%	225 110 900$	+24,857%
Fafe	263 023 000$	307 119 000$	+17%	328 402 600$	+24,857%
Guimarães	640 976 000$	789 088 000$	+23%	800 303 400$	+24,857%
Povoa Lanh.	158 784 000$	181 337 000$	+14%	198 252 900$	+24,857%
T. Bouro	125 606 000$	157 164 000$	+25%	157 164 000$	+25,000%
Vieira M.	147 643 000$	171 567 000$	+16%	184 342 600$	+24,857%
V.N.Famalic.	522 688 000$	616 505 000$	+18%	652 612 600$	+24,857%
Vila Verde	268 789 000$	323 381 000$	+20%	335 601 900$	+24,857%
Bragança					
Alfândage da Fé	115 615 000$	125 843 000$	+ 9%	144 353 400$	+24,857%
Bragança	373 303 000$	437 778 000$	+17%	466 094 900$	+24,857%
C. Ansiães	131 909 000$	152 348 000$	+15%	164 697 600$	+24,857%
F. Esp. Cinta	87 260 000$	114 571 000$	+31%	114 571 000$	+31,000%
Mac. Caval.	237 511 000$	277 147 000$	+17%	296 549 100$	+24,857%
Mir. Douro	155 354 000$	175 375 000$	+13%	193 970 300$	+24,857%
Mirandela	258 088 000$	271 853 000$	+05%	322 240 900$	+24,857%
Mogadouro	214 046 000$	255 473 000$	+19%	267 251 400$	+24,857%
T. Moncorvo	174 632 000$	204 223 000$	+17%	218 040 300$	+24,857%
Vila Flor	123 951 000$	137 512 000$	+11%	154 761 500$	+24,857%
Vimioso	137 537 000$	167 121 000$	+21%	171 769 500$	+24,857%
Vinhais	206 575 000$	248 125 000$	+20%	257 923 300$	+24,857%
Castelo Branco					
Belmonte	95 641 000$	103 252 000$	+ 8%	119 414 500$	+24,857%
C. Branco	439 946 000$	482 361 000$	+10%	549 303 400$	+24,857%
Covilhã	366 659 000$	426 919 000$	+16%	457 799 400$	+24,857%
Fundão	294 841 000$	341 618 000$	+16%	368 129 600$	+24,857%
I.A Nova	260 463 000$	293 371 000$	+13%	325 206 200$	+24,857%
Oleiros	149 345 000$	173 373 000$	+16%	186 467 700$	+24,857%
Penamacor	137 999 000$	164 011 000$	+19%	172 301 400$	+24,857%
P.A Nova	137 020 000$	161 078 000$	+18%	171 079 100$	+24,857%
Sertã	190 407 000$	220 424 000$	+16%	237 736 500$	+24,857%
Vila de Rei	80 758 000$	93 791 000$	+16%	100 832 000$	+24,857%
V.V. Rodão	92 882 000$	102 350 000$	+10%	115 969 700$	+24,857%
Coimbra					
Arganil	158 739 000$	179 835 000$	+13%	198 196 800$	+24,857%
Cantanhede	258 778 000$	298 708 000$	+15%	323 102 400$	+24,857%
Coimbra	678 632 000$	757 840 000$	+12%	847 319 600$	+24,857%
Condeixa N.	109 973 000$	129 102 000$	+17%	137 309 000$	+24,857%
Fig. Foz	371 340 000$	409 693 000$	+10%	463 654 000$	+24,857%
Góis	96 300 000$	114 268 000$	+19%	120 237 300$	+24,857%
Lousã	131 892 000$	156 515 000$	+19%	164 676 400$	+24,857%
Mira	121 297 000$	142 821 000$	+18%	151 447 800$	+24,857%
Mir. Corvo	95 994 000$	108 464 000$	+13%	119 855 200$	+24,857%
Montemor V.	181 593 000$	201 963 000$	+11%	226 731 600$	+24,857%
Oliv. Hosp.	194 938 000$	219 223 000$	+12%	243 393 700$	+24,857%
Pamp. Serra	121 203 000$	147 269 000$	+22%	151 330 400$	+24,857%
Penacova	144 315 000$	162 315 000$	+12%	180 187 400$	+24,857%
Penela	79 950 000$	93 719 000$	+17%	99 823 200$	+24,857%
Soure	165 013 000$	190 973 000$	+16%	206 030 300$	+24,857%
Tabua	120 438 000$	136 331 000$	+13%	150 375 300$	+24,857%
V.N. Poiares	78 016 000$	92 611 000$	+19%	97 408 400$	+24,857%
Évora					
Alandroal	111 827 000$	121 760 000$	+09%	139 623 800$	+24,857%
Arraiolos	134 034 000$	144 244 000$	+08%	167 350 800$	+24,857%
Borba	87 960 000$	100 264 000$	+14%	109 824 200$	+24,857%
Estremoz	187 175 000$	202 875 000$	+08%	233 701 100$	+24,857%
Évora	407 286 000$	442 259 000$	+09%	508 525 100$	+24,857%
Montemor N.	240 608 000$	263 396 000$	+09%	300 415 900$	+24,857%
Mora	101 945 000$	109 382 000$	+07%	127 285 500$	+24,857%
Mourão	73 036 000$	79 832 000$	+09%	91 190 600$	+24,857%
Portel	125 818 000$	132 108 000$	+05%	157 092 600$	+24,857%
Redondo	101 676 000$	112 133 000$	+10%	126 949 600$	+24,857%
R. Monsaraz	135 980 000$	146 921 000$	+08%	169 780 500$	+24,857%
Vendas Nov.	127 293 000$	140 895 000$	+11%	158 934 200$	+24,857%
V. Alentejo	97 682 000$	106 449 000$	+09%	121 962 800$	+24,857%
V. Viçosa	97 216 000$	109 290 000$	+12%	121 381 000$	+24,857%
Faro					
Albufeira	339 232 000$	462 718 000$	+36%	462 718 000$	+36,000%
Alcoutim	134 630 000$	141 361 000$	+05%	168 095 000$	+24,857%
Aljezur	98 544 000$	113 762 000$	+15%	123 039 100$	+24,857%
Castro M.	141 196 000$	148 255 000$	+05%	176 293 100$	+24,857%
Faro	313 780 000$	355 253 000$	+13%	391 776 300$	+24,857%
Lagoa	172 555 000$	235 209 000$	+36%	235 209 000$	+36,000%
Lagos	235 808 000$	277 459 000$	+18%	294 422 800$	+24,857%
Loulé	400 940 000$	502 831 000$	+25%	502 831 000$	+25,000%
Monchique	119 063 000$	155 862 000$	+31%	155 862 000$	+31,000%
Olhão	192 582 000$	229 228 000$	+19%	240 452 100$	+24,857%
Portimão	314 262 000$	395 431 000$	+26%	395 431 000$	+26,000%
S. Bras Alp.	113 207 000$	123 540 000$	+09%	141 346 900$	+24,857%
Silves	262 440 000$	308 821 000$	+18%	327 674 700$	+24,857%
Tavira	239 219 000$	292 617 000$	+22%	298 681 700$	+24,857%
V. Bispo	125 950 000$	132 855 000$	+05%	157 257 400$	+24,857%
V.R.S. Anton.	186 496 000$	243 023 000$	+30%	243 023 000$	+30,000%
Guarda					
Aguiar da Beira	108 426 000$	118 705 000$	+ 9%	135 377 500$	+24,857%
Almeida	182 103 000$	211 266 000$	+16%	227 368 300$	+24,857%
Celorico B.	146 803 000$	176 483 000$	+20%	183 293 800$	+24,857%
F.C.Rodrigo	152 428 000$	173 968 000$	+14%	190 317 000$	+24,857%
F. Algoudres	107 644 000$	127 488 000$	+18%	134 401 100$	+24,857%
Gouveia	193 942 000$	222 497 000$	+15%	242 150 200$	+24,857%
Guarda	367 179 000$	422 030 000$	+15%	458 448 700$	+24,857%
Manteigas	102 319 000$	114 337 000$	+12%	127 752 400$	+24,857%
Meda	115 061 000$	137 839 000$	+20%	143 661 700$	+24,857%
Pinhel	176 076 000$	198 653 000$	+13%	219 843 200$	+24,857%
Sabugal	266 502 000$	312 782 000$	+17%	332 746 400$	+24,857%
Seia	249 831 000$	284 307 000$	+14%	311 931 500$	+24,857%
Trancoso	171 109 000$	192 990 000$	+13%	213 641 600$	+24,857%
V.N.Foz Coa	143 123 000$	162 995 000$	+14%	178 699 100$	+24,857%
Leiria					
Alcobaça	330 676 000$	380 547 000$	+15%	412 872 100$	+24,857%
Alvaiazere	109 266 000$	129 440 000$	+18%	136 426 200$	+24,857%
Ansiao	136 364 000$	155 591 000$	+14%	170 260 000$	+24,857%
Batalha	119 649 000$	132 248 000$	+11%	149 390 200$	+24,857%
Bombarral	122 776 000$	136 483 000$	+11%	153 294 400$	+24,857%
C. Rainha	303 386 000$	331 214 000$	+09%	378 798 700$	+24,857%
Cast. Pera	80 616 000$	91 624 000$	+14%	100 654 700$	+24,857%
Fig. Vinhos	122 353 000$	137 103 000$	+12%	152 766 300$	+24,857%
Leiria	523 632 000$	589 133 000$	+13%	653 791 200$	+24,857%
Mar. Grande	227 102 000$	257 778 000$	+14%	283 552 700$	+24,857%
Nazaré	150 490 000$	159 455 000$	+06%	187 897 300$	+24,857%
Obidos	105 050 000$	110 400 000$	+05%	131 162 300$	+24,857%
Ped. Grande	83 248 000$	95 276 000$	+14%	103 941 000$	+24,857%
Peniche	157 852 000$	176 805 000$	+12%	197 089 300$	+24,857%
Pombal	354 595 000$	405 163 000$	+14%	442 736 700$	+24,857%
V. Nós	182 460 000$	212 823 000$	+17%	227 814 100$	+24,857%
Portalegre					
Alter Chão	89 655 000$	97 069 000$	+08%	111 940 500$	+24,857%
Arronches	82 757 000$	89 550 000$	+08%	103 327 900$	+24,857%
Avis	129 082 000$	138 842 000$	+08%	161 167 900$	+24,857%
Campo Maior	113 552 000$	119 229 000$	+05%	141 777 600$	+24,857%
Castelo Vid.	114 696 000$	136 138 000$	+19%	143 206 000$	+24,857%
Crato	96 555 000$	102 974 000$	+07%	120 555 000$	+24,857%
Elvas	222 324 000$	236 693 000$	+06%	277 587 700$	+24,857%
Fronteira	70 614 000$	74 967 000$	+06%	88 166 500$	+24,857%
Gavião	87 663 000$	95 916 000$	+09%	109 453 400$	+24,857%
Marvão	81 541 000$	87 301 000$	+07%	101 809 600$	+24,857%
Monforte	81 995 000$	89 271 000$	+09%	102 376 500$	+24,857%
Nisa	134 879 000$	143 196 000$	+06%	168 405 900$	+24,857%
Ponte Sor	202 471 000$	219 642 000$	+08%	252 799 200$	+24,857%
Portalegre	241 748 000$	269 331 000$	+11%	301 839 300$	+24,857%
Sousel	82 351 000$	89 213 000$	+08%	102 821 000$	+24,857%
Porto					
Amarante	303 153 000$	365 566 000$	+21%	378 507 700$	+24,857%
Baiao	157 480 000$	185 167 000$	+18%	196 624 800$	+24,857%
Felgueiras	253 301 000$	315 329 000$	+24%	316 264 000$	+24,857%
Gondomar	535 144 000$	609 787 000$	+14%	668 164 700$	+24,857%
Lousada	191 788 000$	239 758 000$	+25%	239 758 000$	+25,000%
Maia	382 495 000$	439 232 000$	+15%	477 571 800$	+24,857%
M. Canavezes	244 187 000$	299 302 000$	+23%	304 884 600$	+24,857%
Matosinhos	594 119 000$	673 222 000$	+13%	741 799 200$	+24,857%
P. Ferreira	209 061 000$	245 589 000$	+17%	261 027 300$	+24,857%
Paredes	329 254 000$	388 094 000$	+18%	411 096 700$	+24,857%
Penafiel	318 557 000$	378 006 000$	+19%	397 737 000$	+24,857%
Porto	1 282 691 000$	1 510 151 000$	+18%	1 601 529 000$	+24,857%
P. Varzim	274 546 000$	314 870 000$	+15%	342 789 900$	+24,857%
Santo Tirso	467 328 000$	536 080 000$	+15%	583 491 700$	+24,857%
Valongo	270 098 000$	317 702 000$	+18%	337 236 300$	+24,857%
Vila Conde	328 768 000$	383 012 000$	+16%	410 489 900$	+24,857%
V. N. Gaia	945 996 000$	1 058 960 000$	+12%	1 181 142 000$	+24,857%
Santarém					
Abrantes	321 255 000$	358 579 000$	+12%	401 109 400$	+24,857%
Alcanena	190 399 000$	199 918 000$	+05%	237 726 500$	+24,857%
Almeirim	143 757 000$	161 095 000$	+12%	179 528 100$	+24,857%
Alpiarça	85 947 000$	95 808 000$	+11%	107 310 800$	+24,857%
Benavente	195 368 000$	205 136 000$	+05%	243 930 600$	+24,857%
Cartaxo	163 528 000$	187 694 000$	+15%	204 176 200$	+24,857%
Ghamusca	167 745 000$	183 494 000$	+09%	209 441 400$	+24,857%
Constancia	57 717 000$	64 557 000$	+12%	72 063 700$	+24,857%
Coruche	254 447 000$	273 234 000$	+07%	317 694 900$	+24,857%
Entroncamento	114 518 000$	123 626 000$	+08%	142 983 700$	+24,857%
F. Zezere	127 596 000$	134 443 000$	+05%	159 312 500$	+24,857%
Golega	76 887 000$	83 246 000$	+08%	95 998 800$	+24,857%
Mação	132 782 000$	149 646 000$	+13%	165 787 600$	+24,857%
Rio Maior	163 872 000$	182 440 000$	+11%	204 605 700$	+24,857%
S. Magos	139 835 000$	156 001 000$	+12%	174 593 800$	+24,857%
Santarém	397 880 000$	447 435 000$	+12%	496 781 000$	+24,857%
Sardoal	58 641 000$	67 396 000$	+15%	73 217 400$	+24,857%
Tomar	310 448 000$	338 818 000$	+09%	387 616 100$	+24,857%
Torres Novas	244 633 000$	278 728 000$	+14%	305 441 400$	+24,857%
V. N. Barquinha	69 282 000$	72 746 000$	+05%	86 503 400$	+24,857%
V. N. Ourém	314 404 000$	346 899 000$	+10%	392 555 400$	+24,857%
Lisboa					
Alenquer	218 550 000$	248 447 000$	+14%	272 875 000$	+24,857%
Amadora	578 808 000$	674 353 000$	+17%	722 682 300$	+24,857%
Arruda V.	95 262 000$	108 074 000$	+13%	118 941 300$	+24,857%
Azambuja	152 410 000$	165 425 000$	+09%	190 294 600$	+24,857%
Cadaval	122 746 000$	138 105 000$	+13%	153 257 000$	+24,857%
Cascais	592 546 000$	681 493 000$	+15%	739 835 200$	+24,857%
Lisboa	3 122 126 000$	3 639 211 000$	+17%	3 898 192 000$	+24,857%
Loures	963 449 000$	1 116 720 000$	+16%	1 202 933 000$	+24,857%
Lourinhã	140 136 000$	161 108 000$	+15%	174 969 600$	+24,857%
Mafra	260 026 000$	292 209 000$	+12%	324 660 700$	+24,857%
Oeiras	554 643 000$	636 646 000$	+15%	692 510 600$	+24,857%
Sintra	831 809 000$	952 503 000$	+15%	1 038 571 000$	+24,857%
Sobral M. Ag.	76 527 000$	86 229 000$	+13%	95 549 300$	+24,857%
Torres Vedras	359 260 000$	397 417 000$	+11%	448 561 300$	+24,857%
V.F.Xira	402 276 000$	468 423 000$	+16%	502 269 700$	+24,857%
Setúbal					
Alcacer Sal	250 865 000$	266 375 000$	+06%	313 222 500$	+24,857%
Alcochete	164 405 000$	172 625 000$	+05%	205 271 200$	+24,857%
Almada	570 722 000$	659 021 000$	+15%	712 586 400$	+24,857%
Barreiro	337 189 000$	393 936 000$	+17%	421 004 100$	+24,857%
Grândola	230 559 000$	271 248 000$	+18%	287 869 100$	+24,857%
Moita	219 563 000$	256 555 000$	+17%	274 139 800$	+24,857%
Montijo	223 666 000$	252 605 000$	+13%	279 262 700$	+24,857%
Palmela	271 162 000$	297 882 000$	+10%	338 564 700$	+24,857%
S. do Cacém	276 398 000$	308 479 000$	+12%	345 102 300$	+24,857%
Seixal	338 003 000$	399 037 000$	+18%	422 020 400$	+24,857%
Sesimbra	183 539 000$	201 182 000$	+10%	229 161 300$	+24,857%
Setúbal	446 894 000$	509 257 000$	+14%	557 978 400$	+24,857%
Sines	171 619 000$	180 199 000$	+05%	214 278 300$	+24,857%
Viana do Castelo					
Arcos Valv.	267 544 000$	317 795 000$	+19%	334 047 400$	+24,857%
Caminha	151 940 000$	167 977 000$	+11%	189 707 700$	+24,857%
Melgaço	135 072 000$	164 458 000$	+22%	168 646 800$	+24,857%
Monção	190 364 000$	217 430 000$	+14%	237 682 800$	+24,857%
Par. Coura	108 133 000$	128 809 000$	+19%	135 011 600$	+24,857%
P. Barca	148 893 000$	176 072 000$	+18%	185 903 300$	+24,857%
P. Lima	296 543 000$	337 665 000$	+14%	370 254 700$	+24,857%
Valença	153 735 000$	176 448 000$	+15%	191 948 900$	+24,857%
Viana Castelo	439 499 000$	508 332 000$	+16%	548 745 300$	+24,857%
V. N. Cerveira	107 309 000$	126 142 000$	+18%	133 982 800$	+24,857%
Vila Real					
Alijó	156 383 000$	181 246 000$	+16%	195 255 100$	+24,857%
Boticas	136 246 000$	168 626 000$	+24%	170 112 700$	+24,857%
Chaves	357 567 000$	408 609 000$	+14%	446 447 400$	+24,857%
Mesão Frio	66 695 000$	79 012 000$	+18%	83 273 400$	+24,857%
M. de Basto	102 424 000$	117 287 000$	+15%	127 883 500$	+24,857%
Montalegre	252 558 000$	314 681 000$	+25%	315 336 300$	+24,857%
Murça	102 131 000$	115 298 000$	+13%	127 517 700$	+24,857%
Peso da Régua	162 845 000$	188 504 000$	+16%	203 323 400$	+24,857%
Rib. Pena	102 470 000$	125 463 000$	+22%	127 941 000$	+24,857%
Sabrosa	98 846 000$	112 067 000$	+13%	123 416 200$	+24,857%
S. M. Penagião	96 030 000$	101 186 000$	+05%	119 900 200$	+24,857%
Valpaços	233 378 000$	270 317 000$	+16%	291 388 800$	+24,857%
V. P. Aguiar	188 179 000$	227 526 000$	+21%	234 954 700$	+24,857%
Vila Real	307 677 000$	344 652 000$	+12%	384 156 300$	+24,857%
Viseu					
Armamar	91 268 000$	104 934 000$	+15%	113 954 500$	+24,857%
C. do Sal	102 303 000$	119 833 000$	+17%	127 732 500$	+24,857%
C. D'Aire	184 678 000$	213 189 000$	+15%	230 583 400$	+24,857%
Cinfães	173 480 000$	205 988 000$	+19%	216 601 900$	+24,857%
Lamego	196 113 000$	229 076 000$	+17%	244 860 800$	+24,857%
Mangualde	196 064 000$	225 743 000$	+15%	244 799 600$	+24,857%
Moimenta B.	136 514 000$	149 562 000$	+10%	170 447 300$	+24,857%
Mortágua	135 171 000$	152 967 000$	+13%	168 770 500$	+24,857%
Nelas	140 822 000$	175 037 000$	+24%	175 826 100$	+24,857%
Oliv. Frades	101 429 000$	114 284 000$	+13%	126 641 200$	+24,857%
Penalva C.	110 449 000$	132 729 000$	+20%	137 903 300$	+24,857%
Penedono	88 436 000$	100 715 000$	+14%	110 418 500$	+24,857%
Resende	108 967 000$	134 253 000$	+23%	136 052 900$	+24,857%
S. Comba Dão	117 451 000$	132 655 000$	+13%	146 645 500$	+24,857%
S. J. Pesqueira	111 707 000$	131 105 000$	+17%	139 474 000$	+24,857%
S. Pedro Sul	185 054 000$	215 265 000$	+16%	231 052 900$	+24,857%
Sátão	126 891 000$	144 499 000$	+14%	158 432 300$	+24,857%
Sernancelhe	104 571 000$	119 118 000$	+14%	130 564 200$	+24,857%
Tabuaço	96 717 000$	110 117 000$	+14%	120 757 900$	+24,857%
Tarouca	88 723 000$	99 267 000$	+12%	110 776 900$	+24,857%
Tondela	258 431 000$	293 637 000$	+14%	322 569 200$	+24,857%
V. N. Paiva	102 829 000$	107 970 000$	+05%	128 389 200$	+24,857%
Viseu	477 270 000$	545 643 000$	+14%	595 905 000$	+24,857%
Vouzela	117 011 000$	137 043 000$	+17%	146 096 400$	+24,857%

Poder Local

APU reage

Lisboa, cidade luz, a ponto «Krus», bordoada...

Em conferência de Imprensa realizada no princípio da semana passada, a APU de Lisboa desmontou e denunciou, publicamente, as manobras antidemocráticas e lesivas dos interesses do maior município do País, que estão a ser levadas a cabo sob a batuta de Abecasis e com o comportamento contraditório da representação PS na CML.

Explicaram os autarcas da APU:

«Foi oficialmente divulgada a distribuição dos pelouros na Câmara Municipal de Lisboa, verificando-se que à APU — 2.ª força mais votada com uma votação de 30% dos votos — não foram atribuídos quaisquer responsabilidades nestes pelouros, apesar de ter revelado toda a disponibilidade e abertura para discutir tal distribuição por todas as forças políticas representadas na Câmara.

«Tal facto deveu-se ao entendimento político verificado entre o Presidente da CML, o PSD e o PS, nomeadamente quanto ao «protocolo» de acordo assinado pelos vereadores do PS, segundo o qual lhes seriam atribuídos pelouros em troca da concentração de poderes excepcionais nas mãos de Abecasis. Este, com mais este novo apoio de um PS minoritário e enfraquecido pela sua aliança à direita, consegue a maioria absoluta de vereadores que o eleitorado lhe negou, e constitui, assim, aquilo a que Abecasis denomina «maioria homogénea» — que lhe permitirá tentar pôr em prática o mesmo tipo de gestão que tantos prejuízos vem causando à cidade e à população de Lisboa.»

E comenta a APU de Lisboa:

«A decisão de afastar a APU da gestão dos pelouros camarários, revela da parte das outras forças políticas uma grave atitude de sectarismo político e autoritarismo em flagrante desrespeito para com o espírito da lei, e por cerca de 30% do eleitorado da cidade que mostrou, com clareza, que deseja que a APU tenha uma maior participação na gestão do Município de Lisboa.

«Tal sectarismo contrasta nitidamente com a disponibilidade demonstrada pelos vereadores da APU para discutirem, sem preconceitos e com transparência, a distribuição dos pelouros por todas as forças políticas representadas no Município e para colocarem todo o seu empenhamento na resolução dos problemas da cidade».

Os resultados... consentem!

Após recordar que um dos pontos de consenso da campanha eleitoral autárquica na cidade de Lisboa apontava, precisamente, para a participação empenhada de toda a vereação — dada a dimensão e gravidade atingidas pelos problemas da capital — e recordar que se manteve a coerência, por parte da APU, neste enquadramento da situação — os representantes da Aliança Povo Unido sublinharam:

«A não atribuição à APU de pelouros camarários e a concentração de poderes excepcionais no Presidente da CML, designadamente na área do urbanismo, não prenuncia assim bons tempos para a cidade e para quem aqui vive e trabalha. Sublinhamos que **os resultados eleitorais de Dezembro de 1985 consentem uma maioria alternativa à que em Fevereiro passou a assumir a gestão. A APU, o PS e o PPM (representando 9 vereadores em 17) apresentaram-se ao eleitorado contra a prática de Abecasis e da direita, pelo que têm condições para travar os desmandos contra a cidade e viabilizar propostas e acções positivas para a vida de quem vive e trabalha em Lisboa.** Pela nossa parte tudo faremos neste sentido, competindo à opinião pública tirar conclusões sobre quem estará, de facto, pela resolução dos problemas de Lisboa.»

Posto isto a APU recordou que não se esquivará a qualquer das suas responsabilidades ou competências, quer na Câmara, Assembleia Municipal ou Freguesias (12 são de presidência APU), quer numa intervenção diária sempre empenhada na defesa da cidade e dos interesses da sua população, quer no prosseguimento da construção de uma alternativa de gestão democrática para o Município de Lisboa.

Cortar a palhaçada

Interessa, entretanto, realçar que na passada quinta-feira os representantes da APU abandonaram a sessão da Assembleia Municipal de Lisbôa, juntamente com representantes do PS, o que provocou a falta de *«quorum»* e inviabilizou a aprovação de uma proposta camarária que pretendia fixar o número de vereadores a tempo inteiro. O camarada António Abreu justificou, assim, a atitude:

«Não admitimos a entrada de um requerimento para coarctar a possibilidade de intervenção de vogais inscritos para participarem na discussão. Como tal, não podemos participar numa votação cuja discussão foi encerrada por um vereador da Câmara, quando havia vogais inscritos para usarem da palavra».

Interessa explicar que tudo começou quando a APU, pela voz de Jorge Cordeiro, denunciou o que Abecasis vem chamando de «maioria de gestão». E o que é isso? Nem mais que a pretensa concentração de poderes excepcionais na figura do inefável Abecasis, proporcionada pela cedência de pelouros do dito cujo, à vereação PS. A confusão instalou-se, com gente a querer repontar à acusação e as inscrições para o debate a crescerem. Até que surgiu um requerimento, para que se procedesse de imediato ao encerramento da discussão e à votação da proposta camarária. Da bancada do PS veio um recurso da decisão da mesa de aceitar tal requerimento, quando havia ainda gente inscrita para o debate. Raquel Macedo, que presidia à sessão, lançou a gota na confusão final quando pôs **tudo** à votação, com vogais, hilariantes, a declararem que estavam a votar não sabiam em quê. Foi aí que se deu a saída da APU e de vereadores do PS, provocando a falta de «quorum» e impondo o único remate digno a tal palhaçada.

Trabalhadores

De viva voz

A palavra para as organizações dos trabalhadores

● Gabinete da Área de Sines: que futuro?

Os trabalhadores do GAS têm vindo a repudiar, em reuniões efectuadas nas suas dependências, «a forma como foi desencadeado o processo de extinção deste organismo» e exigem o cabal esclarecimento dos factos. O futuro do GAS joga com o futuro de 1100 postos de trabalho. Os trabalhadores exigem que seja respeitado o direito ao trabalho e à carreira, «seja qual for a fórmula a que se queira fazer obedecer o futuro do GAS»

(Departamento de Inf. da Federação Nacional dos Sindicatos da F. Pública/Sindicato dos TFP do Sul e Açores).

● Comunicações e Telecomunicações: Governo não quer dialogar

A Federação Nacional dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações, que representa as empresas de Correios, Telecomunicações e Comunicação Audiovisual, tem estado a reunir com os Grupos Parlamentares da Assembleia da República para analisar os graves problemas que afectam os trabalhadores que representa, nomeadamente a grave situação na RTP; a revisão do Estatuto da RDP englobando o problema da discriminação do estatuto de reforma dos trabalhadores da Rádio; uma Lei da Rádio que contemple o estatuto deontológico e respectivas carteiras profissionais dos trabalhadores da área de programas e realização; a contagem de tempo para reforma dos trabalhadores dos CTT (supranumerários) que antes do 25 de Abril estavam em casa ao serviço da Empresa e só trabalhavam quando chamados; a decisão da Administração dos CTT de distribuir o correio dia sim dia não, nos giros rurais; e as desastrosas consequências das adjudicações de serviços, em todas as Empresas do sector, com degradação da qualidade de serviço.

A falta de esclarecimento e debate com os Sindicatos e CT's sobre a decisão da digitalização da rede, ignorância que se estende aos próprios quadros das empresas e, finalmente, o bloqueamento das negociações salariais entre os 16%, 16,5% e 17% na Rádio, Televisão e Marconi, e a imposição de tabelas e cláusulas pecuniárias na Marconi, e na Televisão (por acto de gestão), ainda no decorrer das negociações, são outros motivos abordados pela FCT. A Federação denuncia a falta de diálogo do Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, Dr. Sequeira Braga que, apesar de várias insistências, se recusou até agora a receber as Organizações representativas do sector.

(Secretariado Permanente da FCT).

● Setenave: para que o povo conheça a verdade

Toda a gente reconhece que o País gasta fortunas em aluguer de navios ao estrangeiro. Qualquer coisa como 230 mil contos/dia. Todos estão de acordo que a Marinha Mercante Portuguesa necessita de novos navios. Entretanto, três navios novos (situação denunciada há dias), totalmente construídos na Setenave, ali ficaram à espera que alguém se lembrasse deles...

E enquanto o Governo prossegue os ataques às empresas nacionalizadas, os trabalhadores perguntam: sabia que desde 1980 não é encomendado à Setenave qualquer navio? Sabia que o plano de renovação da frota já tem barbas, e este Governo já disse na Assembleia da República que não o irá aplicar? Viu na televisão o Governo, as Administrações da Setenave e da Soponata assinarem um Protocolo de Intenções para a construção de três navios na Setenave? Sabia que o que viu não passou de uma descarada manipulação com vista às eleições de 6 de Outubro? Agora já sabe mais do que a televisão pretende que saiba!

(ORT's da Setenave)

● 8 de Março: são mulheres mais de 60 por cento dos desempregados

Transformar as comemorações do Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, numa jornada de protesto e de luta contra a situação das mulheres portuguesas é o tom dum manifesto da CGTP-IN distribuído durante esta semana.

No manifesto exige-se «o pagamento de todos os salários em atraso, a actualização dos subsídios familiares da Segurança Social e dos ordenados, o congelamento dos preços de todos os produtos essenciais, a instalação em todas as empresas com mais de 50 trabalhadores das cantinas e refeitórios, a comparticipação das empresas de zonas industriais na construção de creches e infantários, a existência nas escolas de actividades de ocupação complementar dos tempos livres e que seja posto em prática o Serviço Nacional de Saúde».

No seu manifesto, a CGTP-IN reclama ainda para as mulheres trabalhadoras «rigoroso respeito pela lei da maternidade, a revogação da lei dos contratos a prazo, a redução do horário semanal de trabalho para 40 horas e o abaixamento da idade de reforma, a igualdade salarial entre homens e mulheres e a igualdade de salários entre os dois sexos em tarefas iguais».

São mulheres as primeiras a serem despedidas, são mulheres. Mais de 60% dos desempregados e cerca de 160 mil dos trabalhadores contratados a prazo — refere a Central.

Para além disso, salienta o manifesto, «apenas 10%, dos trabalhadores que concluem cursos oficiais de formação profissional são mulheres» e que «em média, as mulheres do sector industrial ganham menos 30% que os homens», para além da violação patronal da lei da maternidade, e das discriminações no acesso a postos de chefia».

(Departamento de Informação da CGTP-IN).

● Docentes das Escolas Superiores de Educação: greve marcada para dia 12

Os docentes das Escolas Superiores de Educação (ESE's) vão realizar uma greve no próximo dia 12 de Março. A consulta feita aos 170 docentes das ESE's, que frequentaram cursos de mestrado e doutoramento como bolseiros da Direcção Geral do Ensino Superior, foi massivamente favorável a essa forma de luta.

A greve ainda mais se justifica agora, pois o MEC não deu qualquer resposta às posições defendidas por estes docentes, dentro do prazo que lhe tinha sido dado (28 de Fevereiro), nem sequer nomeou ainda o grupo de trabalho (proposto pelo próprio secretário de Estado do Ensino Superior) que iria proceder ao levantamento das situações anómalas e propôr soluções que desbloqueassem a contratação destes docentes como professores-adjuntos.

Assim, os docentes das ESE's continuam a lutar pela satisfação das seguintes reivindicações: fim imediato da situação de destacamento em que se encontram desde 1 de Outubro de 1985; rápida contratação como professores-adjuntos das ESE's; publicação de um diploma legal que uniformize o processo de contratação e evite a oposição até agora manifestada por algumas comissões instaladoras. Os docentes exigem ainda que o despacho de nomeação de professor-adjunto se reporte a 1 de Outubro de 85.

(Luís Souta, da Comissão Nacional).

● Atrasos com a PRT dos Escritórios: 20 mil prejudicados!

A 28 de Fevereiro último a situação ainda era esta: três meses depois de terminados os trabalhos da comissão técnica e do secretário de Estado Fernandes Marques, ainda não tinha sido publicada a PRT (Portaria Regulamentadora do Trabalho) para os Escritórios. A 28 de Fevereiro comentava a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços:

Apesar de insistentemente solicitado pela FEPCES, pelos seus sindicatos federados e ainda por centenas de abaixo assinados dos trabalhadores, a portaria ainda não veio à luz do dia. E porquê? Será que, premeditadamente, o sr. secretário de Estado, fá-lo no intuito de prejudicar os 20 mil trabalhadores, abrangidos pela PRT, deixando degradar o seu nível de vida? Ou será que quer dar razão aos que o acusam de defender os interesses das confederações patronais, que não querem rever a Portaria?

Já passou tempo mais que suficiente para que a portaria seja publicada. Recorde-se que a anterior PRT foi publicada no BTE n.º 4 de 29 de Janeiro, tendo sido posta em causa a sua anualidade por parte do Ministério do Trabalho.

Dado que a Portaria tem de ser assinada por oito secretários de Estado, se não houver vontade política, para que esse processo decorra de forma rápida, os trabalhadores correm o risco de ver a portaria, na melhor das hipóteses, publicada em Abril. Ora é esta situação que a FEPCES e os trabalhadores abrangidos por esta convenção não podem aceitar.

(Depart. de Informação da FEPCES).

Distrito do Porto

Escândalo em quatro actos

Em 18 empresas metalúrgicas da região portuense, 800 mil contos de subsídios do Estado para «defesa do emprego» resultam na diminuição de 865 postos de trabalho...

I

Entre 1981 e meados de 1985, a Secretaria de Estado do Emprego atribuiu **794 439** contos a 18 (*) empresas metalúrgicas do distrito do Porto, tendo como principal objectivo a «manutenção dos postos de trabalho». Na prática, os resultados foram bem diferentes: 865 trabalhadores daquelas empresas foram lançados no desemprego; 4 das 18 empresas subsidiadas encerraram (Prometaliz, Metalinia, Companhia Aliança e Estemel).

II

No período de atribuição dos subsídios estatais, as 18 empresas tinham no seu conjunto 5160 trabalhadores. Hoje, as 14 que ainda restam têm ao seu serviço apenas 4295. As empresas metalúrgicas onde a diminuição dos postos de trabalho foi mais significativa (não falando só das 4 encerradas) foram a Sepsa (menos 368 trabalhadores), a Metalúrgica da Longra (menos 194), a Jotocar (menos 140) e a Vilar (menos 128).

III

Como já foi referido, na sua grande maioria, os subsídios oficiais tiveram como objectivo essencial a manutenção dos postos de trabalho. Mas outras preocupações foram também apontadas: a concessão de «fundos de maneio» às empresas e verbas para «pagamento de salários» eram rubricas de primeiro plano.

Que sucede, entretanto?

Em apenas 8 das 14 empresas em laboração foi possível apurar a existência de 594 trabalhadores com contrato a prazo, portanto numa situação instável quanto ao emprego. Por outro lado, 6 das firmas subsidiadas devem actualmente (informação do passado dia 27 de Fevereiro) muitos milhares de contos de salários, subsídios e retroactivos aos trabalhadores. São elas: a Vilar, F. Barbosa de Castro, Jotocar, Feruni, Varandas e Metalúrgica da Longra.

IV

As organizações representativas dos trabalhadores, principalmente o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto (**), denunciaram vezes sem conta a inexistência de controlo da aplicação dos subsídios atribuídos pelo Estado. Os resultados estão à vista... Quem responde pelo escândalo?

(*) — *Vilar, F. Barbosa de Castro, Copral, Greique, Jotocar, Feruni, Prometaliz, Louças Taurus, Companhia Aliança, Indufer, Metalinia, Estemel, Varandas, João Vieira de Campos, Oliveira e Ferreirinhas, Metalúrgica da Longra, Sepsa e Inapal.*

(**) — *Os elementos essenciais para a realização desta peça foram fornecidos à Comunicação Social pelo STIMMDP, Sindicato dos Metalúrgicos da região do Porto.*

USL reuniu II Congresso

Realizou-se recentemente o II Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa. Os delegados aprovaram uma resolução onde salientam serem objectivos centrais do trabalho «o reforço da unidade e a consolidação e desenvolvimento da organização sindical no distrito».

No decorrer dos trabalhos, os delegados — que elegeram um novo secretariado proposto pelo secretariado anterior — salientaram que a situação social no distrito «se degradou fortemente», o que pode ser comprovado com as cerca de cem empresas que encerraram ou faliram só nos últimos meses.

A esta situação há ainda a juntar os despedimentos em outras 21 empresas e as rescisões de contratos em outras 11.

Na sua intervenção, Florival Lança, coordenador da USL, referiu os «condicionalismos de ordem política (eleições presidenciais) e social (luta contra os problemas dos salários em atraso, falências e encerramento de empresas, desemprego, repressão aos direitos dos trabalhadores e liberdades sindicais) que rodearamn a preparação do Congresso».

No órgão supremo da USL interveio Manuel Lopes, da Comissão Executiva da CGTP-IN. Este dirigente sindical defendeu a necessidade do reforço da organização, da formação e informação — além de outros aspectos — do trabalho sindical com vista a uma maior capacidade de resposta aos problemas que enfrenta.

Campanha em defesa da EPAC

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, representativa da maioria dos trabalhadores da EPAC, lançou este mês uma vasta campanha de esclarecimento e mobilização da opinião pública em torno da defesa e revitalização daquela empresa pública, alvo dos projectos governamentais de desmantelamento e destruição.

A campanha em curso inclui a distribuição, a nível nacional, junto dos produtores agrícolas e pequenos e médios industriais, de 20 mil desdobráveis informativos onde se sublinha que a EPAC interessa à grande maioria do povo português e ao desenvolvimento da economia nacional e que, naturalmente, é necessário defendê-la da ameaça de destruição.

A Federação sindical, que defende o prosseguimento de uma EPAC mais dinâmica e mais aperfeiçoada, prestando de forma mais eficaz os actuais serviços, alargando-os mesmo a outros novos, salienta que **o Estado não pode deixar de intervir no processo de comercialização de cereais, um dos mais importantes e estratégicos sectores da economia nacional.**

Dirigindo-se especialmente aos produtores agrícolas e aos pequenos e médios industriais, a Federação dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços alerta: «Não podemos aceitar passivamente o "assalto" ao comércio de cereais do nosso país. Não podemos assistir de braços cruzados à destruição de tão importante empresa pública como a EPAC. Se concorda connosco faça ouvir a sua voz e os seus interesses junto da sua associação, junto do Governo, junto da Assembleia da República. A EPAC, temos que ser nós a defendê-la.»

O desdobrável divulgado pela Federação sindical recorda e mostra que a EPAC interessa aos **agricultores**, produtores de cereais, aos pequenos e médios **industriais** de moagens, aos **consumidores**, e aos **trabalhadores** da própria EPAC. Só não interessa a uma minoria bem reduzida: a que é representada pelas grandes multinacionais do comércio de cereais e pelos seus associados nacionais, os grandes industriais da moagem. Há cinco anos que eles procuram controlar o negócio dos cereais no nosso país.

Trabalhadores

Vitória na Carris

Um dos plenários de trabalhadores mais participados desde sempre na empresa decidiu anteontem suspender a luta que vinha decorrendo na Carris desde 6 de Fevereiro, contra a recusa da administração em negociar com os representantes dos trabalhadores, contra o «tecto» salarial e uma política de discriminações.

Finalmente, a administração comprometeu-se a negociar, directamente, levando para a mesa novos valores. Estão já confirmadas melhorias significativas quanto a várias regalias e entre as lições que se podem retirar nesta importante luta do pessoal fixo é que a unidade firme dos trabalhadores e a sua mobilização têm força suficiente para romper situações altamente desfavoráveis, cozinhadas e postas em prática pelas administrações em conluio com os sindicatos da UGT.

A nova situação justifica a suspensão das paralisações. O processo de negociações vai continuar, através das reuniões com a administração. Atingiram-se já, como referimos, algumas melhorias. Mas os trabalhadores estão atentos e se necessário adoptarão novas formas de luta. Tudo depende agora da administração...

Ainda no sector dos transportes de Lisboa, saliente-se a luta dos trabalhadores do **Metropolitano** (greve de 24 horas ontem) por reivindicações no âmbito do Acordo de Empresa (AE).

Metalurgia, Siderurgia, Têxteis

Esta semana tem sido assinalada pela preparação e realização de importantes lutas dos trabalhadores em diversas empresas, incluindo as de grande envergadura, e sectores económicos de especial relevo na economia nacional e na prestação de serviços. Na base dos problemas persiste uma política de má vontade, apadrinhada pelo Governo minoritário de Cavaco Silva.

Ontem mesmo culminou uma semana de luta na metalurgia e metalomecânica, e na **Siderurgia Nacional** (empresa com mais de 6 mil trabalhadores), com paralisações do pessoal nas empresas. Bloqueadas as saídas viáveis para a resolução dos problemas com a contratação e a defesa dos direitos legítimos, não restam outras soluções que não sejam a luta firme, a unidade e a mobilização em torno das organizações representativas.

Falámos da metalurgia, da metalomecânica, da SN, mas outros sectores, como os **têxteis** ou o **comércio retalhista do distrito de Évora**, aqui poderiam ser apontados como alguns dos inúmeros exemplos em foco esta semana.

Na próxima edição do **Avante!** teremos oportunidade de pormenorizar algumas das acções, nomeadamente a dos metalúrgicos, que realizaram uma semana de luta em todo o País. «Há quatro meses que o Governo continua sem dar resposta às questões apresentadas pela Federação dos Sindicatos», referem os *telexes* que têm chegado à nossa redacção.

Professores contra incapacidade

Uma incapacidade total acompanhada de falta de seriedade e de uma inaceitável arrogância, traços esses que fazem cair por terra a imagem de eficácia que demagogicamente a equipa ministerial pretende dar – é assim que a Federação Nacional de Professores (FENPROF) caracteriza a actuação dos responsáveis do Ministério da Educação, à frente do qual se mantém João de Deus Pinheiro. Recorde-se que o pessoal docente foi obrigado a recorrer à greve como forma de luta e protesto contra a recente realização, nos moldes em que decorreram, dos concursos de efectivos e provisórios do preparatório e secundário.

Reunido no último fim-de-semana na capital do Norte, o secretariado da FENPROF salientou a subida significativa dos fundos financeiros destinados ao sector da Educação, recordando que mais de 50 mil pessoas subscreveram o documento «Mais Verbas para a Educação», a ser entregue ao Presidente da Assembleia da República. Muito positiva é como a FENPROF encara aquela campanha, que registou a adesão de destacadas instituições e personalidades da área cultural, científica e pedagógica.

Ao reforço de verbas – exigência nacional –, o Governo não soube ou não quis associar um conjunto de medidas fundamentais e urgentes para início de resolução de **factores estruturarias negativos e causadores de flagrantes injustiças no ensino**, destacando-se, nomeadamente, os casos do insucesso escolar, do não cumprimento da escolaridade obrigatória e da má gestão da acção social escolar.

A FENPROF, que realizará o seu 2.º Congresso de 7 a 11 de Maio em Lisboa, não poupa críticas à incompetência que marcou a realização dos recentes concursos de efectivos e provisórios (da insuficiente divulgação de prazos até à confusão nas informações para concorrer, de tudo houve neste processo repleto de deficiências) e confirma a sua disposição de continuar a luta pela defesa dos direitos da classe docente. A Federação sublinha ainda a falta de seriedade manifestada pelo Ministério quanto ao reajustamento de letra e chama a atenção para a falta dos responsáveis do MEC para compromissos assumidos nas áreas do ensino primário e da educação pré-escolar. Onde estão os quadros regionais que o Ministério prometera?

A FENPROF exige do Ministério acções concretas para afastar o espectro do desemprego docente, a publicação do diploma relativo ao reajustamento de letra, seriedade negocial, garantia dos direitos profissionais dos professores, e a entrega do projecto de estatuto da carreira docente no prazo divulgado pelo Ministério.

A 14 e 15 deste mês, a Federação leva a cabo no Técnico, em Lisboa, um Encontro Nacional sobre Carreiras do Ensino Superior.

Comunicação Social

Os verdadeiros objectivos da reprivatização

• CGTP-IN esclarece

O objectivo do Governo é colocar definitivamente nas mãos do grande patronato e da direita os principais órgãos de Informação do Estado para melhor poderem manipular o povo e prosseguir a política anti-25 de Abril, ao mesmo tempo que, à custa do património público, se reconstituiriam os monopólios capitalistas na informação no nosso país.

É assim que a CGTP-IN, em nota divulgada há dias aos jornalistas, comenta a recente decisão do Governo de «pôr à venda e entregar à iniciativa privada o maior jornal do sector público da C. Social — o **Jornal de Notícias**», e as ameaças de reprivatização de outros órgãos de Informação do Estado e de, pela primeira vez, **transferir para o capital privado um canal da RTP e um canal da radiodifusão, que são as maiores empresas públicas da Comunicação Social**.

Demonstrando a justeza da sua posição, a Central unitária dos trabalhadores portugueses recorda a dado passo:

«O mesmo Governo que demitiu o anterior conselho de gerência da RTP invocando demagogicamente o argumento de que não foi salvaguardado o pluralismo naquele órgão de Informação, não tomou até agora qualquer medida para desgovernamentalizar a informação do sector público, assegurar o seu efectivo pluralismo e garantir o direito dos trabalhadores e dos cidadãos à informação.»

«Pelo contrário», sublinha a CGTP, «continuam a suceder-se e a acumular-se queixas e protestos» — oriundos, nomeadamente, da própria Intersindical e das organizações representativas dos trabalhadores — «contra a manipulação da C. Social estatizada, designadamente na RTP e RDP, inclusive contra o boicote ao exercício do direito de antena das associações sindicais, que dele têm sido privadas nos últimos anos na radiodifusão».

Que «pluralismo»?

Salientando que, como se vê, não é para defender a liberdade e o pluralismo que o Governo está empenhado nesta política de ataque ao sector da C. Social, a CGTP-IN observa: «Seguramente, seria muito mais difícil garantir a liberdade e o pluralismo de informação uma vez entregues ao capital privado os principais órgãos de C. Social. Se outra experiência não houvesse, bastaria recordar o que foi o fascismo para o confirmar...»

Noutra passagem da nota divulgada às redacções, a Central esclarece que «também não é a melhoria das condições de vida e de trabalho e a dignificação dos trabalhadores da Comunicação Social que levaram o Governo a reprivatizar a C. Social do Estado. Já hoje, na generalidade da Imprensa privada, esses trabalhadores são mais explorados e reprimidos e, a concretizaram-se os projectos do Governo, a sua situação degradar-se-ia ainda mais».

Observando o problema de outro ângulo, a Intersindical Nacional aponta:

«Também não existe qualquer objectivo por parte do Governo de apoiar e viabilizar, económica e financeiramente, as empresas públicas da C. Social que "justificasse", na óptica governamental, a sua entrega ao capital privado: **primeiro**, porque o Governo não assume os compromissos do Estado nas empresas que a este pertencem, designadamente dotando-as das verbas necessárias e corrigindo a sua gestão; **segundo**, porque algumas das empresas que estão na mira do Governo, como é o caso do JN, são lucrativas.»

Depois de referir que a concretização do projecto do Governo Cavaco Silva contra a Comunicação Social «subverteria a essência do regime democrático», a CGTP-IN manifesta a sua enérgica oposição à reprivatização de quaisquer empresas públicas e apela à A. da República para que **inviabilize quaisquer decisões do Governo com tal objectivo e exorta todos os trabalhadores, em particular os da Comunicação Social, a desenvolverem acções de protesto e de luta pelo direito à informação, pela manutenção e reforço do sector público da Comunicação Social, pela defesa da Constituição e do 25 de Abril.**

PCP

Coimbra Comunistas atentos às realidades

A Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, em nota divulgada recentemente aos órgãos de Comunicação Social, considera preocupante e grave a situação que se vive em algumas empresas dos sectores cerâmico e têxtil, onde a contratação colectiva não é cumprida é onde alastram os contratos a prazo, a par do flagelo das remunerações em atraso, da repressão patronal e do aparecimento da exploração da mão-de-obra infantil.

As situações descritas fazem hoje parte do dia a dia em empresas do sector têxtil como a **Santix**, a **Colcl**, a **Mondorel**, a **Ideal**, a **Redinizes** e a **Flaco.** Alarmante, alerta a C. Concelhia de Coimbra, é ainda a situação de outras empresas como a **Termec**, onde se têm registado atrasos no pagamento de salários, ou a **Auto-Sueco** onde se pratica discriminação salarial.

Referindo-se aos aumentos do preço da água e dos transportes, os comunistas de Coimbra criticam esta decisão da C. Municipal e esclarecem que é «uma reivindicação premente da população do nosso concelho que tais aumentos sejam anulados, tanto mais que a sua aprovação foi obtida de forma abrupta e sem um suficiente esclarecimento prévio, tendo aliás conseguido apenas uma precária votação de uma minoria de 3 membros do executivo (com 3 votos contra e 5 abstenções), que só passou pelo voto de desempate do presidente. Igualmente se impõe a urgente concessão do subsídio governamental e a baixa do preço dos combustíveis».

As conclusões da recente reunião da Comissão Concelhia referem, por outro lado, que «também no sector agrícola se agravam os problemas: as "obras do Mondego", na margem esquerda, continuam atrasadas e por executar a abertura do canal de rega; continua a extracção desenfreada e ilegal de areia, mesmo às portas de Coimbra, prejudicando o riquíssimo campo do Bolão; em declarações recentes o ministro do Plano disse que vai ser reduzida a área de produção do arroz, sem que se apresentem culturas alternativas; vai acabar o subsídio de rega e não baixam os preços dos combustíveis para a lavoura; não há quaisquer motivos para que a Feira dos 23 continue encerrada à venda de gado».

Medalha do 65.º

A Comissão Concelhia de Coimbra do PCP editou uma medalha comemorativa do 65.º aniversário do Partido, numerada de 1 a 100 e ao preço de mil escudos. As inscrições funcionam no Centro de Trabalho da Rua da Sofia, 73, 1.º, em Coimbra.

Madeira

Os militantes comunistas na Região Autónoma da Madeira estão a preparar activamente o Encontro sobre questões de organização previsto para fins deste mês de Março, como salientou o recente plenário da DORAM do PCP, que debateu também a situação política decorrente da derrota de Freitas do Amaral na 2.ª volta das Presidenciais.

O plenário da Direcção do Partido na Região Autónoma da Madeira, que dedicou atenção especial às conclusões da última reunião do Comité Central, abordou aspectos da vida regional e sublinhou a importância da realização de iniciativas de debate nas organizações. O camarada José Neto, membro suplente do Comité Central, tem sido um dos participantes nessas reuniões de militantes.

Centro do PCP em Rio de Mouro

Na freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, será inaugurado brevemente um novo Centro de Trabalho do PCP. A escritura da compra foi assinada no passado dia 13 de Fevereiro no 2.º Cartório Notarial de Sintra.

A nova casa do Partido, possível graças à persistência e ao espírito de iniciativa dos camaradas de Rio de Mouro, que num ano apenas conseguiram os três mil contos necessários para o pagamento das instalações, situa-se numa larga praceta da Rua Vasco da Gama e abrange dois pisos.

Para obter aquela verba, a organização de Rio de Mouro realizou diversas iniciativas e recolheu donativos e empréstimos de camaradas e amigos do Partido.

Comemorando o 65.º aniversário do PCP, aquela organização preparou no novo CT uma exposição, patente até ao próximo sábado, subordinada ao tema «O Partido e o 25 de Abril».

Também no sábado, mas para assinalar o Dia Internacional da Mulher, ali decorrerá um convívio, incluindo almoço (coelho à caçadora é o que está previsto).

Armando Castro editorial CAMINHO
História Económica de Portugal III Volume

Juventude

Ano Internacional da Paz tem mais de 365 dias

No cabeço do Mú, a 21 quilómetros de Almodôvar, flutua desde domingo uma bandeira da Paz. Foi aí posta por jovens comunistas alentejanos e algarvios.
Mas porquê no cabeço do Mú e não em outro qualquer lugar? Muito simplesmente porque é exactamente nesse sítio que os Estados Unidos da América pretendem instalar uma Estação de Rastreio de Mísseis integrada no seu projecto de «guerra das estrelas».
E, por isso mesmo, os jovens comunistas foram até Almodôvar para falar sobre o Ano Internacional da Paz e sobre a luta pela paz em Portugal, naquela que foi uma das cinco sessões da Assembleia de Debate descentralizada promovida pela Juventude Comunista Portuguesa. As outras realizaram-se nos Açores, Trafaria, Porto e Coimbra. Participaram no total 600 jovens.

Logo pela manhã, 245 jovens vindos dos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Algarve convergiram para Almodôvar. A escolha desta terra não foi puramente simbólica. Deveu-se, isso sim, a um forte sentimento da importância da luta pela paz que esteve bem patente ao longo de toda a discussão.

E o que se passou na Casa do Povo desta vila foi exactamente isso: uma discussão. Fraterna, como não podia deixar de ser entre jovens comunistas. Lançar ideias e avançar com um debate que permita aos jovens dar continuidade à luta pela paz era o que se pretendia.

No final da discussão, poderíamos imediatamente — e só tendo em conta o caso de Almodôvar — concluir que este objectivo tinha sido alcançado.

Primeiro, porque o número de participantes activos revelou a importância que para os jovens alentejanos (a grande maioria dos presentes), apesar de constantemente sob a mira da ofensiva antinacional e antijuvenil dos governos dos últimos anos, têm as questões da paz.

Depois, pela vivacidade e pelas ideias que surgiram ao longo do debate que decorreu de forma viva e alegre.

Ideias que mereceram o aplauso dos jovens: antes de mais nada, que o reforço da luta pela paz passa necessariamente pelo reforço da organização da JCP; depois, que o trabalho dos jovens comunistas deve ser mais voltado para fora, e que é tarefa de todos eles integrarem-se nos locais onde a juventude participa de uma forma dinâmica no dia-a-dia das populações, ou seja, nos grupos desportivos e culturais, nas colectividades e nas sociedades.

Finalmente, outra ideia que surgiu e foi amplamente discutida: a necessidade de aliar às iniciativas das escolas, das freguesias, das aldeias e das empresas, iniciativas de âmbito maior, sejam regionais, distritais ou nacionais.

E atenção!, para os jovens que estiveram em Almodôvar, todas as comissões que se criaram não podem existir só para questões pontuais. Devem, isso sim, ter uma existência e uma acção continuadas, porque só com um esforço diário a paz é possível.

Outra nota interessante é a apresentação por vários colectivos, nomeadamente de Pias e Cabeção, de um plano de actividades a longo prazo. Estes dois exemplos demonstram um avanço relativamente ao cenário habitual. Nas diversas aldeias, os jovens já planificam o seu trabalho, com a certeza de que só assim ele constituirá uma permanente fonte de mobilização e de intervenção da juventude.

Educação pela paz

Também em foco, esteve o trabalho ideológico. Aquele trabalho que, ao fim e ao cabo, executamos todos os dias, quando falamos com amigos, e ao qual não damos a necessária atenção.

Mas uma das mais originais ideias que surgiu por entre a discussão foi a da realização de uma campanha contra os brinquedos bélicos. Esta ideia denota uma preocupação sentida por todos e que diz respeito à educação que é transmitida às crianças.

À criação dão-lhe o oposto da sua natureza. Inculcam-lhe noções e sentimentos agressivos, ensinam-na a odiar, e manipulam-na sem qualquer escrúpulo, nomeadamente no ensino. Um exemplo citado: a definição de NATO nos manuais escolares, e onde esta nos aparece como uma organização defensiva contra o perigo soviético...

O convívio e a solidariedade

É necessário ajudar a mudar esta situação. Urge contribuir para que se efective uma educação pela paz.

Quando o debate terminou — e à semelhança do que tinha acontecido durante o pic-nic realizado à entrada de Almodôvar — o convívio e a solidariedade foram notas dominantes. Seja ainda na Casa do Povo, seja depois nas camionetas a caminho do tanto que há para fazer, de todas as tarefas que os jovens impuseram a si próprios.

Cantou-se o Alentejo e disse-se Ary. Dançou-se. E depois foi a partida.

Na camioneta que rumou a Pias e a Serpa — mas o ambiente deve ter sido idêntico em todas as outras — mais uma vez a solidariedade (sempre indissociável da paz) esteve presente.

Não só com os povos em luta, mas também para com os operários vidreiros da Marinha Grande, cantada por jovens da Reforma Agrária.

No final do trajecto, já todos estavam roucos e cansados, mas nem por isso deixaram de cantar. Iam com a certeza de que o Ano Internacional da Paz tem mais de 365 dias e não é bissexto.

Solidariedade não é palavra vã

Carlos Oliveira. 23 anos. Durante dois meses e meio viveu e trabalhou na Nicarágua. Foi o único jovem português a participar na Brigada Internacional «Augusto César Sandino» promovida pela Federação Mundial da Juventude Democrática. Objectivo: participar activamente na colheita do café; ser activamente solidário para com este pequeno país e esta grande revolução. O ar cansado. Rosto tisnado do sol. Camisa de camuflado com o emblema da Brigada. Um sorriso nos lábios quando nos fala da Nicarágua; quando fala deste país «com condições muito precárias mas com um povo que acredita no futuro».

A pequena conversa que tivemos com Carlos Oliveira virou-se, não para a sua experiência individual, mas sim para as suas impressões sobre estes dois meses e meio de vida e trabalho no país de Sandino.

Diz-nos dos progressos que apesar da guerra militar e económica que lhe é imposta pelo imperialismo o povo conseguiu realizar. Vão surgindo números: o nível de analfabetismo era de 51 por cento e agora está nos 12; a economia que é baseada essencialmente no café, mas também na cana de açúcar e no algodão.

Mas, acima de tudo, o que salta à vista é o profundo amor que aprendeu a sentir por este povo, que luta produzindo e de armas na mão, fazendo face a uma guerra não declarada que lhe foi imposta. Um povo que abraçou uma revolução que era sua e que o leva a dizer que «se os Estados Unidos resolverem invadir a Nicarágua, têm de matar um povo inteiro. Um povo que sofre grandes sacrifícios mas que sabe que o que está a construir não é para si, mas para os que hão-de vir.

A Brigada e o café

Do trabalho, diz-nos que foi muito duro. Carlos Oliveira, e mais cerca de 50 jovens vindos da América Latina e da Europa, trabalharam em plantações de café no Norte da Nicarágua. Na planície e na montanha. No meio de um sol escaldante ou sob a chuva torrencial, com lama pelos joelhos.

Levantando-se às 4 e 30 da manhã, a sua jornada de trabalho prolongava-se até às quatro da tarde. Pelo meio, as refeições. Arroz com feijão, que o dinheiro na Nicarágua não abunda e o trabalho faz a barriga trabalhar mais depressa.

Mas não foram só os jovens internacionalistas que deram o seu contributo voluntário para o recrudescimento da economia nicaraguense. Nas brigadas de café integraram-se 70 mil cortadores, sendo que uma parte muito significativa o fizeram voluntária e graciosamente.

Dos voluntários, a grande maioria pertencia à Juventude Sandinista «19 de Julho». Também não foram só os jovens que deram o seu contributo: operários, mulheres e funcionários públicos puseram mãos à obra e houve mesmo ministérios que fecharam.

A razão deste empenhamento é muito simples. O café é o produto agrícola de maior exportação nicaraguense. Uma das mais importantes armas que a Nicarágua possui para fazer face ao bloqueio económico imposto pelos Estados Unidos. Por isso, partiu-se para a «Batalha do Café». O objectivo era produzir num ano qualquer coisa como um milhão e cem mil quintais de grão.

Uma batalha que já esta ganha, uma vez que, como nos conta Carlos Oliveira, quando saiu daquele país — há coisa de uma semana — a grande maioria deste objectivo já estava cumprido.

Uma batalha que se venceu graças à solidariedade mas essencialmente porque o povo da Nicarágua acredita no futuro.

Desnuclearizar Almodôvar

A Estação de Rastreio de Mísseis que os Estados Unidos pretendem construir não pode ser implantada em território nacional. Portugal não se pode tornar num alvo preferencial em caso de um conflito nuclear. Por isso, o concelho de Almodôvar tem de ser declarado zona desnuclearizada.

Este é o resumo de uma moção aprovada «por unanimidade e muita aclamação» no final desta Assembleia de Debate que decorreu nesta vila.

Os jovens comunistas, cientes de interpretarem o anseio de toda a população da região, pedem à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal que tomem esta decisão: em caso algum, Almodôvar pode ser palco para a construção de uma componente do projecto da «guerra das estrelas». Tem de ser declarado desnuclearizado.

Foi a primeira acção pela paz que os jovens comunistas desenvolveram. Muitas outras se seguirão.

Pura e simplesmente porque queremos ver assegurado o direito à vida.

Internacional

Em vésperas de referendo

Quem quer a Espanha na NATO ?

Estamos em véspera da realização em Espanha — no próximo dia 12 — do referendo sobre a permanência ou não do país na NATO. Uma grande batalha que se não resume a uma simples consulta popular sobre um problema específico. Antes está em causa a própria orientação da vida política e socioeconómica do país. Por isso mesmo; ao nível do poder, tudo se joga para arrancar o sim que as sondagens não indicam.

Da directa e activa participação do chefe do governo espanhol, Filipe Gonzalez, secretário-geral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), em defesa da participação na NATO, às vulgares insinuações, de que um **não** seria factor desestabilizador do quadro político do país. Passando pela própria forma assumida pelo referendo, em que se pretende misturar a questão fulcral e específica NATO com a política externa geral, e se vai avançando promessas de não-participação na estrutura militar, e de recusa de nuclearização do país.

Subjacentes à batalha entre o não e o sim pela NATO, muitas e importantes questões se levantam.

As promessas não são para cumprir

A Espanha é apenas um exemplo de uma realidade e uma prática mais vastas. Digamos, sinteticamente, que em sistema capitalista os problemas não são ignorados, os anseios populares não são desconhecidos. Só que, em qualquer dos casos, não se trata de resolver nem corresponder — trata-se antes de prometer e manipular.

Assim, em 1982, o PSOE prometeu ao eleitorado que o país abandonaria a NATO e um programa económico iria ser lançado no sentido de ampla criação de postos de trabalho.

A realidade não indica apenas que as promessas ficaram no papel. É mais do que isso: na sua prática política o governo PSOE virou as promessas da cabeça para os pés e persistentemente apostou numa prática que levou à deterioração da situação económica das camadas trabalhadoras, nomeadamente pelo agravamento do desemprego, e por outro lado na defesa cerrada da consagração da presença do país na NATO.

Os dados são claros. Mesmo circunscrevendo-nos — no plano socioeconómico — ao grave problema do desemprego, actualmente 22% da população activa espanhola está inscrita no desemprego, um aumento de 4% em relação a 1983 e a mais elevada taxa de desemprego de toda a Europa capitalista.

Paralelamente, e ao arrepio de promessas, tem-se assistido a um esforço continuado para ultrapassar quaisquer obstáculos que possam entravar a consagração da Espanha como país da NATO.

Em 3 de Julho de 85 Filipe Gonzalez anunciou uma reorganização do seu governo: a demissão de Fernando Morán, ministro dos Negócios Estrangeiros, foi exigida pelo próprio Gonzalez. Segundo comentário então divulgado pela agência France Press, a remodelação governamental visava **consolidar a orientação atlantista** da Espanha.

Isto mesmo é no fundo confirmado pelos argumentos utilizados pelo primeiro-ministro. Gonzalez alegou a necessidade de tornar o seu gabinete mais dinâmico num momento em que a Espanha estava em vésperas de entrar para a Comunidade Económica Europeia. E sintetiza assim o sentido do alargamento da CEE: «É uma possibilidade singular de dar **um salto qualitativo na construção da Europa.**» Se somarmos a estas outras declarações em que se diz que a Espanha, como país euro-ocidental, não pode ficar isolada no domínio da defesa — teremos a chave da compreensão da interligação de todos estes factos: uma política económica lesiva dos interesses dos trabalhadores, a entrada na CEE, a defesa da integração na NATO. São faces de uma mesma política.

Como aliás é, em termos gerais, salientado pelo secretário-geral das Comissões Operárias (CCOO) de Espanha, quando diz: «associamos estreitamente as acções contra a nefasta política socioeconómica do governo, pela defesa e alargamento das conquistas sociais dos trabalhadores, à luta pela paz, por uma Espanha neutra, pelo desarmamento equilibrado até à dissolução simultânea de todos os blocos militares».

Um paiol

A pretendida integração da Espanha na NATO tem vindo mesmo a ser apresentada como lógica consequência do fim do fascismo franquista, uma espécie de consagração da democracia. Argumenta-se, por exemplo que, não fora Franco, a Espanha de há muito seria membro da NATO. São argumentos que se baseiam — ou melhor dizendo, utilizam a letra do preâmbulo do Tratado do Atlântico Norte, que estipula: «Os Estados Partes do presente tratado, reafirmando a sua fé nos intuitos e princípios da Carta das Nações e o desejo de viver em paz com todos os povos e com todos os governos; decididos a salvaguardar a liberdade, herança comum e civilização dos seus povos, fundadas nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito (...)».

Bem sabemos como é falso o conteúdo de tal preâmbulo como os argumentos que na sua letra se baseiem. A defesa da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, não foi obstáculo à integração do Portugal fascista de então na NATO. E se é verdade que a realidade ainda bem viva do milhão de mortos da Guerra de Espanha, impediu então a integração de Espanha, não é menos verdade que o território espanhol nem por isso deixou de ser utilizado, em termos militares, em benefício dos Estados Unidos (cabeça da NATO). Desde 1949, os EUA apoiam-se, em termos militares, nos portos espanhóis. Em 1953 a ditadura franquista aceitava um acordo para a criação de uma base aeronaval. Rota, a 96 Km a noroeste de Gibraltar, tornou-se operacional em 1958: é a base natural da 6.ª esquadra norte-americana, com área de acção centrada no Mediterrâneo.

Depois, a rede e a envergadura das bases foi-se alargando. Além de Rota, existem bases aéreas em Saragoça, Torrejón de Ardoz (Madrid) e Morón de la Frontera (Sevilha) ligadas entre si pelo pipe-line. Entre muitas outras. No Polígono de Tiro das Bardenas Reales é realizada mais de metade da instrução de tiro dos aviões norte-americanos estacionados na Europa.

Como se nota, os pruridos «democráticos» não têm impedido a intensiva utilização do território espanhol para a concretização da política belicista de Washington. Aliás, o que a realidade política mundial testemunha é que a existência de bases militares norte-americanas se casa bem com as mais violentas ditaduras — rapidamente substituídas por governos sensíveis aos interesses do imperialismo quando as revoltas populares estalam e é preciso precipitar soluções alternativas a verdadeiros governos populares.

A pretendida confirmação da entrada da Espanha na NATO nada tem a ver com democratização das estruturas políticas. Tem sim a ver com reforço das estruturas do capital, em particular no plano político-militar. A mesma tendência que a revisão do Tratado de Roma pretende consagrar, na linha, nomeadamente, do esquema avançado na revista norte-americana «Foreign Affairs», pelo ex-conselheiro presidencial Brzezinski: os EUA deverão encorajar o «aparecimento de uma Europa politicamente mais viável», pois isso contribuiria para «deslocar gradualmente o equilíbrio histórico da Europa a favor do Ocidente».

No fundo, a presença permanente e perigosa das ilusões de uma inversão da realidade histórica.

Crise económica na África do Sul

O agravamento da crise económica com que se debate a África do Sul, expresso de forma clara no aumento do desemprego, na subida em flecha da inflação e na quebra dos investimentos, está a provocar a saída em massa da população branca, apesar dos esforços desesperados do regime de *apartheid* para o impedir.

A situação degradou-se a tal ponto que os jornais sul-africanos publicam anúncios sobre a melhor forma de deixar o país, mediante o pagamento de quantias que vão até aos quatro mil rands, enquanto firmas organizam seminários pagos para fornecer as indicações necessárias para abandonar a África do Sul sem grandes problemas.

O governo de minoria branca está alarmado, já que a este movimento corresponde uma redução drástica da emigração de brancos para a África do Sul, que até há pouco representava cerca de 17% dos actuais 4,8 milhões de brancos que vivem no país.

O facto é que a «radiante África do Sul», como é chamada na propaganda de captação de emigrantes brancos, se torna cada vez menos promissora para quem pretende enriquecer à custa dum regime da exploração e segregação da maioria negra. O desemprego, que até há dez anos atrás só afectava a população negra, está a transformar-se num flagelo generalizado. O número dos desempregados aumentou mais do triplo desde 1982 e continua a aumentar.

O mesmo sucede com a taxa de inflação, que em Janeiro último era de 18,45%, a mais alta registada desde há 65 anos. Os produtos alimentares sofreram aumentos da ordem dos 42 por cento, enquando o rand continua a descer nos mercados financeiros internacionais (a quebra, desde 1984, ultrapassa os 50% em relação ao dólar). Por outro lado, e de acordo com dados da Universidade Stellenbosch, os investimentos têm vindo a diminuir a olhos vistos; em Janeiro, cerca de um quinto das capacidades industriais estava paralisada.

A crise, que ninguém duvida ser fundamentalmente provocada pela política do *apartheid* e pelos encargos financeiros resultantes da crescente política repressiva, pode e deve, segundo os patriotas sul-africanos, ser utilizada para precipitar a liquidação do regime de Botha.

É neste contexto que a aplicação de sanções à África do Sul deve ser entendida e em que se insere a acção que o Comité Anti-*apartheid* das Nações Unidas vem desenvolvendo.

O seu presidente, Joseph Garba, esteve na semana passada em Lisboa para, como afirmou, sensibilizar as autoridades portuguesas para a necessidade de aplicação de sanções àquele país no âmbito da luta contra a política de *apartheid*, tema de resto também em debate no Parlamento Europeu. Recorda-se que a Associação dos parlamentares da Europa ocidental está a preparar, para Junho próximo, uma conferência anti-*apartheid*, em Paris, para a qual se pretende um elevado nível de participação.

Mudanças no Haiti, mas não muitas

Enquanto o governo francês continua sem sucesso a tentar livrar-se da presença incómoda do ex-presidente do Haiti, Jean-Claude Duvalier, mais conhecido por Baby Doc, a situação naquele país latino-americano parece estar a ser conduzida, sob a direcção da Casa Branca, para um duvalerismo sem Duvalier.

A administração norte-americana, que de forma inequívoca assumiu a condução da «abertura» haitiana para um regime mais consonante com os seus interesses — que o mesmo é dizer com uma aparência menos ditatorial, sem que tal ponha em causa a dominação imperialista do território — fez saber através do Departamento de Estado que continua à procura de um país que conceda asilo ao ex-ditador e respectiva comitiva, o que parece não ser fácil.

Recusando-se a receber o aliado caído em desgraça, os EUA estão a provocar uma situação delicada em França, que tudo indica poder vir a agravar-se no imediato. Com efeito, Baby Doc considera que o seu forçado exílio num hotel de luxo, de que não está autorizado a sair, constitui uma afronta inadmissível, pelo que já moveu um processo contra as autoridades francesas, exigindo liberdade de movimentos num país que o acolhe a contragosto.

O reforço da polícia que guarda o hotel onde se encontra Duvalier, cujo proprietário, diga-se de passagem, também já lhe manifestou o desejo de não continuar a tê-lo como hóspede, traduz não apenas as dificuldades crescentes em manter pacíficos os ânimos populares, pese embora a sua legítima indignação, mas também as dificuldades em evitar que Duvalier saia da sua gaiola dourada. Ocorre perguntar como se sentiria numa prisão do Haiti, para onde mandou tantos dos seus opositores...

Mas mais importante do que a sorte de Baby Doc é a sorte do Haiti, onde tudo parece mudar para ficar quase na mesma. Tanto assim é que o «Conselho Governamental Nacional» designou para a chefia da polícia dos vários departamentos do país oficiais do exército conhecidos pela sua estreita colaboração com o presidente deposto, ao mesmo tempo que mantém em vigor o estado de sítio e o recolher obrigatório, com crescentes ameaças de repressão para quem não acatar as ordens da «autoridade».

É certo que os tenebrosos «Tonton-Macoute», corpo de elite da repressão mais brutal de Duvalier, foram dissolvidos. Mas os seus chefes foram deixados fugir para o estrangeiro, impedindo assim o julgamento pelos crimes cometidos, justamente uma das mais reivindicadas exigências populares.

Elucidativo também que os EUA se tenham apressado a «dar boa nota» às novas autoridades do Haiti no que respeita aos direitos humanos, com sabida fórmula norte-americana para fazer aprovar a concessão de apoios económicos aos seus mais fiéis aliados.

Mas se a excelente situação estratégica do Haiti nas Caraíbas é da máxima importância para os planos da administração Reagan, não menos importante é para o povo haitiano a libertação de uma terrível ditadura. A luta, em vez de terminar, está no começo.

Internacional

Filipinas

Marcos sai EUA não

Se derrubar o ditador filipino Ferdinando Marcos não foi tarefa fácil, restaurar a democracia e a paz social nas Filipinas vai ainda ser mais difícil, pese embora a boa-vontade e declarações de princípio que vêm sendo reafirmadas nestes primeiros dias de governação de Corazón Aquino e do vice-presidente Salvador Laurel.

As dificuldades radicam em primeiro lugar na grave crise económica que afecta o país e na ausência de um programa definido das novas autoridades para lhe fazer face; na dependência excessiva das Filipinas face aos Estados Unidos, sendo manifesta a disposição da dupla Aquino/Laurel em a aprofundar; e na deliberada formação de um governo dito de «continuidade» e de «renovação reformadora», onde ex-colaboradores do regime de Marcos e opositores do mesmo se sentam à mesma mesa.

A questão que se coloca é a de saber como é que, perante semelhante quadro, vai evoluir uma situação que se tornou possível pela inegável mobilização popular contra a ditadura em nome de legítimas aspirações que não vai ser fácil defraudar.

É certo que a administração Aquino começou por tomar algumas medidas positivas, designadamente a libertação dos presos políticos, a restauração do direito de Habeas corpus e a revogação de muitos dos decretos contra os direitos humanos, a promessa de que «serão julgados os que cometeram grandes crimes contra o povo», a passagem à reserva de 23 oficiais próximos de Marcos e a destituição de todos os presidentes de Câmara.

Mas estas medidas, sendo importantes, não bastam para afastar as dúvidas e os receios de que a mudança exigida pelo povo filipino fique muito aquém do necessário.

Assim, regista-se o facto de permanecerem presos quatro elementos acusados de serem chefes da guerrilha (comunista) cuja libertação automática terá sido impedida pelas autoridades militares; de registar também a prontidão com que o vice-presidente Salvador Laurel afirmou publicamente que «os comunistas não terão qualquer papel no governo», ao mesmo tempo que Corazón Aquino prometia uma resposta dura das forças militares à acção do Novo Exército do Povo, caso os seus membros não deponham as armas e prometam fidelidade ao regime.

Estas afirmações, proferidas quando não foram ainda tomadas quaisquer medidas concretas para resolver os problemas que estão na própria origem da organização das forças da oposição, tornam-se ainda mais significativas se se tiver presente a manifesta declaração de vassalagem aos Estados Unidos e as declarações da administração Reagan a propósito das Filipinas.

Salvador Laurel afirmou, a este respeito, desejar **um compromisso positivo do presidente dos EUA, Ronald Reagan, de que ajudará as Filipinas durante este período difícil**, classificando-o como o **amigo mais íntimo** do país. Ao mesmo tempo, o vice-presidente filipino manifestou-se **esperançado em que os EUA aumentem a ajuda militar às Filipinas**.

De salientar, por outro lado, a invulgar disponibilidade manifestada pelo FMI e outros credores das Filipinas, que dizem estar dispostos **a colaborar da melhor vontade** com as novas autoridades para a renegociação da dívida externa do país, estimada em 25 milhões de dólares.

Reagan e Marcos, dois amigos de longa data, que a estratégia política norte-americana só aparentemente separou

E ainda as declarações de Washington sobre o aumento do apoio económico às Filipinas, indissociável da já anunciada decisão de ampliar as bases militares norte-americanas naquele país, cuja importância estratétgica é classificada pelo Pentágono como **sem paralelo em toda a bacia do Pacífico**.

Pode sem grande margem de erro dizer-se que Marcos caiu porque os EUA lhe retiraram o seu apoio, e que Corazón Aquino chegou ao poder porque teve a seu lado o apoio popular. Mas no intervalo destas duas realidades existe uma grande margem de manobra que o imperialismo não deixou de utilizar em seu favor e de que não prescindirá no futuro.

Se a administração Reagan confessa publicamente as suas esperanças em assegurar a manutenção das baes de Clark e Subie Bay para além de 1991, ano em que finda o actual acordo sobre a presença militar norte-americana nas Filipinas, e se permite dizer que os seus **propósitos imediatos foram atingidos**, é porque espera poder cobrar a factura da sua «ajuda» aos novos governantes.

Resta saber como reagirá a isso o povo filipino.

Olof Palme assassinado

A notícia tem quase uma semana. E continua incompleta, amputada de um elemento importante: quem matou?

Olof Palme, primeiro-ministro sueco, dirigente máximo do Partido Operário Social Democrata da Suécia, activo participante em diversificadas acções em defesa da paz e de solidariedade com povos em luta contra a exploração e a opressão, foi assassinado nas ruas de Estocolmo.

A reacção do povo sueco e no plano internacional ao crime, surgiu imediata. Na zona do crime o solo foi coberto de ramos de rosas vermelhas e um comício de protesto reuniu muitos milhares de pessoas. O 27.º Congresso do PCUS parou durante um minuto de silêncio. A Nicarágua declarou três dias de luto oficial. Choveram telegramas de condolências, um pouco de toda a parte.

Em muitas das mensagens vem implícita a razão possível do crime — pista para a localização do autor.

«Não sei quem matou Olof Palme. Mas sem quem o odiava» — diz o académico soviético Gueorguei Arbatov em comentário. «Palme era um dos dirigentes da social-democracia internacional. Tínhamos posicionamentos ideológicos diferentes, mas (...) ele via e compreendia quanto era importante a cooperação de todas as forças sãs da humanidade, a cooperação do "Ocidente" capitalista com o "Leste" socialista, como a cooperação entre social-democratas e comunistas era importante para a paz, o desarmamento e a segurança internacional, para a solução dos grandes problemas globais da Humanidade.»

Também o «grupo dos seis» pela paz e o desarmamento, de que Olof Palme fazia parte, subscreve a mesma ideia: «Energicamente denunciamos e condenamos o atroz crime perpetrado em Estocolmo, visando privar a comunidade internacional de um esforçado e fervoroso lutador pela paz, pela democracia, progresso social e direitos humanos» — afirma-se em comunicado comum.

Os factos parecem assim indicar que o dirigente social-democrata Olof Palme foi morto por defender a única mentalidade e a única política possível na época contemporânea — mesmo no limite do quadro ideológico da social-democracia.

O que testemunha dos riscos que a reacção — nas suas diversas formas — impõe à batalha pela paz e aos seus militantes. Como quotidianamente se confirma nas perseguições a que são sujeitos, em muitos países capitalistas, os que se batem pela paz e o desanuviamento nas suas diversas componentes.

Mas também que nem as perseguições nem os crimes podem inverter o que é hoje a lógica da própria sobrevivência. No caso concreto reafirma-se a continuidade da linha da política externa sueca, o «grupo dos seis» vai prosseguir a sua actividade, e naturalmente também a «Comissão Olof Palme».

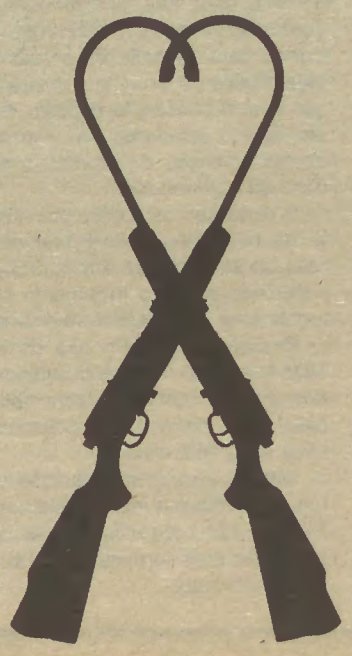
As perseguições aos que se batem pela paz não podem colher dividendos. Porque somos todos nós que estamos em causa.

Telegrama do PCP

***Do Secretariado do Comité Central do PCP* ao Partido Operário Social Democrata da Suécia:**

«Profundamente chocados com o criminoso atentado que vitimou Olof Palme, expressamos as nossas sinceras condolências ao Partido Social Democrta Sueco e à família enlutada».

Paz, de Moscovo a São Francisco



«A criação de uma nova ordem mundial, baseada na coexistência pacífica de todos os países, corresponde aos interesses de cada pessoa, de toda á humanidade. A sua materialização é possível porque no mundo existem países libertados, amplos movimentos de libertação e democráticos, o movimento operário» — são palavras de comentário à proposta de criação de um sistema de segurança geral e universal inserida no relatório político apresentado por Gorbatchov ao **27.º Congresso do PCUS** — nas páginas da revista soviética «Tempos Novos». Palavras em que se realça a importância do multiforme movimento pela paz em todo o mundo, e que a prática dia a dia confirma.

Assim, e paralelamente, enquanto em Moscovo, no Palácio dos Congressos, se apresentavam as bases de um sistema geral e universal de segurança, baseado no desarmamento e na intensificação de relações, em todos os domínios, entre povos e Estados, nos **Estados Unidos** — ao arrepio da política oficial de corrida aos armamentos — milhares de pessoas que integram uma **marcha da Paz** passavam por São Francisco e prosseguiam a sua longa caminhada de mais de cinco mil quilómetros. De acordo com os planos dos organizadores da marcha, esta deverá terminar com um grande comício em Washington.

O caminho para a paz conta, neste momento, com factores decisivos. E em primeiro lugar com **propostas muito concretas e realistas.** O importante é somar-lhe a força humana que as poderá impor.

Como se afirma na «Declaração das Comissões de Negócios Estrangeiros do Soviete Supremo da URSS sobre o Ano Internacional da Paz», «pela primeira vez na História é proposto à Humanidade um plano concreto e realizável, num prazo histórico curto — nos próximos 15 anos —, de liquidação por etapas das armas mais destrutivas que representam uma ameaça de morte para a própria vida na Terra».

Um plano cuja concretização exige a participação de todos — «os partidos políticos, organismos municipais, organizações sindicais e religiosas, homens da ciência e da cultura, mulheres e jovens, assim como as mais variadas correntes do movimento antimilitarista e antinuclear».

Para que, como é destacado na mesma declaração, «cada ano deste século, a começar pelo ano internacional da Paz (1986), marque uma nova etapa no caminho rumo à eliminação total do perigo nuclear».

AVANTE!

«(...) Operários da Carris! Que caminho deveis trilhar para alcançar a vitória? O caminho da luta organizada, com novas concentrações junto da administração e dos serviços de assistência, com novas concentrações no sindicato, envio de delegações ao INT, aos jornais diários, aos deputados e outras autoridades fascistas para reclamarem contra a medida da Previdência e exigirem o regresso ao sistema de assistência que ainda há pouco vigorava.

«Trabalhadores da Carris do Porto! Criai as vossas comissões de unidade para dirigirem a luta. Reforçai a vossa acção. Colocai desde já na ordem do dia a luta por aumentos de salários, pela renovação do contrato colectivo (...)»

(Os Trabalhadores da Carris Contra os Abusos da Previdência» — «Avante!», VI série, n.º 365, Março-Abril de 1966)

Avante!

«No dia 13 de Janeiro, como todas as sextas-feiras, às 17 e 30, as mil operárias da FEX dirigiram-se ao escritório para receber o salário, apesar de, na véspera, a gerência desta empresa americana ter feito correr a notícia de que não haveria pagamento nesse dia.

«Diante do escritório fechado, começaram a erguer-se os primeiros protestos das operárias que iam chegando. À medida que a concentração engrossou, uma onda de indignação cresceu indomável: "queremos o nosso dinheiro! Queremos os nossos salários! Bandidos! Gatunos! Ladrões!", gritavam iradas as mil operárias da FEX.

«(...) Barricando-se no escritório, gerentes e funcionários superiores, aparentemente impassíveis, saíram depressa do seu torpor para chamar as forças repressivas. Com a chegada da GNR, recrudesceu o clamor de protestos e a combatividade das operárias.

«Para isolar as trabalhadoras do povo, os guardas fecharam os portões da fábrica tentando aterrorizá-las. E quando, de dentro do escritório, um gerente berrou: "escutem, tenham calma", a resposta das operárias surgiu pronta: "não escutamos nada, queremos o nosso dinheiro". Enfurecido, o mesmo gerente vociferou: "calem-se que me dói a cabeça". Mas já as operárias replicavam, num novo clamor: «e a nós dói-nos o estômago!" "Queremos os salários! Queremos o dinheiro!", acrescentando, no auge da indignação: "se não pagam, isto vai pelos ares".

«(...) Encurralados, os gerentes prometeram pagar na 3.ª feira seguinte, mas as operárias recusaram num clamor de protestos. Prometeram pagar na 2.ª, mas nova recusa, novos protestos. Finalmente, perante a firme determinação das operárias, a gerência comprometeu-se a pagar no sábado, dia seguinte, e a GNR responsabilizou-se pelo cumprimento desta promessa. As operárias concordaram então, não sem decidirem que realizariam uma marcha de protesto ao posto da guarda se o prometido não fosse cumprido. E no dia seguinte, as operárias receberam os seus salários».

(«Queremos os Nossos Salários!» Reclamaram as 1000 Operárias da FEX» — «Avante!», VI Série, n.º 376, Março de 1967)

Avante!

«(...) Queremos a unidade antifascista. A unidade na acção e para a acção. Unidade, não de costas voltadas para o povo, mas radicada na própria unidade popular, na unidade dos operários, dos camponeses, dos empregados, dos estudantes, dos intelectuais, dos soldados e marinheiros, unidade forjada na própria luta e expressão da própria luta.

«Não há tempo a perder. A situação política pode evoluir rapidamente e colocar o movimento antifascista ante novas responsabilidades. É necessário pôr fim à dispersão de esforços, à desorientação, às ilusões de direita e de esquerda. Reforçando a unidade antifascista, é necessário definir uma linha de acção comum. Para o imediato e para o futuro.»

(«Por uma Linha de Acção Comum» — «Avante!», VI série, n.º 389, Março de 1968).

Em Foco

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 636
6 de Março de 1986
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

«Ao formular no plenário de Abril a estratégia de aceleração do desenvolvimento socio-económico do País, o Comité Central do PCUS adoptou deste modo uma decisão de importância histórica, decisão que recebeu um amplo apoio do Partido e de todo o povo, e que se submete ao exame do Congresso.

«Que entendemos por aceleração? Antes de tudo, a elevação do ritmo de crescimento económico. Mas não só isso. A sua essência reside na nova qualidade do crescimento: intensificação óptima da produção na base do progresso técnico-científico, da reestruturação da economia, de formas eficientes de gestão, da organização e estímulo do trabalho.

«A via rumo à aceleração não se reduz às transformações no terreno económico. Prevê a aplicação de uma dinâmica política social e o consequente cumprimento do princípio da justiça social. A estratégia da aceleração pressupõe o aperfeiçoamento das relações sociais, a renovação das formas e métodos de trabalho das instituições políticas e ideológicas, a superação decidida da inércia, do imobilismo e do conservadorismo, de tudo o que trava o progresso social.

«O principal, o que deve assegurar-nos o êxito, é a criação viva das massas, a máxima utilização das imensas possibilidades e vantagens do sistema socialista.»

Do «Relatório Político do Comité Central do PCUS ao XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética» apresentado pelo camarada Mikhail Gorbatchov, secretário-geral do CC do PCUS.

«A história do Partido de Lénine não é apenas um passado glorioso mas também parte integrante da política actual da inteligência colectiva dos comunistas»

■ **Albano Lima**,
enviado especial do «Avante!»

Moscovo — Durante cinco dias, incluindo o último sábado, decorreram os debates e as intervenções referentes ao relatório político apresentado ao XXVII Congresso do PCUS, que se iniciou terça-feira, 25, no Palácio dos Congressos, em Moscovo, com a leitura do relatório, durante perto de sete horas, pelo camarada Mikhail Gorbatchov, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética. Sábado, dia 1, foram aprovados por unanimidade, o programa do PCUS (nova redacção, depois da anterior ter vigorado nos últimos vinte e cinco anos) e os novos estatutos com alterações. O documento das «Direcções Principais», também designado por «Grandes Opções» para o período de 1986-1991 e até ao ano 2000, bem como o plano quinquenal propriamente dito, serão debatidos e votados até hoje, dia 6, quinta-feira, data prevista para o encerramento do Congresso, que, desde o início da sua preparação, tem sido apresentado como sendo um debate aberto de toda a política da União Soviética, assim acontecendo na realidade. O relatório do CC apresentado por Gorbatchov foi, por sua vez, aprovado na sessão de sábado, dia 1, passando a constituir a «linha actual do Partido». Ao aprovar o relatório, o XXVII Congresso exortou todas as organizações do PCUS a aplicá-lo na prática integralmente.

No quinto dia dos trabalhos (sábado), a sessão, presidida pelo camarada Tchebrikov, membro da Comissão Política do CC do PCUS e presidente da Comissão de Segurança do Estado, abriu com «sentidas condolências» pela morte de Olof Palme, primeiro-ministro sueco e presidente do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores da Suécia. Delegados e convidados observaram um minuto de silêncio pelo desaparecimento de Olof Palme, de que **«nunca esqueceremos»** — disse Tchebrikof —, o que **«fez para desenvolver as relações de boa vizinhança entre o seu país e a URSS»**.

Lembrado Stakhanov

Um dos delegados mais aplaudidos na sessão do dia 1 foi o camarada Konstantin Petrov, mineiro da região de Vorochilovgrad, Veterano do Trabalho e inspector-chefe do grupo de produção «Stakhanovschakhtostroi». O velho mineiro — que recordou o trabalhador de vanguarda, herói do Trabalho Socialista, Stakhanov, que em 1935 bateu todos os recordes de produção e ficou célebre entre os trabalhadores de todo o mundo — disse que, hoje, **«quando é preciso agir, alguns re-**

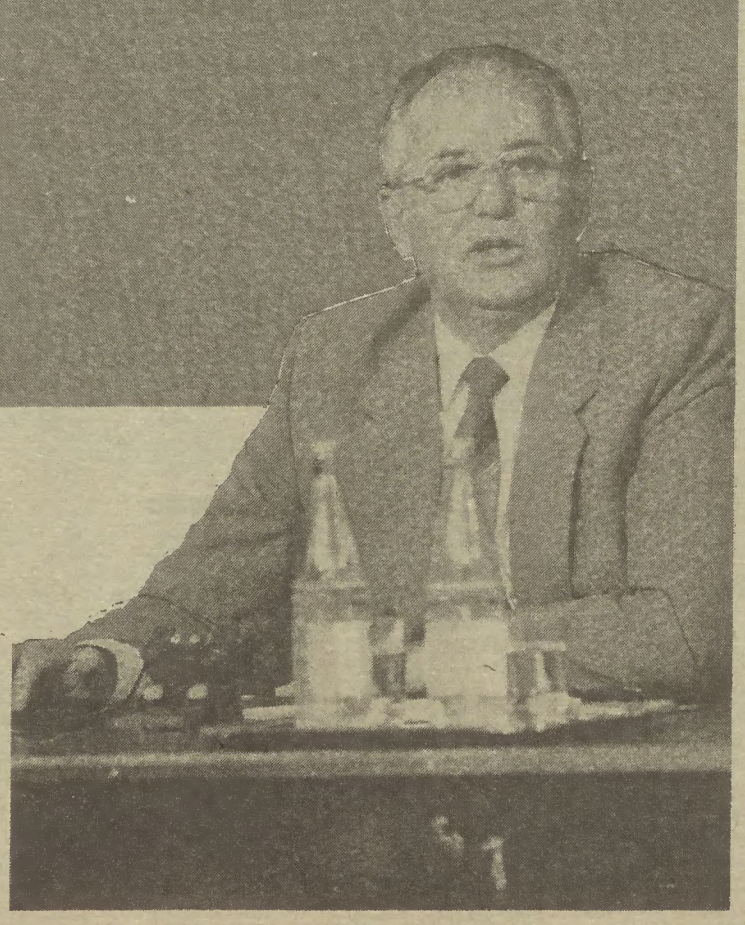
edições Avante!

Colecção «Paz e Socialismo»

MIKHAÍL GORBATCHOV

DISCURSOS E ARTIGOS ESCOLHIDOS

com um prefácio para a edição portuguesa



cuam», e que **«os comunistas devem estar sempre na primeira linha»**. Insistindo no trabalho de vanguarda e recordando os prémios que Stakhanov recebeu na sua época (designadamente um prémio mensal de valor equivalente ao salário) o camarada Petrov lembrou que o PCUS tudo faz para aumentar a criatividade das massas e a produtividade. Mas, segundo o «Pravda» de domingo, o Veterano do Trabalho criticou os responsáveis por alguns ministérios e **«reprovou a sua passividade relativamente à melhoria das condições de trabalho dos mineiros»**. Konstantin Petrov, em nome da geração mais velha, apoiou calorosamente a linha do Partido agora aprovada pelo XXVII Congresso e disse:

«Lutaremos activamente para a pôr em prática.»

Na sessão de sábado, que se prolongou por mais de seis horas, intervieram, entre outros membros destacados do PCUS, os camaradas Serguei Sokolov, ministro da Defesa da URSS; Vassili Dinkov, ministro da Indústria do Gás, e Stepan Chalaiev, presidente do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos (CCSS).

Na segunda-feira, o camarada Nicolai Rijkov apresentou durante duas horas o relatório do presidente do Conselho de Ministros da URSS.

Deturpar o sentido dos planos e os seus objectivos

Num discurso a que voltaremos com mais vagar, o primeiro-ministro da União Soviética, depois de referir que **«o projecto das direcções principais foi acolhido com grande interesse no estrangeiro»**, sublinhou que **«os nossos adversários de classe e inimigos tentam deturpar o sentido e os objectivos dos planos traçados»**, sem que, no entanto, possam **«deixar de reconhecer a sua audácia e grandeza.»**

O relatório do camarada Rijkov refere-se com grande destaque à parte económica do passado quinquénio e a dado passo recorda que **«o sistema económico do socialismo permite ir dominando de modo planificado as possibilidades inesgotáveis da Revolução Técnico-Científica. De modo diferente do capitalismo, onde as grandes realizações da ciência e da técnica redundam, no fim de contas, na agudização das contradições sociais, nas mãos do Estado socialista essas realizações são uma poderosa força transformadora de desenvolvimento social. Neste domínio, o socialismo tem a vantagem da amplidão histórica e é necessário empregá-la o mais plenamente possível»**.

Não adiar os problemas impostos pelo tempo

Dos discursos mais importantes dos últimos dias, destaca-se o do camarada Ligatchov. O secretário do CC do PCUS, referindo-se a dado passo da sua intervenção ao ensinamento de Lénine, disse que, **«num passado recente, sucedia muitas vezes não se passar do debate deste ou daquele problema»**. Mas, segundo Igor Ligatchov, **«a Comissão Política (Bureau Político), acabou com a prática da morosidade e das protelações. Foi tomado como regra não fugir aos passos concretos e não adiar os problemas, impostos pelo tempo, para as calendas gregas»**.

Disse ainda o secretário da Comissão Política do PCUS: **«É muito importante que a nova redacção do programa do Partido, os Estatutos, com as emendas propostas, e as orientações fundamentais (também chamadas direcções principais ou grandes opções) sejam adoptados pelo Congresso simultaneamente. De certo modo, isso mostrará que, no actual momento de viragem, o Partido continua fiel ao princípio inalterável de unidade do trabalho ideológico, teórico, organizativo e de toda a actividade prática do Partido.»**

Depois de sublinhar que **«os membros efectivos e suplentes da Comissão Política e o Secretariado do CC do PCUS coordenam as suas acções e agem num clima de exigências e trocas francas de opiniões»**, não sendo formais os contactos, mas antes **«a essência do estilo de trabalho leninista»**, o camarada Ligatchov diria mais adiante que **«são numerosos também os casos em que não se apoiam homens enérgicos e inovadores»**.

Depois de se referir ao **«patriotismo, à persistência e ao talento»**, que abundam entre o povo, Ligatchov disse que, **«às vezes, a criatividade, que é o maior património popular, é gasta em vão»**. **«Precisamos de estimular por todos os meios** — disse o secretário do CC — **os homens capazes de arriscar, que têm opinião própria e estão dispostos a assumir grandes responsabilidades.» «O Partido** — disse — **elimina decididamente os erros, levando em conta essas lições, e rectifica os desvios cometidos na política de quadros. O povo apoia calorosamente essa actividade.»**

A história do Partido não é apenas a de um passado glorioso

Depois de referir que os principais documentos aprovados no Congresso constituem excelentes resultados da **«teoria marxista-leninista na etapa actual»**, Igor Ligatchov, valorizando o papel da crítica e da autocrítica, disse que se **«abrem amplas perspectivas às nossas ciências e incentivam-nos a intensificar a propaganda das ideias do marxismo-leninismo, impedindo qualquer estagnação no pensamento social»**.

Neste aspecto, salientou ainda entre outros tópicos, o seguinte: **«devemos aproveitar melhor a rica experiência do PCUS para educar os comunistas, resolver os novos problemas e aprender a tirar lições do passado para o presente e o futuro. Será necessário organizar o estudo da história do Partido Comunista da União Soviética muito melhor do que estava organizado até hoje. Devemos, porém, fazê-lo sem a menor sombra de escolástica, para que a gente compreenda que a história do Partido de Lénine não é apenas um passado glorioso, mas também parte integrante da política actual, da inteligência colectiva dos comunistas»**.

Depois de uma referência ao **«início da reforma do ensino secundário»**, Ligatchov afirmou que **«estão a ser redigidas propostas para reestruturar o ensino superior»** para que o mesmo corresponda às **«necessidades do país.»**

A concluir o seu discurso, o secretário do CC do PCUS afirmou:

«Já se disse (e com razão) mais de uma vez que a época actual é um período de esperanças. É verdade. Mas para nós, comunistas, é antes de mais nada, uma época de acção. A reestruturação da vida está a ganhar ritmo, englobando todas as esferas da sociedade. O país avança para o terceiro milénio com um impressionante programa do Socialismo desenvolvido e progresso em direcção ao Comunismo, com amplos planos de paz, desarmamento e exploração pacífica do Espaço, com os esforços de toda a Humanidade. São objectivos novos e de envergadura histórica. Alcançá-los-emos, mesmo que, em certos casos, haja necessidade de empenhar todos os esforços. Alcançá-los-emos porque continuamos fiéis ao legado de Lénine: "não se tenha medo de reconhecer os erros, nem do trabalho repetido de eliminá-los, e estaremos no cume". O Partido conta com o apoio abnegado do povo e com as possibilidades ilimitadas do regime socialista. Do nosso lado estão a verdade e a força dos argumentos científicos. Do nosso lado estão a justiça e a grandeza da nossa causa comunista.»

O Congresso terminará com a eleição dos dirigentes do Partido. ■

Discurso de Álvaro Cunhal

O secretário geral do Partido Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal, pronunciou, durante os trabalhos do XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, um discurso de que publicamos hoje alguns extractos.

Começando por saudar, em nome do PCP, os delegados ao Congresso, todos os comunistas e o povo da URSS, Álvaro Cunhal afirmou:

Comprovando o carácter científico e o desenvolvimento criativo do marxismo-leninismo, o XXVII Congresso coloca ao povo soviético novas e exaltantes tarefas para a aceleração do desenvolvimento socioeconómico, para um ainda maior avanço da política social, para a renovação dos métodos e do estilo de direcção do Partido e do Estado, para o alargamento e aprofundamento global da democracia socialista na qual é atribuído papel fundamental à mobilização, à actividade, à iniciativa e à capacidade criativa da classe operária e das mais amplas massas da população.

A realização das decisões do XXVII Congresso constituirá um factor de primeira grandeza para a influência no mundo dos ideais do socialismo e do comunismo e um incentivo à luta dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes.

O XXVII Congresso confirma os incansáveis esforços e a contribuição determinante da União Soviética na defesa da Paz mundial, confirma que a União Soviética continua a ser no mundo a mais poderosa fortaleza da paz.

Aqui expressamos o alto apreço dos comunistas portugueses pelas propostas e iniciativas da URSS em prol do desarmamento, do desanuviamento e da coexistência pacífica e saudamos vivamente a apresentação recente, através da declaração do camarada Gorbatchov, do plano visando a completa liquidação das armas nucleares até ao ano 2000.

A participação no vosso Congresso de tão numerosas delegações de partidos convidados e tudo aquilo que elas representam, são por si só um testemunho das transformações revolucionárias que no nosso século se estão produzindo no mundo. A realidade contemporânea evidencia que a luta de libertação dos trabalhadores e dos povos continua avançando, num processo irregular mas irreversível, pelo caminho aberto, 68 anos atrás, pela gloriosa revolução socialista de Outubro.

Entretanto, o imperialismo, designadamente o imperialismo norte-americano, utilizando os poderosos recursos de que dispõe e os mais variados meios — as pressões, a subversão, as ingerências, o estrangulamento económico e financeiro dos Estados, as agressões militares, as guerras não declaradas, o terrorismo, a chantagem nuclear — procura suster e se possível inverter o curso da evolução mundial.

A situação impõe hoje mais do que nunca a acção comum ou convergente de todas as forças anti-imperialistas. Impõe a acção comum, abarcando o mundo inteiro, de todos os que querem evitar a hecatombe nuclear. O reforço da unidade do movimento comunista internacional constitui um facto decisivo para a cooperação e a unidade das forças da paz, da democracia, do progresso social, da independência nacional e do socialismo.

Solidariedade

O secretário geral do PCP referiu-se depois à situação em Portugal, à luta da classe operária e das massas em defesa do regime democrático e, particularmente ao último processo eleitoral, destacando o papel do Partido e do eleitorado comunista na derrota do candidato da extrema direita.

Por fim, referiu-se à solidariedade:

Constitui importante ajuda e forte estímulo para a nossa luta o apoio dos nossos irmãos de combate dos outros países.

E porque a solidariedade é recíproca, podem também estar absolutamente certos do apoio e solidariedade dos comunistas portugueses, os partidos irmãos, os povos que constroem o socialismo e o comunismo, os povos em luta pela liberdade, a democracia e a independência nacional, todos os que sofrem a opressão imperialista, a exploração, a opressão, a tirania do fascismo, do colonialismo e do neocolonialismo, do racismo, do *apartheid*.

Cabe aqui, confirmar aos camaradas soviéticos que, assim como o PCP e o povo português sempre contaram com a solidariedade do PCUS e do povo soviético, assim também os comunistas e o povo da URSS podem contar com a solidariedade dos comunistas portugueses.

Elevada expressão da amizade existente entre os nossos dois povos e importante contribuição para o desenvolvimento das relações entre os nossos dois países, são inabaláveis, indestrutíveis e exemplares os laços de fraterna amizade, cooperação e solidariedade que unem o PCP e o PCUS ■

XXVII СЪЕЗД КОММУНИСТИЧЕСКОЙ ПАРТИИ СОВЕТСКОГО СОЮЗА

Пролетарии всех стран, соединяйтесь!

Коммунистическая партия Советского Союза

ПРАВДА

Орган Центрального Комитета КПСС

Газета основана 5 мая 1912 года В. И. ЛЕНИНЫМ

Четверг, 27 февраля 1986 года

Цена 5 коп.

Вчера на XXVII съезде Коммунистической партии Советского Союза началось обсуждение Политического доклада Центрального Комитета КПСС XXVII съезду партии и отчетного доклада Центральной ревизионной комиссии КПСС.

ОТВЕТСТВЕННОСТЬ ПЕРЕД ВРЕМЕНЕМ

ИНФОРМАЦИОННОЕ СООБЩЕНИЕ

«Um congresso notável» com «muitas coisas novas»

• palavras de A. Cunhal, à chegada a Lisboa

Regressado na passada sexta-feira a Lisboa proveniente de Moscovo onde se deslocou para participar no XXVII Congresso do PCUS, o Secretário Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, afirmou à chegada que se está em presença de um **«Congresso notável»** com **«muitas coisas novas»**, cujas repercussões certamente se farão sentir de forma **«visível e dentro de pouco tempo»** no plano da **«aceleração do desenvolvimento socioeconómico»**, no **«aprofundamento da democracia socialista»** e numa **«mudança de métodos de direcção e de estilo de trabalho tanto no Partido como no Estado soviéticos»**.

Respondendo a perguntas dos jornalistas que o aguardavam no aeroporto da Portela, o dirigente comunista começou por referir alguns dos aspectos inovadores deste Congresso dos comunistas soviéticos, salientando por exemplo a questão da aceleração do desenvolvimento socioeconómico, um conceito que classificou de **«muito largo e muito rico»** e que **«certamente se reflectirá não só no desenvolvimento económico como numa intensificação da solução dos problemas sociais, no melhoramento da vida do povo, no aprofundamento da democracia socialista em todos os seus aspectos»**.

Considerando ser muito difícil resumir todas as teses que estão a ser discutidas no Congresso, o Secretário-Geral do PCP adiantou, todavia, que se trata de **«mudanças muito sensíveis»**, mudanças essas que são acompanhadas de uma **«dinâmica nova que se fundamenta em larga medida na mobilização da criatividade, da intervenção e da participação da classe operária e das massas populares»**.

Instado a desenvolver um pouco mais o sentido dessas **«mudanças»**, Álvaro Cunhal frisou que a **«aceleração do desenvolvimento socioeconómico»** é entendido numa **«concepção muito vasta»**, ou seja é **«compreendido como atingindo todos os sectores da vida do País»**.

No que respeita ao aprofundamento da democracia socialista salientou como **«referências fundamentais»**, a **«autogestão socialista e a intervenção dinâmica e criativa das massas populares na decisão e na solução dos problemas»**.

O dirigente do PCP chamou ainda a atenção para o facto de **«qualquer destas direcções ser acompanhada de uma série de medidas muito variadas, a partir das necessidades de progresso e de uma análise muito atenta de atrasos, deficiências e erros, traduzindo o espírito crítico e autocrítico que está presente em todos os trabalhos.**

Relativamente à política externa, Álvaro Cunhal resumiu a sua opinião sobre o que lhe foi dado observar chamando-lhe **«um Congresso da paz»** e lembrando a propósito as várias referências feitas no decorrer dos trabalhos sobre o **«plano de liquidação das armas nucleares até ao ano 2000»**.

Ainda a este respeito citou o relatório do camarada Gorbatchov no qual a dado passo, numa espécie de **«carta da paz»** — as palavras são suas — são apontadas as **«grandes linhas de orientação na política, na economia, no domínio militar e no domínio humanitário, os grandes princípios ou grandes ideias, dirigindo-se não já só aos estados e governos mas dirigindo-se, de uma maneira geral, aos povos»**.

Á sua chegada a Lisboa o camarada Álvaro Cunhal era aguardado por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e pelo embaixador da URSS no nosso País, Valentin Vdovine.

Relatório de Mikhail Gorbachov secretário-geral do CC do PCUS

Acelerar o desenvolvimento socioeconómico da URSS

Em quaisquer circunstâncias, a importância da União Soviética como pátria do socialismo e o determinante papel hoje desempenhado pelo país dos sovietes na política mundial conferem particular relevo ao balanço que constitui o Relatório Político do Comité Central apresentado aos Congressos do Partido de Lénine.

Contudo, é desde já um dado assente que o vasto documento apresentado pelo camarada Mikhail Gorbatchov, secretário-geral do CC do PCUS, na abertura do XXVII Congresso do Partido, constitui material de enorme importância e riqueza não só para o futuro da URSS como para o aprofundamento do estudo de problemas fundamentais do mundo actual.

O relatório compõe-se de seis capítulos cuja simples enumeração é por si só esclarecedora: Mundo contemporâneo: tendências e contradições; A aceleração do desenvolvimento socioeconómico do país é o rumo estratégico, **dividido em três subcapítulos: «Balanço do desenvolvimento socioeconómico e necessidade da sua direcção», «Direcções principais da política económica» (compreendendo «1. Reconversão da economia nacional na base do progresso técnico-científico», «2. Resolver o problema alimentar é uma tarefa primordial», «3. Pôr a direcção da economia ao nível das novas exigências», «4. Pôr em acção as reservas do crescimento económico») e «Direcções principais da política social» (compreendendo «1. Elevar constantemente o bem-estar do povo, implantar consequentemente a justiça social» e «2. Aperfeiçoamento das relações sociais de classe e nacionais»);** Democratização da sociedade, aprofundamento da autogestão socialista do povo; Objectivos principais e direcções da estratégia da política externa do Partido; Partido, **dividido em três subcapítulos: «Trabalhar de maneira nova, elevar o papel e a responsabilidade da organização do Partido», «Por um militante do Partido honesto e irrepreensível, por uma política de quadros assente em princípios» e «Fortalecer a ligação da ideologia à vida, enriquecer o mundo espiritual do Homem»; e, antecedendo a** Conclusão, Sobre o balanço da nova redacção do Programa e das alterações dos Estatutos.

O relatório de Mikhail Gorbatchov começa por sublinhar a importância das decisões que vão ser tomadas pelo XXVII Congresso, que «determinarão o carácter e os ritmos do nosso avanço para os anos e decénios vindouros» e faz uma apreciação positiva do desenvolvimento da União Soviética desde a aprovação do Programa do PCUS em 1961.

No entanto, «avaliando cuidadosamente o que foi alcançado, a direcção do PCUS considera ser seu dever falar honesta e francamente ao Partido e ao povo dos nossos defeitos na actividade política e prática, das tendências desfavoráveis na economia e na esfera socioespiritual, das causas destes fenómenos».

«Durante vários anos, e não só devido a factores objectivos, mas, antes do mais, devido a causas de carácter subjectivo, as acções práticas dos órgãos do Partido e do Estado atrasavam-se em relação às exigências do tempo, da própria vida. No desenvolvimento do país, os problemas acumulavam-se mais depressa do que se resolviam. A inércia, o anquilosamento das formas e métodos de gestão, o afrouxamento do dinamismo no trabalho, o aumento do burocratismo — tudo isto ocasionava não poucos prejuízos à nossa causa. Na vida da sociedade começaram a revelar-se indícios de estagnação. A situação exige mudanças, mas nos órgãos centrais, assim como nos órgãos locais, começou a dominar uma curiosa psicologia: como melhorar as coisas sem mudar nada.».

O secretário-geral do PCUS acrescenta que assim se «colocou em toda a sua dimensão a seguinte tarefa: ultrapassar o mais rapidamente possível os fenómenos negativos do desenvolvimento socioeconómico da sociedade, imprimir-lhe o dinamismo e aceleração necessários, aprender o máximo com as lições do passado para que, no futuro, as nossas decisões sejam tomadas em tempo e responsavelmente e as acções concretas sejam bem orientadas e eficazes».

Também no campo externo «as transformações no desenvolvimento do mundo moderno são tão profundas e consideráveis que exigem uma interpretação nova, uma análise complexa de todos os factores», sobretudo na situação de confronto nuclear.

A nova linha de rumo traçada pelo plenário do CC do PCUS, de Abril de 1985, foi assim, no dizer de Gorbatchov, «uma manifestação da compreensão profunda por parte do Partido da situação radicalmente nova no interior do país e na arena mundial (...), a revelação da sua vontade e determinação de levar a cabo transformações prementes», acrescentando que o debate que precedeu o Congresso e em que se falou «aberta, serena e construtivamente» permitiu ver melhor o que deve ser feito e com que prioridades.

O mundo contemporâneo

Na sua primeira parte o relatório contém uma caracterização das «tendências e contradições fundamentais» do mundo contemporâneo à luz do marxismo-leninismo.

Sublinhando a complexidade, variedade, dinamismo do mundo moderno, com as suas tendências antagónicas e contradições, Gorbatchov disse que «as revoluções de libertação iniciadas com a Revolução de Outubro definem a face do séc. XX» e identificou o progresso nos nossos dias com o socialismo, «uma formação internacional poderosa» representando «mais de um terço da Humanidade».

Gorbatchov falou das dificuldades do nascimento e construção do socialismo «em países que estavam naquela época longe de serem avançados», o que explica a impossibilidade de «escapar a erros na política e diferentes tipos de desvios subjectivistas» bem como a «multiplicidade de contradições». O mais importante, porém, foi que o socialismo mostrou «capacidade para resolver os problemas sociais numa base radicalmente nova», fazendo os países atingirem «metas mais altas de desenvolvimento» e revelando «as possibilidades que se abrem perante a civilização moderna».

O relatório aborda depois os factores de «progresso social», as revoluções anticoloniais, o movimento de libertação nacional, o aparecimento dos países em vias de desenvolvimento, o movimento comunista e operário internacional, o «movimento democrático de massas da actualidade, nomeadamente pacifista e antinuclear», e a revolução científico-técnica.

Detendo-se nesta última, Gorbatchov disse que, consoante os sistemas sociopolíticos, ela apresenta «facetas e consequências diferentes». «O capitalismo do século da electrónica e da informática, dos computadores e dos *robots*, lança no desemprego milhões de pessoas, incluindo jovens e pessoas cultas». Em contraste, o socialismo «possui tudo o que é necessário para pôr a ciência e a técnica modernas ao serviço das pessoas, mas seria incorrecto supor que a revolução científico-técnica não coloca problemas à sociedade socialista», obrigando a uma «revisão constante e à renovação dos sistemas de direcção existentes».

Focando as contradições mais importantes do mundo actual, afirmou Gorbatchov, que a principal é a que se reporta às relações entre o socialismo e o capitalismo, acusando este de ter interpretado o nascimento do primeiro como um «erro» da História e procurar resolver a contradição pela força, cabendo uma responsabilidade especial aos EUA neste aspecto.

Contradições internas do capitalismo

Gorbatchov rejeitou as teses da «exportação da revolução», sublinhando que são as contradições internas do capitalismo que levarão à sua própria negação. Dada a ameaça nuclear no confronto entre os dois sistemas, será «em torno das questões do conteúdo real da política capaz de conservar a paz que (...) se desencadeará a luta principal nos próximos anos» entre os dois sistemas. O factor decisivo, considerou, será a correlação de forças na arena mundial.

Outros conflitos do mundo actual apontados por Gorbatchov dizem respeito às contradições internas do capitalismo (cuja crise e seu aprofundamento «não exclui possibilidades de crescimento da sua economia, de exploração de novas direcções científicas e técnicas»), ao conflito entre trabalho e capital (em que se verificou, a partir de meados da década de 70, um recuo nas conquistas sociais dos trabalhadores), às contradições interimperialistas, particularmente entre os EUA, a Europa Ocidental e o Japão, com a possibilidade do aparecimento de outros «centros de força» imperialistas.

O relatório de Gorbatchov dedica um amplo espaço ao «novo conjunto, complexo e dinâmico, de contradições entre o imperialismo e os países em vias de desenvolvimento», responsabilizando o neocolonialismo promovido pelo imperialismo pela difícil situação em que se encontram, com um rendimento «per capita», no início dos anos 80, 11 vezes inferior ao dos países capitalistas: «só no último decénio, os lucros extraídos pelas corporações americanas nestes países foram quatro vezes maiores do que os investimentos». O dirigente soviético acusou ainda os EUA de financiarem os seus programas militares com o produto dessa pilhagem.

«A pobreza dos países em vias de desenvolvimento é um grande problema que afecta o mundo inteiro. Aí se radicam, e não noutros factores, as verdadeiras causas de numerosos conflitos na Ásia, África e América Latina. Esta é a verdade, por muito que as esferas governamentais das potências imperialistas invoquem a "mão de Moscovo" para justificar a sua política neocolonialista e as suas pretensões hegemónicas», afirmou Gorbatchov.

«Tomemos o problema da dívida externa. Em conjugação com os lucros extraídos anualmente dos países em vias de desenvolvimento, a dívida externa acumulada significa uma só coisa: redução das perspectivas de seu desenvolvimento e a inevitabilidade da agudização posterior dos gravíssimos problemas sociais, económicos, etc. Na actual conjuntura, estes países não poderão certamente pagar as dívidas.»

O secretário-geral do CC do PCUS diria depois «não ser possível resolver os problemas globais e universais com as forças de um só Estado ou de um grupo de Estados», defendendo a «interacção construtiva e criadora dos estados e povos à escala planetária».

Gorbatchov criticou em particular as orientações da Administração americana, considerando-as agressivas, crescentemente militarizadas e menosprezando outros interesses que não sejam os seus.

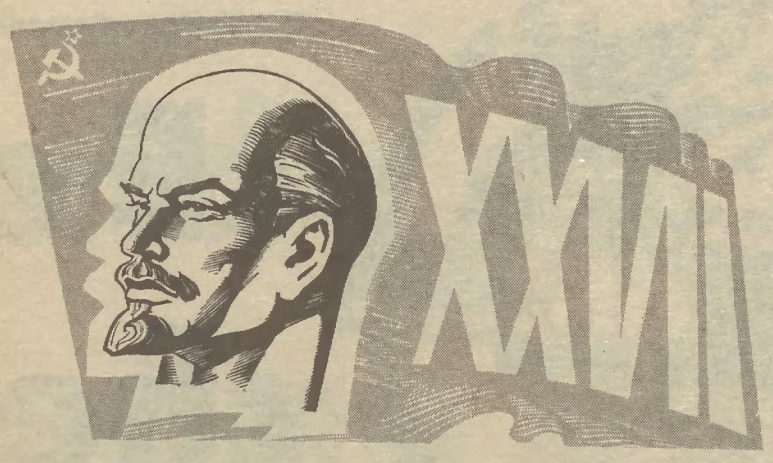
Aceleração do desenvolvimento socioeconómico

Passando à análise da situação na União Soviética, Mikhail Gorbatchov sublinhou ser submetido ao Congresso a «estratégia de aceleração do desenvolvimento socioeconómico do país», formulada pelo CC no seu Plenário de Abril.

«Que entendemos, interroga o próprio texto do relatório, por aceleração?» E, respondendo: «Antes de tudo, a elevação do desenvolvimento socioeconómico do país é, segundo o relatório político do Comité Central do PCUS, antes de tudo, a elevação do ritmo do crescimento económico. Mas não só: «A sua essência, disse Gorbatchov, reside na nova qualidade do crescimento: intensificação óptima da produção com base no progresso técnico-científico, na reestruturação da economia, em formas eficientes de gestão, na organização e estímulo do trabalho.»

Mas «a via rumo à aceleração não traduz só as transformações no terreno económico. Prevê a aplicação de uma dinâmica político-social e o consequente cumprimento do princípio da justiça social.

A estratégia de aceleração pressupõe o aperfeiçoamento das relações sociais, a renovação das formas e métodos de trabalho das instituições políticas



e ideológicas, a superação decidida da inércia, dos obstáculos do conservadorismo, de tudo o que trava o progresso social».

«O principal, o que deve assegurar-nos o êxito é a criatividade viva das massas, a máxima utilização das imensas possibilidades e vantagens do sistema socialista.»

A concluir este tema, disse Gorbatchov: «numa palavra, camaradas, a aceleração socioeconómica do país é a solução para todos os nossos problemas: imediatos e potenciais, económicos e sociais, políticos e ideológicos, internos e externos. Só por este caminho se pode e se deve alcançar um novo estado qualitativo da sociedade soviética».

Prosseguindo, ao fazer o balanço em linhas gerais do desenvolvimento socioeconómico da URSS, Mikhail Gorbatchov falou dos «êxitos impressionantes» do país no quarto de século transcorrido desde a aprovação do 3.º Programa do PCUS, em que os fundos fixos da produção da economia nacional foram multiplicados por sete, construídas milhares de empresas, muitas de novos ramos, em que o rendimento nacional aumentou quase quatro vezes, a produção industrial cinco vezes e a agro-pecuária 1,7 vezes.

As lições dos problemas da década de 70

O dirigente soviético referiu-se especificamente aos anos 70, década em que a URSS se aproximou, e superou nalguns casos, o nível técnico-científico dos EUA, mas em que, a par dos êxitos, começaram a aumentar as dificuldades da economia nacional:

«Reduziu-se sensivelmente o ritmo de crescimento económico pelo que não se cumpriram as tarefas de fomento da economia definidas pelo programa do PCUS e mesmo metas mais baixas do nono e décimo quinquénios. Tão-pouco se conseguiu realizar integralmente o programa social traçado para estes anos. Permitiu-se um atraso da base material da ciência e da instrução, da saúde e dos serviços culturais e sociais à população.»

«Apesar de alguns dos factores desta situação nos serem exteriores, o principal reside no facto de não ter sido feita a tempo uma avaliação política da mudança da situação económica. Não nos apercebemos da urgência da passagem da economia para os métodos intensivos, da activa utilização dos êxitos do progresso técnico-científico na economia nacional.»

«Foram feitos muitos apelos e discutiu-se muito a este respeito, mas na prática as coisas permaneciam paradas», disse Gorbatchov.

O secretário-geral do PCUS afirmou que, embora nos últimos anos se tenham feito esforços, não se conseguiu corrigir completamente a situação: «no décimo primeiro quinquénio a produção da maioria dos produtos da indústria e da agricultura não alcançou os limites projectados pelo 26.º Congresso do PCUS. Deu-se um sério atraso no fabrico de máquinas-ferramentas, na indústria petrolífera e hulheira, na electrónica, na siderurgia, na química e nas obras básicas. Não se cumpriram as metas nos indicadores principais de aumento na eficiência e na elevação do nível de vida da população».

Destes factos, afirma Mikhail Gorbatchov, há que retirar algumas lições:

«A primeira pode dizer-se que é a da verdade. Uma análise responsável do passado abre o caminho para o futuro, enquanto meias-verdades que evitam envergonhadamente os pontos fracos travam a elaboração de uma política realista, dificultam o nosso avanço.»

Outra lição diz respeito «à coerência e à decisão nas acções práticas»:

«A passagem para ritmo intensivo de uma economia tão vasta como a nossa não é fácil e exige grandes esforços, tempo e a mais alta responsabilidae. Mas uma vez iniciadas as transformações não é possível limitarmo-nos a medidas ambíguas. Deve actuar-se consequente e energicamente sem nos determos ante os passos mais audazes.»

Mais uma lição e, segundo o secretário-geral do PCUS, a principal:

«O êxito de qualquer causa é determinado decisivamente pelo grau de actividade consciente das massas que nela participam. Convencer as vastas camadas de trabalhadores da justeza do caminho escolhido, interessá-los material e moralmente, readaptar a psicologia dos quadros, são condições importantíssimas para acelerar o nosso crescimento. O avanço será tanto mais rápido quanto mais elevados forem a disciplina, o grau de organização e de responsabilidade de cada um pelo seu trabalho e pelo seu resultado.»

E a título de conclusão afirmou Gorbatchov:

«Hoje, a tarefa primordial do partido e de todo o povo consiste em superar resolutamente as tendências desfavoráveis no desenvolvimento da economia, imprimir-lhes o devido dinamismo e abrir um amplo caminho à iniciativa e criatividade das massas, às transformações verdadeiramente revolucionárias.»

Metas até ao ano 2000

Neste sentido, o relatório aponta como principais metas, até ao fim do século aumentar o rendimento nacional quase duas vezes, duplicar o potencial de produção e transformá-lo qualitativamente.

A produtividade do trabalho crescerá 2,3 a 2,5 vezes e o consumo de energia e de metais por unidade de produção reduzir-se-á respectivamente 1,4 e quase duas vezes.

A base destes processos será a passagem para uma economia de máxima organização e eficiência, com forças produtivas desenvolvidas em todos os domínios, relações socialistas de produção maduras e um mecanismo económico eficaz.

Os principais meios para realizar estes processos são o progresso técnico-científico e uma transformação radical das forças produtivas.

Sobre as exigências para esta reconversão, disse Mikhail Gorbatchov haver que «antes de tudo, mudar a política estrutural de investimentos. A essência das mudanças consiste em fazer passar o centro da atenção dos indicadores de quantidade para os de qualidade e eficiência, dos resultados intermédios para os finais, da ampliação dos fundos de produção para a sua renovação, do incremento dos recursos de combustível e de matérias-primas para a melhoria da sua utilização, o desenvolvimento acelerado dos ramos industriais com alto teor científico e da infra-estrutura produtiva social».

Para cumprir tão ambicioso programa, acrescentou Gorbatchov que para o presente quinquénio se prevêem investimentos básicos na reconstrução e reequipamento técnico da produção, superiores aos dos 10 anos anteriores. Foi também criado um organismo único para dirigir a indústria do fabrico de máquinas-ferramentas com a finalidade de elevar vigorosamente até ao fim do 12.º quinquénio o nível técnico-económico e a qualidade das máquinas. À renovação deste ramo destinam-se investimentos básicos que superam 18 vezes os dos cinco anos precedentes.

«O crescente desenvolvimento da tecnologia de novas gerações criará as premissas para um reequipamento radical da economia nacional, para o aumento da sua eficácia», disse Gorbatchov.

No campo da gestão, o relatório sublinha ainda em vários passos e com várias incidências a necessidade de uma maior descentralização da administração e um alargamento da autogestão das empresas e da activa participação nela dos colectivos de trabalhadores, paralelamente com a melhoria da planificação e aprofundamento da coordenação entre ambas.

Política social

Uma pormenorizada atenção é dada no relatório à política social, considerada como parte integrante do esforço de aceleração do desenvolvimento socioeconómico. «É precisamente nesta esfera, afirmou Gorbatchov, que se concretizam os resultados da actividade económica que dizem respeito aos interesses vitais dos trabalhadores, se encarnam os objectivos supremos do socialismo.»

As questões salariais, de assistência, de abastecimento, de habitação, educação, etc. são apontadas como prioridades, ao mesmo tempo que se sublinha a necessidade de intervenção no sentido de combater tendências para obtenção de rendimentos não provenientes do trabalho.

Ainda no campo do trabalho, sublinha o relatório que «as mudanças qualitativas na esfera social são impossíveis se não se transformar profundamente o conteúdo do trabalho. Neste sentido, o factor principal deverá ser a reconstrução técnica da economia — a sua mecanização, automatização, computorização e robotização — que, quero destacar especialmente este aspecto, necessita de ter uma orientação especial precisa. Projecta-se diminuir muito, já durante o quinquénio em curso, a parte de trabalho manual e até ao ano 2000 reduzi-la a 15-20% na esfera da produção».

Outros aspectos da vida social merecem igualmente extensa análise, nomeadamente o papel da família (apoio aos jovens casais, às condições de trabalho e de vida das mulheres), a atenção para com os idosos e as relações entre as várias nacionalidades que constituem a URSS.

Democracia socialista

O terceiro capítulo do relatório aborda a «democratização da sociedade e o aprofundamento da autogestão socialista do povo» desenvolvendo e concretizando uma ideia exposta logo de início: «a aceleração do desenvolvimento da sociedade é inconcebível sem o avanço contínuo da democracia, de todos os seus aspectos e manifestações».

Mikhail Gorbatchov expôs um vasto programa de medidas tendentes a aprofundar e melhorar o funcionamento dos sovietes, a sua ligação ao povo, a maior eficácia dos aparelhos administrativos a eles ligados, uma maior responsabilização dos deputados eleitos face aos seus eleitores.

Também no que se refere às organizações sociais (sindicatos, Komsomol, colectivos de trabalhadores, etc.) se afirma ser urgente avançar decididamente, afirmando nomeadamente o secretário-geral do PCUS:

«O tempo exige que as organizações sociais se incorporem mais activamente na direcção do país. Contudo, se virmos sob este prisma o trabalho das nossas associações sociais, torna-se patente que o espírito de iniciativa da maior parte delas é ainda insuficiente. Nalguns casos procuram actuar principalmente com os seus próprios efectivos, de modo burocrático, com um fraco apoio nas massas. Por outras palavras, a essência popular, criadora e autónoma das organizações sociais está longe de se realizar por completo.»

A preocupação de ampliar a participação de massas transparece igualmente de forma acentuada na abordagem do problema da informação. «Por vezes, afirma o relatório, quando se trata de informação, ouvem-se apelos a que se fale com mais cuidado dos nossos defeitos e erros, das dificuldades inevitáveis em qualquer trabalho vivo. Aqui a resposta só pode ser uma, leninista: os comunistas necessitam da verdade sempre e em qualquer circunstância.»

A concluir este importante capítulo afirma-se: «É claro, camaradas, que aqui, no Congresso, não traçamos mais do que o contorno geral, os traços principais do aperfeiçoamento da nossa democracia, do sistema de Estado, de todo o sistema político soviético. O cumprimento das resoluções do Congresso oferecerá, sem dúvida, novas expressões de iniciativa popular, novas formas de criação sociopolítica das massas».

Sistema global de segurança

No capítulo dedicado aos «objectivos principais e direcções da estratégia da política externa do Partido», o secretário-geral do PCUS formulou a ideia da criação de um sistema global de segurança internacional. As bases deste sistema seriam as seguintes:

— No domínio militar: a renúncia das potências nucleares à guerra, entre elas ou com terceiros Estados, tanto nuclear como convencional; a não permissão da corrida aos armamentos no Cosmos; a cessação de todas as experiências de armas nucleares e a sua liquidação total; a proibição e a destruição das armas químicas; a renúncia à criação doutros meios de extermínio massivo; a diminuição, rigorosamente controlada, dos níveis potenciais militares dos Estados até a um limite razoável; a dissolução dos agrupamentos militares e, como um passo para tudo isto, a renúncia à sua ampliação e à criação de novos; a redução proporcional e equitativa dos orçamentos militares.

— No domínio político: o respeito incondicional na prática internacional do direito de cada povo de escolher soberanamente os caminhos e as formas do seu desenvolvimento; a solução política justa das crises internacionais e dos conflitos regionais; a elaboração de um conjunto de medidas para reforço da confiança entre os Estados, a criação de garantias eficazes contra agressões do exterior e inviolabilidade das fronteiras; a elaboração de métodos eficazes de prevenção do terrorismo internacional, incluindo a segurança na utilização das comunicações terrestres, aéreas e marítimas internacionais.

— No domínio económico: exclusão, na prática internacional, de todas as formas de discriminação; renúncia à política de bloqueios e sanções económicas, se isto não estiver directamente fixado nas recomendações da comunidade mundial; a procura conjunta dos caminhos para a regularização justa do problema das dívidas externas; o estabelecimento de uma nova ordem económica mundial que garanta a segurança económica igual para todos os Estados; elaboração dos princípios de utilização, para bem da comunidade mundial, sobretudo dos países em vias de desenvolvimento, de uma parte dos meios resultantes da futura redução dos orçamentos militares; unificação dos esforços na investigação e exploração pacíficas do Cosmos; solução dos problemas globais dos quais dependem os destinos da civilização.

— No domínio humanitário: cooperação na divulgação das ideias da paz, do desarmamento e da segurança internacional; elevação do nível geral da informação objectiva e do conhecimento recíproco da vida dos povos; fortalecimento do espírito de compreensão mútua e de concórdia nas relações entre eles; erradicação do genocídio, do «apartheid», da propaganda do fascismo e de qualquer outra exclusividade racial, nacional ou religiosa, bem como da discriminação dos indivíduos nessa base; ampliação, respeitando as leis de cada país, da cooperação internacional em matéria de exercício dos direitos políticos, sociais e pessoais do Homem; solução, no espírito humanista e positivo, das questões relativas à reunificação das famílias, aos matrimónios e ao desenvolvimento dos contactos individuais e entre as pessoas e organizações; fortalecimento e procura de novas formas de cooperação nos domínios da cultura, arte, ciência, instrução e medicina.

Estas bases poderiam ajudar a conseguir que a coexistência pacífica se se tornasse um princípio universal supremo das relações interestatais, bem como um ponto de partida para o diálogo sistemático dos dirigentes dos países da comunidade mundial, afirmou Mikhail Gorbatchov.

O secretário-geral do PCUS avançou ainda a ideia de realizar um encontro entre os dirigentes dos países membros permanentes do Conselho de Segurança para discutirem o que se pode e o que se deve fazer para o fortalecimento da paz. Propôs ainda convocar, no futuro, o congresso mundial para os problemas da segurança económica, no qual seria possível discutir todos os problemas que no seu conjunto afectam os contactos económicos mundiais.

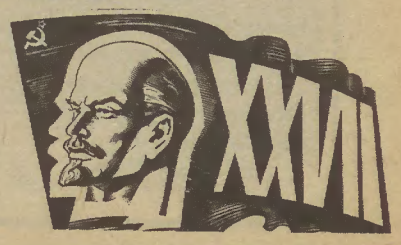
O Partido

Antes do «balanço da discussão da nova redacção do programa e das alterações nos estatutos do Partido», que encerra o relatório do CC (só a respeito do programa foram recebidas mais de 6 milhões de cartas e numerosas propostas de emenda foram contempladas naqueles documentos), o texto aborda extensamente a actividade do Partido.

As três partes que constituem esta importante parte do relatório de M. Gorbatchov são encabeçadas por títulos já de si significativos: «trabalhar de maneira nova, elevar o papel e a responsabilidade das organizações do Partido», «por um militante do Partido honesto e irrepreensível, por uma política de quadros assente em princípios» e «fortalecer a ligação da ideologia à vida, enriquecer o mundo espiritual do Homem».

Como ao longo de todo o relatório, a abordagem desassombrada e crítica, a análise cuidada e o avançar de propostas definem o essencial do conteúdo deste capítulo.

Particular atenção merecem o combate à burocracia, o trabalho colectivo a todos os níveis, a ligação às massas e o aprofundamento ideológico ligado à prática e à vida.



■ *Dias Lourenço*

UM ANIVERSÁRIO NO CALDEAR DA LUTA

Faz hoje anos. Sessenta e cinco eles são — bonita idade de uma vida heróica repassada de acidentes. Os trabalhadores o saudam com calor.

Veio ao mundo numa fase incerta, prenhe de tempestades. Mas já o grande Outubro despontava sobre a terra e inspirava a luta dos explorados de todas as latitudes.

Vencendo escolhos de monta, o movimento operário português ensaiava os primeiros passos na via de superação das suas «doenças infantis» e concebia a necessária criação do seu «estado maior».

O nascituro tinha uma boa madre. A gestação fora tormentosa e lenta mas, inadiável, soava a hora do parto.

Rezam as crónicas da época que naquele 6 de Março de 1921, num ainda ignorado tabelião da capital, o neófito fora legalmente registado nos anuais sociopolíticos da velha Pátria de Camões.

Puseram-lhe um nome, em si uma legenda e um lema de acção — Partido Comunista Português.

Assinalaram-lhe uma tarefa histórica: dirigir e organizar em Portugal a luta emancipadora da classe operária, conduzir até à vitória final o árduo combate pela liquidação do nosso País da exploração do homem pelo homem, ser, nesta nossa «ocidental praia lusitana», o elemento activo mais consciente e dinâmico da edificação de um futuro livre, feliz e pacífico para o Povo português.

Nenhum fraterno colectivo como ele fora antes concebido em Portugal. Como ele nenhum outro capitalizara potencialmente à nascença um tão vasto cabedal de esperança.

Sessenta e cinco anos passados, é um valor manifestamente acrescentado que não cessa de ampliar-se nos dias difíceis mas promissores que estamos a viver.

Desde a primeira hora, mesmo embaraçado no desenvolvimento e na intervenção política por naturais malformações congénitas que foi largando com o verdor dos anos nunca a acomodação foi com ele.

Intrépido, o varonil PCP atravessou florestas e desertos, vales e montanhas. Suportou «verões quentes» e rudes invernias e deles saiu mais forte e temperado como o aço. Curtiu o corpo em mil batalhas mas conquistou o segredo das eternas primaveras.

Na linha da sua condição de classe e da natureza superior dos seus objectivos soube acumular anos de vida e luta e apesar deles permanecer viril e moço.

Sucessos e insucessos, avanços e recuos, grandes alegrias e dores — eis o que está no âmago da ciência do PCP. Os homens, as mulheres e os jovens que nele encontram a sua fundamental razão de ser, deram-lhe e dão-lhe o melhor de si próprios, foram e são os elos e as raízes vivas que o ligaram e ligam diariamente ao povo, às suas aspirações profundas, ao labor colectivo e operoso de milhões de seres, para legar aos vindouros uma vida mais digna de ser vivida.

Hoje, ao vê-lo, heróico, nas suas sessenta e cinco primaveras, senhor de um património rico de experiência e acção, os velhos combatentes e os jovens que vão levar avante o estandarte do Futuro podem celebrar com orgulho o Aniversário do seu Partido.

Neste histórico caminhar de 65 anos — quase meio século na dura noite fascista — abnegados lutadores tombaram para sempre.

Mas cairam como o trigo cai na terra: por cada bago enterrado vinte sementes germinaram nas bastas searas que enloiram ao sol. Como cantou o poeta:

> por sermos nós o Partido
> Comunista e Português
> aonde só faz sentido
> sermos mais de cada vez.

O 65.º Aniversário do moço PCP celebra-se a poucos dias de uma grande vitória das forças democráticas e de uma terminante derrota das forças do passado de que ele foi um instrumento decisivo.

Em pleno fragor de uma batalha política memorável, sérias provações houve que enfrentar em curtos meses e deles saiu vitorioso e mais autorizado o grande Partido do povo, da esperança e do futuro.

Qualidades intrínsecas superiores foram submetidas à prova com rudeza e saíram comprovadas dos embates:

— Uma estratégia de luta clara e firme servida por uma grande flexibilidade táctica circunstancial, rigorosamente aplicada e controlada;

— Profunda unidade e coesão política nas próprias fileiras, sem concessões oportunistas nem transacções ideológicas numa situação complexa e em rápida mutação;

— Ampla, criadora e viva democracia interna que lhe permitiu mover-se como um todo consciente e sem fissuras nas apertadas curvas de uma perigosa conjuntura;

— Excepcional capacidade organizativa na realização de exigentes tarefas imediatas sem o que seria impraticável seguir avante. A rápida convocação, preparação, e realização do XI Congresso (extraordinário) e a discussão e aplicação em todo o Partido das decisões tomadas é um modelo de operosidade difícil de igualar;

— Sólida ligação às massas populares e grande capacidade mobilizadora para as entranhar numa rápida consecução de objectivos primordiais imediatos.

Com imensa alegria e confiança celebramos hoje os 65 anos de existência do nosso grande Partido.

Superámos enormes dificuldades, outras maiores teremos pela frente.

Vencê-las-emos também.

Os homens, as mulheres e os jovens que lhe dão o melhor de si próprios podem olhar jubilosos o passado e encarar confiantes o futuro.

Aos que não puderam chegar até aqui um brado fraterno:

— Eh! Irmãos, vocês os que caíram no combate!

— Eh! Vocês os que povoaram as masmorras do fascismo e sofreram as torturas dos verdugos!

— Eh! Vocês os que capitalizaram a esperança e ficaram no caminho!

A todos vocês os que adubaram com a vida as madrugadas de Abril, nenhum sacrifício, nenhuma perda foram inúteis!

Tudo o que produzistes está nos alicerces e na trave mestra do indestrutível Partido que ajudastes a edificar:

Convosco entoamos:

Viva o 65.º Aniversário do Partido Comunista Português!

■ *Henrique Custódio*

«E quando eu cheguei ao Barreiro»...

A fundação da CUF em 1907 origina a fixação no Barreiro de milhares de trabalhadores vindos de todo o País, sobretudo do Alentejo e Beiras, lançando, ao mesmo tempo, as raízes do que viria a ser dos mais importantes impérios monopolistas do nosso país. Surgindo na sequência da abertura da Estação Terminal e oficinas ferroviárias na vila e à inauguração dos Caminhos-de-Ferro a Sul do Tejo, a CUF, juntamente com a CP e empresas corticeiras, transformaria, neste século, a vila rural e piscatória do Barreiro numa cidade com quase 100 000 habitantes, situada num dos concelhos com maior densidade populacional e dos que mais contribui para o Produto Interno Bruto do País. Contribuiria, também, para a fixação de uma numerosa classe operária, imediatamente sujeita a violentas formas de exploração.

Neste contexto, o fortalecimento da consciência da classe operária, assim repentinamente concentrada, evoluiria com o crescimento industrial da vila e face à necessidade de reagir à violenta exploração de que era vítima. Nasce a forte tradição de resistência e luta que ainda hoje é imagem marcante da gente do Barreiro.

Essa tradição de resistência e luta começa bem cedo, ainda nos alvores da I República. Seria no entanto a partir da fundação do Partido Comunista Português, em 1921 — dando resposta às necessidades de organização da classe operária em todo o País — que as lutas ganhariam novo fôlego no Barreiro, particularmente nas duras condições de exploração agravadas pela instauração do regime fascista em Maio de 1926.

A partir daqui a história do PCP e a história das lutas na CUF e no Barreiro jamais se desligaram uma da outra. Daí que, ao comemorarmos o 65.º aniversário da fundação do Partido, possamos assinalar a efeméride fazendo, simplesmente, uma breve retrospectiva do que foi e é a presença contínua e decisiva do PCP na vida e lutas do Barreiro.

Voltemos um pouco atrás, à fundação da CUF em 1907. Pouco tempo depois — em Setembro de 1910 — desencadeia-se a greve dos corticeiros, que alastra aos trabalhadores do Barreiro, faz paralizar toda a circulação ferroviária e fluvial e contribui significativamente para o desencadear do 5 de Outubro. A bandeira portuguesa é, aliás, hasteada na varanda da Câmara Municipal a 4 de Outubro de 1910, sob aclamações de «Viva a República!».

Em Abril de 1919 irrompe nova luta na CUF do Barreiro, quando o conservador e sidonista Alfredo da Silva (o grande patrão do empório) se destaca no furor contra os trabalhadores, despedindo uma série de operários. Como protesto, todos os trabalhadores da CUF entram em greve, logo seguida por outras, com destaque para a dos corticeiros, a 12 de Abril. Este movimento grevista, vitorioso, alastra igualmente a várias empresas de Lisboa. No mesmo ano, em Junho, os operários da CUF protagonizam novo grande confronto face ao «lock-out» provocado por Alfredo da Silva, com vista ao boicote à aplicação da lei das 8 horas de trabalho decretada pela República (nessa altura era vulgar a jornada de 12 e 14 horas diárias).

No ano seguinte, uma greve geral dos transportes do Barreiro tem início no sector de movimento da CP, dura 10 dias e termina com despedimentos em massa. Apesar da coragem e tenacidade com que os operários se mantêm na luta, as dificuldades em encontrar perspectivas fazem sentir, como nunca, a necessidade da existência de uma força dirigente organizada. No ano seguinte, em 1921, a fundação do PCP vem responder às necessidades de organização da classe operária em todo o País.

Ocupação militar

É em 1934 — quando o fascismo procurava cimentar o seu domínio sobre o País e numa altura em que, na Marinha Grande, se dá o levantamento dos operários da indústria vidreira como protesto contra o Estatuto do Trabalho Nacional e consequente fascização dos sindicatos — que sucede, no Barreiro, um célebre episódio da luta antifascista: é hasteada na chaminé da CP, pelo camarada ferroviário Acácio Costa, a bandeira do Partido Comunista Português, a par de uma paralização e outras manifestações de protesto contra o regime. Em 1936, novo surto grevista: os trabalhadores da Caldeiraria da CUF (hoje Equimetal) paralisam durante meio-dia. E chega-se ao período de 1942/43, altura em que o Partido orientou uma das mais poderosas lutas contra o fascismo.

Na verdade em 1942/43 desencadeou-se no Barreiro uma das maiores greves registadas durante o fascismo, com a paralisação da CUF, CP e outras indústrias, abalando o regime. A actividade laboral parou completamente em todo o Concelho, registando-se, ao mesmo tempo, grandes manifestações nas ruas. Mal refeito do susto, o regime ordena a ocupação do Barreiro por forças militares e militarizadas, que durou até Abril de 1974. A partir daí eram efectuados desfiles periódicos de carros de assalto e cavalaria da GNR pelas ruas do Barreiro, visando a permanente intimidação do Concelho. Estes desfiles revestiam-se de maior aparato sempre que o Governo fascista previa possíveis movimentos de massas ou manifestações contra o regime, particularmente no 1.º de MAio.

Reforço da organização

O final da Segunda Grande Guerra, em 1945, é também assinalado no Barreiro com grandes manifestações de regozijo pela derrota do nazi-fascismo, gritando-se palavras de ordem exigindo eleições, o fim do campo de concentração do Tarrafal e o regresso dos presos. Em 1949 e 1953 participa-se activamente nas campanhas do general Norton de Matos e do Almirante Quintão Meireles e em 1956 reacende-se grande movimentação popular no âmbito do MUD-Juvenil. Nessa altura, a pretexto de um piquenique, milhares de pessoas concentram-se nos Casquilhos em fraterno convívio político, terminando com cânticos revolucionários, e em 11 de Novembro centenas de pessoas deslocam-se a Alpiarça para confraternizar com democratas dessa vila. Começa aí nova vaga de prisões, desta vez de jovens do Barreiro, que ultrapassa os 60.

Entretanto em 1957 acentua-se a migração de alentejanos para o Barreiro, os quais trazem grande experiência de luta (sempre, evidentemente, sob a orientação política do Partido) contra os latifundiários que dominam a sua terra, fortalecendo a resistência ao fascismo no Barreiro (esta corrente migratória terminou apenas depois do 25 de Abril, com a formação de novos postos de trabalho no Alentejo, graças a uma das maiores conquistas da Revolução — a Reforma Agrária).

E chega a campanha para as presidenciais, em 1958. O povo do Barreiro, com mais vigor do que nunca e tendo sempre à frente a classe operária, apoiou activamente Arlindo Vicente e, depois, a candidatura de unidade democrática de Humberto Delgado. Perante a burla eleitoral conduzida pelo fascismo — a maior, efectuada durante o regime de Salazar — desencadeiam-se grandes manifestações de protesto e repúdio, culminando com várias greves bem demonstrativas do profundo sentimento antifascista do povo barreirense. O reforço da organização do PCP dava os seus frutos.

Década rica

A década de 60 foi particularmente rica em actividade política, de luta contra o regime e de reivindicação económica, laboral e social.

Em 1962 realiza-se uma grande manifestação comemorativa do 1.º de Maio. Milhares de pessoas enfrentam as forças da GNR concentrada no parque municipal (hoje, por decisão popular, Parque Catarina Eufémia). Paralelamente na CUF desenvolve-se uma poderosa luta reivindicativa em defesa dos salários, dos direitos laborais e sociais, que culmina num abaixo-assinado de mais de 5000 assinaturas exigindo um aumento de 8$00 para toda a gente, que foi conseguido.

Em 1963, por iniciativa do Partido, inicia-se a publicação do Boletim dos Trabalhadores da CUF, que exerceu decisiva influência no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores da empresa. Em 1964 foi entregue a Jorge de Melo (filho de Manuel de Melo) novo abaixo-assinado reivindicativo, com assinaturas de mais de 5000 operários recolhidas em 24 horas, o que confirma a capacidade de organização da célula do Partido na empresa. É obtido um segundo aumento de 8$00.

Uma grande manifestação cultural contra o regime tem lugar em 1968, no ginásio do Luso, com milhares de pessoas a participar num espectáculo com cantores e poetas da resistência. A PIDE prende toda a direcção do Cine-Clube do Barreiro, organizadora da sessão. Em Maio, os operários da Cordoaria Nicola abandonam o trabalho.

1969 é o ano das eleições legislativas da «abertura» marcelista. No

»

Nesta rua (hoje chamada 1.º de Maio) desenrolaram-se quotidianas cenas de pancadaria entre os operários e os fascistas da Legião. Estes colocavam-se numa taberna e dali provocavam os trabalhadores que passavam de e para a fábrica da CUF. Tudo mudou quando o operariado achou demais e passou a varrê-los sistematicamente à bordoada, ou melhor dizendo à «carroçada» (os trabalhadores, às tantas, usavam os taipais das carroças para os «desbastar»...)

Desde 1942 até ao 25 de Abril, o Barreiro esteve permanentemente ocupado pela GNR. A repressão brutal e a violência ostensiva eram cenas do quotidiano — mas quem acabou por perder foi o fascismo!

Um 1.º de Maio dos anos 60. Nem a mais feroz repressão conseguiu impedir os trabalhadores da CUF e a população do Barreiro de expressar o seu vivo repúdio ao regime

As colectividades tiveram um papel importante na luta antifascista no Barreiro (não é por acaso que a sua generalidade continua com direcções firmemente democráticas). Era lá que, muitas vezes, se iludia a vigilância repressiva do regime e que se dinamizavam grandes iniciativas populares e de massas

Colectividade «O Operário» (antigamente «Os Vermelhos»). Hoje a sede central está em ruínas, mas foi neste salão (parcialmente utilizado para bar, dada a inadequação das restantes instalações) que se fez nos princípios dos anos 70 uma assembleia com 660 trabalhadores, onde se pôs em causa a direcção do sindicato fascista e se elegeu uma lista alternativa

Barreiro, é marcado por essa e outras lutas, como se segue: em 31 de Janeiro há uma romagem antifascista ao cemitério do Lavradio; em Abril participa-se no II Congresso de Aveiro; a Juventude e as Mulheres do Barreiro organizam-se e participam na formação dos Movimentos Unitários, o MJT e o MDM, lutando pelo voto de todas as mulheres e contra a guerra colonial; em 5 de Outubro há nova romagem, desfile e manifestação com mais de 3000 pessoas; durante a campanha eleitoral regista-se intensa actividade de esclarecimento e mobilização, por parte da Oposição Democrática; depois de uma campanha com dezenas de sessões e largos milhares de participantes, a CDE consegue, neste Concelho, uma estrondosa vitória nas eleições para a Assembleia Nacional fascista: ANP — 38%; CDE — 61%.

O fascismo agoniza

O 1.º de Maio abre de novo a luta nas ruas, na década de 70. A força dos trabalhadores sai na maior manifestação de sempre contra o regime, que reuniu mais de 10 000 pessoas num grande desfile do centro do Barreiro até à Baixa da Banheira, encontrando-se com milhares de manifestantes vindos do Concelho da Moita. Há confrontos violentos com a GNR e a PSP, que prendem diversos democratas na madrugada do dia 3. Nesse dia nova manifestação sai à rua recrudescem de violência os confrontos com a GNR, de que resultam dois mortos (um GNR e um manifestante) e muitos feridos. A Guarda actua com inaudita violência, invadindo a cavalo estabelecimentos públicos. No dia 28 de Maio milhares de pessoas circularam nos passeios em desfile silencioso de protesto contra a repressão, apesar das forças militares e militarizadas terem ocupado a vila com grande aparato bélico. Enormes inscrições antifascistas são feitas nas paredes, nas carruagens e mesmo nas montras de alguns estabelecimentos.

Em 1972 a luta reaviva-se. Por iniciativa da Comissão de Mulheres, com a participação de jovens e outros democratas, realizam-se peditórios públicos, reuniões, e enviam-se à embaixada americana em Lisboa abaixo-assinados, moções e telegramas de solidariedade para com a luta do povo vietnamita. Em Fevereiro dá-se a paralização e concentração dos aprendizes da CUF. Em Setembro regista-se uma manifestação aberta contra o fascismo e mais de 2000 pessoas participam no funeral de Helena Cabrita chamando de «assassinos» à PIDE que escoltava o marido, Daniel Cabrita. Em 5 de Outubro é exigida a liberdade dos presos políticos e o fim da guerra colonial num comício com milhares de participantes e em Dezembro milhares de pessoas subscrevem um documento contra a terrível poluição da zona. O fascismo agonizava, sob a pressão das massas.

25 de Abril — a luta continua!

1973 é um ano eleitoral e de grande movimentação de massas: em Ju-

Jovem, pois claro!

A juventude é o futuro, toda a gente sabe e até já toda a gente o diz, mesmo a direita revanchista. No Barreiro, e ao longo de duras décadas de luta antifascista, foi na juventude que o PCP recrutou muitos dos seus quadros e com ela dinamizou tantas e tantas lutas. E continua a fazê-lo. Aproveitando a presença na mesa-redonda — feita pela nossa reportagem com diversos camaradas que protagonizaram lutas do Partido — de um jovem militante, pedimos-lhe um breve balanço da actividade do Partido no seio da juventude. Pela importância do problema, damos nota à parte dessa conversa.

Eduardo Santos Lázaro tem 25 anos e pertence à célula do Partido na Quimigal. Começou por aí a sua exposição:

— Não tem havido admissões na empresa, antes pelo contrário: fecham fábricas e reduzem-se os efectivos, conforme vão aparecendo as reformas. No entanto a não admissão de jovens não impediu, mesmo assim, que o recrutamento se intensificasse de 1984 para cá na camada entre os 20-30 anos. Quanto à camada inferior a 20 anos conseguiu-se muito pouco — apenas três recrutamentos.

Apenas? Acontece que a Quimigal tem, **ao todo**, um máximo de 10 trabalhadores nesse escalão etário. Pelos vistos na Quimigal/Barreiro recrutou-se tudo o que havia...

Tudo não — sorriu o camarada Eduardo — **há pelo menos ainda um que consideramos «recrutável»... De qualquer modo na célula consideramos estes recrutamentos importantes, quer qualitativa, quer quantitativamente. Além disso a formação ideológica destes novos aderentes é boa e promissora, dado que vieram para o Partido no calor das lutas que entretanto se vão travando ininterruptamente, adquirindo consciência e formação política num enquadramento muito rico.**

Eduardo Santos Lázaro: «A juventude está aí bem activa, no Barreiro!»

Mas havia mais a dizer sobre os jovens, na Quimigal:

— Para além de os jovens estarem a participar no quotidiano das lutas (direitos dos trabalhadores, defesa dos postos de trabalho, solidariedade com outras empresas, etc), é de realçar a sua vinda para o Partido numa altura em que é mais difícil dar a cara do que há uns anos atrás. Além disso sublinhe-se que foi possível (e continua a sê-lo) colocar, a nível de quadros de direcção do Partido, esta gente nova, que está no secretariado da célula e no próprio executivo.

Quanto a outras áreas de intervenção, há também algo a dizer sobre a juventude no Barreiro:

Notável, a participação dos jovens na luta sindical — há dezenas de delegados sindicais, alguns com responsabilidades a nível de secretariado da comissão intersindical de núcleo e na própria comissão intersindical da empresa. No início do ano passado formou-se a Comissão da Juventude da Quimigal, que tem tido um papel importante na defesa dos direitos dos trabalhadores-estudantes (várias centenas, no Barreiro), na defesa dos contratados a prazo, na participação do XII Festival da Juventude, em Moscovo, etc.

Uma coisa preocupa os jovens comunistas (e os restantes, é claro) na Quimigal: o problema dos tarefeiros — jovens em geral mesmo muito jovens (16 a 20 anos, para darmos uma referência) que aparecem na empresa sob as ordens de empreiteiros que lhes pagam entre 80 e 100$00 à hora (enquanto a Quimigal paga a esses empreiteiros 300 e 400$00 pelo trabalho **desses** jovens):

— Nada temos conseguido nesse campo, o que muito nos preocupa. Na verdade é indigno o que se passa: só recebem pelas horas que fazem, não têm regalias nem garantias de qualquer espécie e encontram-se inteiramente nas mãos dos empreiteiros. No entanto eles próprios — sem organização sindical ou qualquer experiência de luta — desencadearam há tempos uma reivindicação curiosíssima contra o empreiteiro, exigindo que todos ganhassem pela tabela «de cima» (100$00/hora); este respondeu com um nivelamento por baixo, dizendo que, se era assim, ia pagar a 80$00/hora a todos. Recusaram receber e impuseram ao indivíduo um aumento generalizado de 10$00/hora!

Mais a JCP

Mas tínhamos ainda a JCP. Sublinhando que dava as informações entretanto recolhidas junto do organismo respectivo (onde, obviamente, não pertence), Eduardo Santos informou:

— Houve passos positivos a vários níveis, que vão do aumento do número de militantes (este ano já mais 128 novos membros) à firme e crescente implantação nas escolas, está organizada em todas e os seus militantes têm papel activo quer como dirigentes associativos, quer como delegados de turma. Um exemplo da organização da JCP nesse sector foi a sua capacidade de encerrar as escolas do Concelho a quase 100% no ano passado, por questões reivindicativas. Além disso a JCP tem papel activo em grande parte das estruturas juvenis e colectividades do Concelho, com trabalho nas mais diversas áreas. O exemplo da capacidade de intervir na base da unidade demonstrou-se, recentemente, na dinamização da campanha a favor de Salgado Zenha.

Quanto aos resultados eleitorais nas escolas, os dados são significativos: na Escola Secundária do Barreiro a lista unitária apoiada pela JCP venceu esmagadoramente as restantes nas últimas eleições (nunca lá se havia ganho), enquanto nas restantes se mantêm maiorias também sempre significativas e apoiadas ou hegemonicamente compostas por elementos da JCP (E.S. de Sto. André, Alfredo da Silva e de Sto. António).

Algo, ainda, era necessário realçar, segundo Eduardo Santos:

— Temos a questão dos convívios, dinamizados pela JCP e que têm tido uma «saída» notável. E uma capacidade de intervenção curiosa, como no caso de um abaixo-assinado de reformados que, num desses convívios, obteve uma surpreendente (para eles) adesão e receptividade. E os eleitos nas autarquias: são às dezenas, desde um vereador com 24 anos, a jovens na Assembleia Municipal e em todas as Assembleias de Freguesia e também em alguns executivos de Junta.

Pelos vistos a juventude no Barreiro continua a mexer em grande!

Então, força nisso!

Ao estilo jovem, pois claro! ■

O pequeno diálogo duma conversa grande

nho, greve dos estivadores da CUF e duas assembleias de jovens a exigirem o voto aos 18 anos; em Abril o Concelho do Barreiro apresenta teses colectivas no III Congresso da Oposição em Aveiro, que influenciarão marcadamente as conclusões; o 5 de Outubro é comemorado com poderosas manifestações de massas; o regime fascista, sentindo o fim próximo, usa a violência, prende e viola as próprias leis; o descontentamento alastra e na campanha eleitoral é exigido, abertamente, o fim do regime; respondendo à orientação eleitoral é exigido, abertamente, o fim do regime; respondendo à orientação do Partido, a população do Barreiro recusa-se em massa a ir às urnas, como protesto pela burla e fantochada em que o regime tinha transformado as eleições.

O 25 de Abril agita o Barreiro em novas e extraordinárias iniciativas de massas. No próprio dia, realiza-se um grande comício e é divulgado o 1.º comunicado do PCP fora da clandestinidade, através do Comité Local. No dia 27, funda-se no Barreiro o primeiro de todos os Centros de Trabalho do PCP e, no mesmo dia, realiza-se um comício gigantesco em que é aprovada uma moção a enviar à Junta de Salvação Nacional. A 30 chega a Lisboa Álvaro Cunhal. Muita coisa tinha mudado neste País em poucos dias. E muito mais iria mudar, com a nacionalização da CUF, as conquistas da Revolução, a luta — que prossegue — em defesa do regime democrático e do 25 de Abril. Em tudo isto esteve, está e estará o PCP, como força democrática indispensável e, durante décadas, a única capaz de se opor, vitoriosamente ao fascismo. Esteve, está e estará em todo o País e — como sempre — no Barreiro, onde entrou, para ficar, com a multidão da classe operária que iria alimentar e, finalmente, derrubar o império monopolista da CUF.

«Depois que cheguei ao Barreiro/no barco que atravessou o Tejo...»

Era necessário uma mesa-redonda e fez-se: com militantes do Partido, pois claro, mas desde o mais recuado possível... até hoje. E assim tivemos camaradas já reformados (caso de **Rodas Nepervil de Jesus**, afinador de máquinas têxteis, 65 anos – tinha 14 quando ingressou no Partido – e de **José Aparas Falca**, operário têxtil, 60 anos – 13 anos quando entrou no Partido, ainda em Baleizão e na altura da ida para o Barreiro) e outros das gerações seguintes (**Joaquim da Palma Cadeireiro**, 55 anos, operário químico, entrada para o Partido em 1957, **José dos Santos Loureiro**, 52 anos, operador de segurança e no Partido desde 1958, **José Valente Reis**, 44 anos, operário químico, no Partido desde o 25 de Abril, **Jorge Pires**, 33 anos, operário metalúrgico, no Partido desde princípios de 1976, e **Ercília Talhadas**, 38 anos, operária química, militante desde 1970). Um jovem de 25 anos, **Eduardo dos Santos Lázaro**, electricista e no Partido desde os 20 anos, completava o «universo» de idades dos camaradas do Barreiro que falaram connosco. O que se segue.

Histórias, tinham todos muitas, às vezes dramáticas, como as da mulher que ficou paralítica sob as patas dos cavalos da GNR, quando esta, em 1970, entrou pelos estabelecimentos públicos a perseguir os manifestantes, outras vezes anedóticas, como quando cinco Pides foram referenciados num autocarro (tinham-se identificado para não pagar bilhete) e depois perseguidos, até que um deles ficou isolado e foi obrigado a gritar vivas à Oposição. Para além disso havia a viagem ao fundo de lutas difíceis, exaltantes e heróicas, onde a coragem individual e colectiva era pedra de toque e a consciência política uma urgência, face à brutalidade da exploração do patronato e da repressão do regime fascista. Rodas Nepervil (que, lido ao contrário, dá nem mais nem menos que Livre Pensador!!!) foi o primeiro a mergulhar o discurso no ano de 1942:

— Foi o período da organização das greves de 42/43, com o Partido já reorganizado e em força, no Barreiro. A primeira empresa a paralisar foi a metalúrgica, na zona norte, mais perto do mar, alastrando depois para a zona têxtil.

Ercília Talhadas elucidou para a reportagem que, nessa altura, os trabalhadores estavam todos muito dispersos, longe uns dos outros, o que dava ainda mais realce à capacidade de mobilização. Rodas Neprevil concordou e prosseguiu:

— Perante o facto, os engenheiros-chefes ordenaram aos encarregados de cada secção que reunissem com os trabalhadores para saberem por que não trabalhavam. «Porque não temos condições de trabalho e ganhamos uma miséria», foi a resposta. No dia seguinte os portões estavam fechados e a GNR vinda de Lisboa ocupou as instalações.

Aparas Falca juntou-se à descrição:

— Postas assim as coisas, um camarada subiu para cima de um muro e começou a falar. Só havia uma alternativa – dizia ele – era alargar a greve. E assim se fez: parou-se Alhos Vedros, Moita, Alcochete, etc. Veio reforço do 11 de Setúbal e da Cavalaria de Estremoz para reprimir o movimento, mas a paralisação durou oito dias.

— Foram momentos duros – retomou Rodas Neprevil –, **a fome grassava, o que nos valia era o carapau mouro a dois tostões o quilo. E os militares começaram a carregar e a decarregar os adubos, durante a paralisação. Entretanto a polícia chegava a uma taberna e levava toda a gente presa para um barracão. Outros iam buscá-los a casa. Mas a greve continuava.**

A greve terminou sem que se conseguissem as exigências imediatas. A repressão dentro da CUF aumentou de ferocidade, houve despedimentos em massa e procurou-se vergar a capacidade de luta dos trabalhadores. Mas o monopolista Manuel de Melo começou a assustar-se: na sequência destes acontecimentos chamou um capitão do Exército para gerir o sector do pessoal. O fascismo era assim...

O relançamento

Mas não foi apenas um capitão do Exército que entrou na empresa. Esta foi ocupada militarmente por esquadrões e companhias da GNR, presença que se manteve até ao 25 de Abril. Eram rendidos todos os meses (tal era o medo do «contágio»), comiam no refeitório dos trabalhadores e pagavam a mesma senha, como se merecessem os mesmos direitos. Ercília Talhadas, que os conheceu na empresa muitos anos mais tarde, aproveitou para informar:

— Comiam lá connosco mas não lhes devia fazer grande proveito: as «bocas» que lhes lançávamos durante toda a refeição e todos os dias não eram de molde a boas digestões...

Palma Cadeireiro chegou também à conversa:

— Houve esta repressão toda, mas em 1958, paralelamente à campanha do Arlindo Vicente e do Humberto Delgado, houve um poderoso relançamento do Partido. Eu, por exemplo, fui recrutado nessa altura – e virando-se para Rodas Nepervil e Palma Cadeireiro: – **Devem estar recordados, foram vocês que me recrutaram!**

Ercília Talhadas, Jorge Pires e Valente Reis, embora não tivessem participado nessa luta por manifesta «impossibilidade etária», resumiram com os próprios protagonistas presentes os principais lances do acontecimento, que condensamos:

Há muitos anos que os trabalhadores não eram aumentados, e a partir de 1958 a CUF começou a dar lucros exorbitantes e ostensivos. Começou-se então a lutar em várias direcções: por aumentos de salários, pela estruturação de uma Comissão Interna da Empresa (Comissão de Trabalhadores, digamos) e pela tentativa de penetração e subversão dos sindicatos fascistas. Tudo sob a orientação do Partido, é claro. Essas lutas têm o seu primeiro culminar em 1962 com um extraordinário abaixo-assinado de mais de 5000 assinaturas exigindo um aumento geral de 8$00 (conseguido) e pela cedência da CUF quanto à criação da Comissão Interna de Empresa. Quanto à sindicalização, desde 1957 que o Partido dera a orientação de se avançar em massa para a sindicalização nos organismos fascistas. Apesar do grande descrédito em que se encontravam os sindicatos fascistas, o trabalho fez-se. E de maneira bem curiosa!

Até à vitória – e em sua defesa!

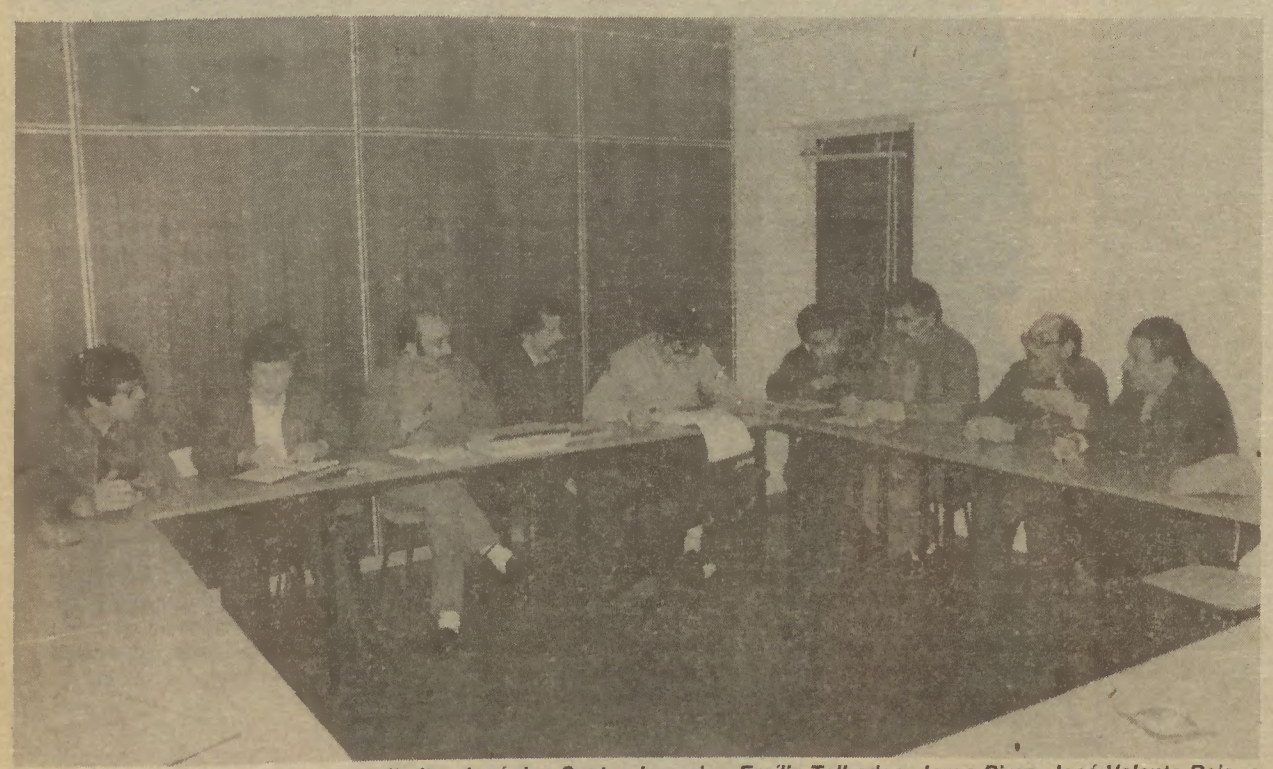
Na verdade os trabalhadores eram obrigados, por lei, a estar inscritos nos sindicatos fascistas como **sócios-contribuintes** (a quota era-lhes descontada automaticamente nos vencimentos). Para se passar a sócio-efectivo era necessário ir buscar a respectiva ficha de inscrição ao Sindicato. Ora qual não foi o espanto dos títeres do regime no Barreiro quando se aperceberam que os trabalhadores estavam a requerer inscrições em massa! Assustados, passaram a recusar, indo ao arrepio da própria legislação!

— É claro que a Comissão Interna da Empresa, onde apenas estava representado um trabalhador, contra um elemento dos escritórios, outro dos engenheiros e outro da administração, não podia fazer grande coisa, acabando por cair no descrédito, dado que os trabalhadores não conseguiam nada – especificou Ercília Talhadas – **mas foi um importante passo na luta dos trabalhadores.**

Quanto aos sindicatos, apesar de se ter conseguido «furá-los» bem furados, esbarrou-se no tempo do Marcelo Caetano com um novo artifício: o de que só podia ser director (assim se chamava o presidente do sindicato, todo poderoso) quem estivesse «no pleno exercício dos seus direitos políticos». E quem decidia dos «direitos políticos» de cada um? O presidente da Câmara e a PIDE!

E a luta nunca mais parou desde este período – resumiram os nossos interlocutores. – **Em 1969 foi pelo ordenado mensal (até aí recebia-se à semana e à quinzena, pagando-se apenas os dias úteis de trabalho), as extraordinárias jornadas nas eleições da CDE, nos 1.º de Maio, em confrontos com a GNR, contra a guerra colonial (em 1970 houve um abaixo-assinado só de mulheres – mães, esposas, noivas, irmãs – exigindo o seu fim), de permanente luta antifascista e protesto popular, sempre sob a orientação do PCP, até à gloriosa data do 25 de Abril. E também depois dele! – mas já em sua defesa!**

Diálogo pequeno, mas o possível, por agora. A conversa, essa, sabemo-la grande e sempre à nossa espera! ■



Mesa redonda. Da esquerda para a direita, José dos Santos Loureiro, Ercília Talhadas, Jorge Pires, José Valente Reis, o repórter do «Avante!», Eduardo Santos Lázaro, Joaquim da Palma Cadeireiro, José Aparas Falca e Rodas Nepervil de Jesus

Oito de Março

As mulheres. Elas vêm de um longínquo passado de servidão. Eram escravas dos escravos.

Choraram os seus filhos, o seu povo, ergueram em protesto as mãos contra o Destino, como vem descrito no «Grande Livro dos Mortos».

O carro dos vencedores passou sobre os seus olhos, sobre os seus seios, sobre o seu ventre.

O pão foi tirado da boca dos seus filhos para a boca dos poderosos.

Eram devoradas pelas pestes, pelas guerras, pelas grandes desgraças do mundo.

Mas está dito: a missão histórica da mulher foi ter civilizado o homem.

Escrava dos escravos, educaram-nos para a luta, para a revolta, para a libertação.

Choraram os seus filhos, mas também estiveram com eles na grande caminhada para o futuro.

O carro dos vencedores passou sobre o seu corpo, mas dele renasceram esperanças e raízes de luta.

Não sofreram a guerra em vão, nunca se resignaram nem perdoaram. Vejam a «Guernica» de Picasso.

Aprenderam o manejo das armas e a técnica dos combates. Recusaram a quietude das flores na jarra.

No passado próximo, vêmo-las entre os comunardos, na primeira linha pela defesa da cidade.

Vêmo-las em Espanha enfrentando o ataque fascista. Cantavam ao lado dos homens:

Si me quieres escribir
Ya sabes mi paradero
En el frente de Gandesa
Primera linea de fuego

Nos países ocupados pelos nazis, durante a guerra que foi a última (e as mulheres hoje estão lutando para isso mesmo, para que seja a última), as mulheres organizam a guerrilha, a resistência, desgastam a retaguarda dos invasores da sua pátria, levantam o moral dos compatriotas, são elas quantas vezes a apontar-lhes o caminho certo. Ficou célebre aquela ordem do coronel nazi, na União Soviética: «Matem as mulheres. Sem isso, não venceremos esta gente».

Vêmo-las, em Portugal, nos anos do fascismo, participando na organização da resistência, preparando Abril.

Nas guerras coloniais e nas lutas de libertação, também as mulheres se encontram na «primeira linha de fogo». Em Angola, em Moçambique, permanecem vivos tantos e tantos nomes de mulheres que tombaram no chão do combate.

Inúmeras são, em El Salvador e na Nicarágua, as mulheres comandantes.

Mulheres. Não apenas a pétala de flor, o perfume da poesia, a Sulamite de tantos sonhos. Mas também o olhar penetrante, a mão na charrua, a palavra corajosa.

Não apenas o trabalho doméstico e os cuidados com as crianças. Mas também a direcção prosaica da economia e a claridade metálica da indústria.

Não apenas o círculo fechado da família, mas também a integração na mais vasta família de todos os homens da Terra.

Porque as conquistas não caem do céu, como a chuva, nem são a prenda dos deuses. São o resultado natural da luta de todos os séculos, de todos os dias.

Declaração Universal dos Direitos do Homem:

Artigo 25.º – ***Toda a pessoa* tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar, a si e à sua família, a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica (...), à segurança na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice. (...) A maternidade tem direito a ajuda e assistência especiais.**

Declaração sobre a eliminação da discriminação contra as mulheres:

Artigo 1.º – **A discriminação contra as mulheres, pelo facto de negar ou limitar a igualdade dos direitos da mulher e do homem, é fundamentalmente injusta e constitui um atentado à dignidade humana.**

Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres:

Artigo 11.º – **Os Estados comprometem-se a assegurar:**

a) **o direito ao trabalho;**

b) **o direito às mesmas possibilidades de emprego;**

c) **o direito à livre escolha da profissão;**

d) **o direito à igualdade de remuneração;**

e) **o direito à segurança social;**

f) **o direito à protecção da saúde**

Carta Social Europeia:

Artigo 8.º – **Os Estados comprometem-se a**

1 – **Assegurar às mulheres, antes e depois do parto, um repouso de 12 semanas.**

2 – **Considerar como ilegal para um empregador notificar o despedimento a uma mulher durante a sua ausência por licença de maternidade.**

3 – **Assegurar às mães que aleitam os seus filhos, pausas suficientes para esse fim (...)**

Isto é:

Sucedem-se as leis, as declarações, as convenções que estipulam a igualdade da mulher. De tal forma que é possível dizer que o nosso século é já o século da Mulher, com o **reconhecimento escrito** de todos os direitos pelos quais as mulheres tão arduamente lutaram. Mas é necessário dizer também que em muitos países ainda vai uma grande distância entre aquilo que as leis dizem e aquilo que a realidade observa. Isto significa que o combate ainda não acabou...

E não acabou, de facto: em Portugal como em todo o mundo, as mulheres estão longe de cruzar os braços, participam, ao lado dos homens, lá onde o exige o interesse da comunidade.

As mulheres fazem parte das comissões de moradores e de trabalhadores.

São dirigentes sindicais.

Como delegadas sindicais, sustentam os grandes embates nas empresas.

Faz-se ouvir a sua voz no Parlamento.

Estão presentes quando se trata de defender as conquistas de Abril.

Dão uma extraordinária força à Reforma Agrária.

Dinamizam a defesa do meio ambiente, das condições de vida, da criação de infantários, creches, lares da terceira idade.

As mulheres organizam e participam na luta pela paz, primeiro objectivo da Humanidade nos dias de hoje. Em Lisboa, Madrid, Boston, Rio de Janeiro, Moscovo, Londres, Paris, as mulheres encabeçam as manifestações pela Paz, pela vida, pela felicidade.

Os nossos olhos voltam-se, comovida e solidariamente, para todas as mulheres lá onde é maior o seu sofrimento e o seu combate: na África do Sul, no Chile, nos países sujeitos ainda à pata do imperialismo.

Oito de Março, memória de grandes vitórias e a determinação para construir todos os dias dias melhores.

■ ***M. C.***

aTV

Desta vez, Telejornal perdeu

Para quem segue atentamente as vicissitudes dessa poderosa máquina de desinformação que se chama **Telejornal**, o caso é mais ou menos conhecido.

Para os outros, contemos em duas palavras.

Certo dia, Telejornal foi à Assembleia e deu conta do que lá se passara de mais importante, na sua óptica. Aconteceu no dia 17 de Fevereiro, logo a seguir ao dia mais quente deste princípio de ano...

Carlos Brito, do PCP, fizera algumas observações sobre os resultados do acto eleitoral. Depois, Correia Afonso acusava Carlos Brito de ter chamado «fascistas e fascizantes» a todos os que tinham votado em Freitas do Amaral. O que era falso, como se depreenderia da resposta de Carlos Brito. Só que o Telejornal escamoteou a questão. E aqui está como, à velha maneira da tesoura fascista, um cidadão difamado, se via privado da legítima defesa!

Carlos Brito recorreu para o Conselho de Comunicação Social o qual mandou repor a legalidade, a moralidade, dentro do próprio Telejornal.

Assim, só no dia 28 de Fevereiro, ou seja, **onze** dias depois da prática do crime, a reportagem foi repetida na íntegra e os telespectadores puderam ver a monstruosidade da manipulação.

Os responsáveis da RTP, em nota lida na ocasião, referiam a preocupação de servir com honestidade e pluralismo...

Lágrimas de crocodilo. Sendo assim, por que razão apenas procedera à reposição da verdade por ser compelida a isso? Porque o não fizera de sua vontade? Porque não apresentou desculpas ao deputado comunista? Finalmente, que medidas tomou no sentido de apurar as responsabilidades da suja manobra?

Repito: lágrimas de crocodilo. O povo português não tem a mínima confiança na qualidade da informação produzida no Telejornal.

Não é um órgão de informar. É um órgão de desestabilizar.

Governo joga na propaganda

Felizmente, porém, há quem, de facto, pratique bom-senso e correcção no plano informativo. Como sucede no programa «Parlamento» transmitido aos sábados. Assim se respeita um órgão essencial da democracia.

Na última emissão assistimos a um elucidativo debate entre os deputados Carlos Carvalhas, do PCP, Helena Torres Marques, do PS e José Carvalhosa, do PSD. Discutia-se a brutal descida do preço do petróleo, a desvalorização do dólar e a teimosia do Governo em não baixar o preço do carburante, ao contrário do que sucedera noutros países, inclusive em Espanha. Carlos Carvalhas lembrou (e uma reportagem posterior viria a confirmar as suas palavras) que um cidadão português que ateste o depósito da gasolina em Espanha, poupa qualquer coisa como novecentos escudos!

O deputado José Carvalhosa foi impotente para justificar a decisão do Governo. Refugiou-se na abstracção, na confusão e nessa fácil modalidade de dialogar que consiste... em fugir à questão e recorrer; antes, aos remoques de gosto mais que duvidoso.

O que se tornou visível, concreto, irrespondível foi que o Governo, ao pretender negar-se à justa fiscalização da Assembleia da República, mais não pretende do que dispor de muitas centenas de milhões de contos, sem ter de dar contas a ninguém. Estaríamos assim diante de um gigantesco «saco azul» de acção política e demagógica de alto lá!

Para além de tudo isto, ressalta a hipocrisia do Governo. Por um lado, a sua filosofia declarada consiste na formação natural do jogo de mercado. É o que deriva, por exemplo, da sua preocupação em elevar os preços dos bens de consumo de cada vez que o custo do petróleo sobe. Mas já não age segundo o mesmo princípio quando o petróleo desce!!!

Tal hipocrisia foi apontada por Carlos Carvalhas de cuja intervenção se concluiu que é o Governo quem interfere nas atribuições da Assembleia da República e não o contrário. **O Governo** — disse ele — **não está interessado em governar bem: está interessado na propaganda**!

De facto, como se costuma dizer, mete-se pelos olhos dentro...

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Terminou a provocação da «pista búlgara»

Foi uma das maiores provocações de sempre contra o mundo socialista. Ternamente alimentada durante 4 anos pelas transnacionais monopolistas da informação, desce agora à cova: foram ilibados pelo tribunal italiano os 3 cidadãos búlgaros acusados pelo assassino Agca. Não deixa de ser curioso, como diz o nosso recorte, que não tenham sido aprofundadas as ligações dos fascistas turcos condenados com a extrema-direita e os serviços secretos italianos.

Começa a triste odisseia do caminho terrestre para a europa

● «A mais diversificada gama de produtos espanhóis estão a penetrar no mercado português desde o primeiro dia deste mês (sábado passado) sem qualquer taxa alfandegária, como aliás estava previsto no acordo bilateral negociado entre os dois países ibéricos pouco antes do alargamento da Comunidade Europeia.

Em contrapartida, os produtos portugueses que queiram entrar em Espanha em regime de "taxa zero" terão que provar que possuem pelo menos 60 por cento de valor acrescentado nacional.

Esta situação está a provocar sérios problemas em Portugal, tendo-se reconhecido que a questão já vem do momento em que foi negociado o referido acordo bilateral pelo que as responsabilidades cabem por inteiro aos negociadores portugueses.»

(«Correio da Manhã», 4. Março)

A «competência» de Cavaco: alfândegas à deriva

● «Por outro lado, as nossas alfândegas estão completamente à deriva, também desde sábado passado, pela falta de pautas aduaneiras nas fronteiras não sabendo que taxas aplicar aos diversos tipos de produtos que diariamente atravessam a fronteira vindos dos mais variados países.

O motivo está no simples facto de ainda não ter sido possível à nossa administração pública reunir todas as taxas que estão "espalhadas" por diferentes Ministérios.

Estas questões começaram a complicar toda a nossa pesada burocracia nestes primeiros dias de Março e poderão prolongar-se ainda por mais algum tempo.

Enquanto o problema das pautas aduaneiras poderá ser uma questão de dias até que se consiga reunir num único documento todas as taxas a aplicar aos produtos que importamos de Espanha já o controlo da incorporação nacional para a exportação de produtos para o país vizinho vai obrigar a uma negociação em Bruxelas cujos «timings» são completamente imprevisíveis.»

(«Correio da Manhã», 4. Março)

Atentado contra Papa: fim da «pista búlgara»

● «Com a admissão da inexistência de provas que confirmem a chamada "pista búlgara", entra na fase final o julgamento do processo do atentado ao Papa João Paulo II, que, ao que tudo indica, permanecerá um mistério da história dos nossos dias.

Surpreendendo os observadores, sobretudo os jornalistas que nos últimos dez meses têm vindo a seguir aquele que foi apelidado de "processo do século", o próprio representante do Ministério Público, António Marini, reconheceu ser "obrigado a pedir absolvição, por insuficiência de provas, para os réus Serghei Antonov, Todor Ayvazov e Jelio Vassilev".

Estes são os três cidadãos búlgaros — o primeiro chefe da escala em Roma da companhia aérea "Balkan Air" e os outros dois funcionários da Embaixada da Bulgária — que o terrorista turco Ali Agca, ao decidir "colaborar" com a justiça, denunciou como seus cúmplices no atentado contra João Paulo II, na Praça de São Pedro, em 13 de Maio de 1981.

A chamada "pista búlgara" passou, a partir de então, a constituir o fio condutor das averiguações que motivariam toda a fase de instrução do processo, da responsabilidade do juiz Ilário Martella, tornando-se a teoria oficiosa da Imprensa Ocidental.

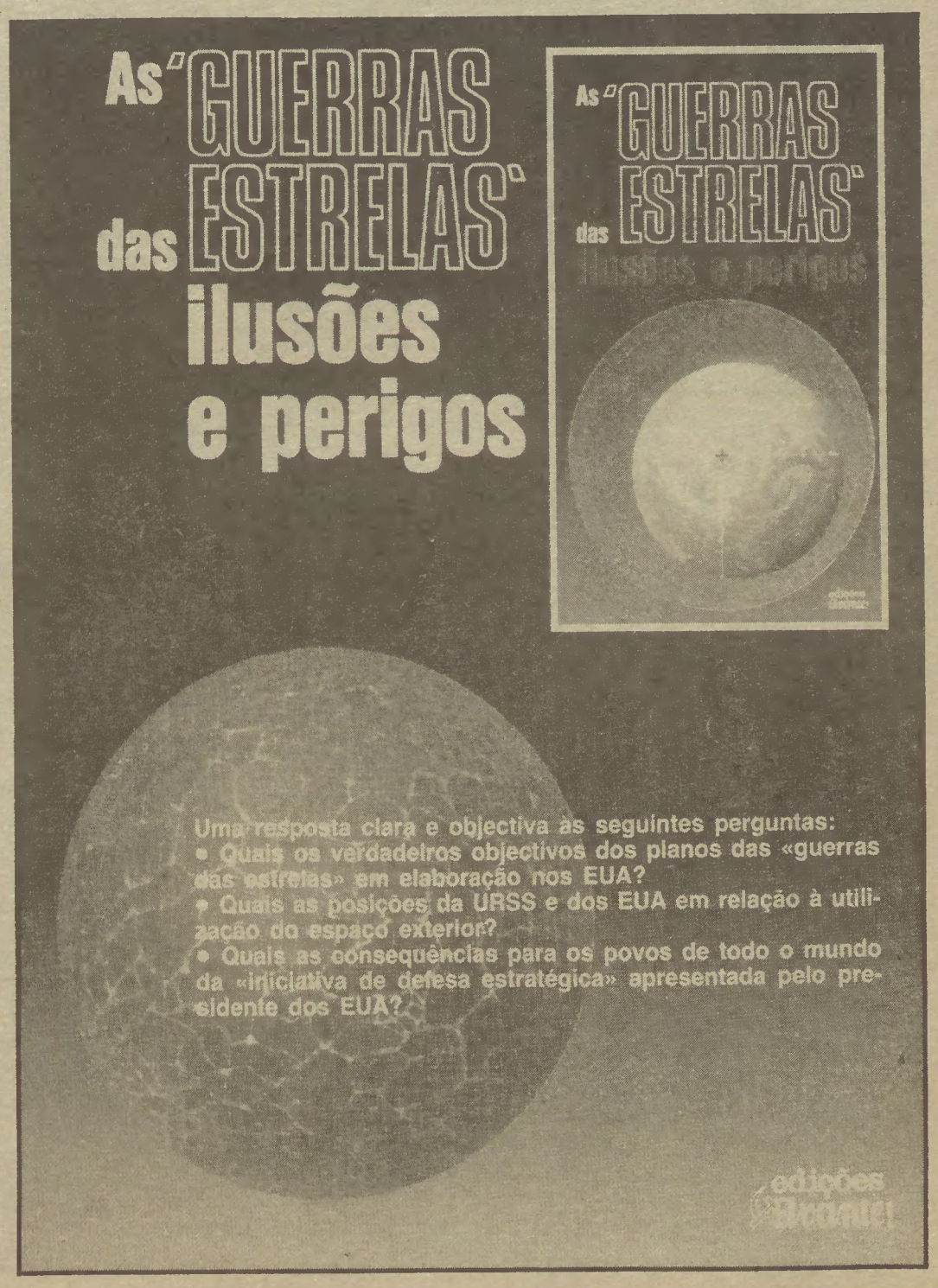
Os cinco anos de averiguações sempre baseadas nas declarações de Agca (apesar de atitudes desconcertantes do terrorista do grupo de extrema-direita "Lobos Cinzentos" como a de se afirmar o novo Messias e "conhecedor do terceiro segredo de Fátima") provocaram um longo período de embaraço diplomático entre Sófia e Roma.

As conclusões da acusação, que Marini leu durante mais de 40 horas na sala do tribunal, não parecem ter sido resultado de pressões de nível político. Antes pelo contrário, o representante do Ministério Público não poupou críticas a Martella e ao modo como as investigações foram conduzidas.

(...) De facto, muitas perguntas ficam por fazer, desde as dúvidas que Martini levanta sobre a instrução do processo.

(...) Entre estas outras hipóteses, a mais interessante e que, inexplicavelmente, não foi aprofundada durante os dez meses do julgamento, diz respeito à componente neonazi-fascista do atentado ao Pontífice e às verdadeiras ligações entre os "Lobos Cinzentos" turcos e círculos da extrema-direita italiana, estes últimos beneficiando de apoios e protecção por parte dos círculos dos serviços secretos, cujas obscuras actividades têm sido, ultimamente, dadas a conhecer à opinião pública italiana e referidas na Imprensa internacional.»

(«Correio da Manhã», 4. Março)



Pontos Cardeais

Longe da vista... ... perto da «Fundação»

Freitas — o que se afundou nas últimas eleições presidenciais — adiou o jantar. Era o repasto para ser efectuado no dia 8 de Março e, «para não ser mal interpretado» o facto de cair na data da posse do novo Presidente da República, lá ficam os freitistas mordendo a sua fome até ao dia 15. Mas se adiou o jantar não adiou o almoço com Cavaco Silva, um Primeiro-Ministro que anda numa roda viva de almoços que até confunde as marcações.
O almoço com Cavaco, porém, parece não ter dado mais, para Freitas, do que uma oportunidade de escolher o menu.
Quanto à sondagem que Cavaco teria feito ao ex-candidato para o empurrar para Washington onde viria a ser embaixador, Freitas recusou. Preferiu «lançar» uma fundação. O nome já está escolhido, ao que parece. Chamar-se-á «P'rá Frente Portugal», um *slogan* que vai envelhecer durante cinco anos. Ou esquecer.

O ditador da Chamusca

Ninguém ainda se esqueceu dos incidentes verificados em Abrantes entre pacíficos e portugueses cidadãos e grupos de soldados ingleses em estado etílico melindroso e insólita permanência na área. Tratava-se — ao que discretamente constou — de um exercício conjunto entre uns *marines* de Sua Graciosa Majestade e tropas portuguesas.
Um especializado semanário também das bandas de Sua Graciosa Majestade que dá pelo nome de «Jane's Defence Weekly» na sua edição de 11 de Janeiro próximo passado vem contudo dar alguns elementos preciosos para sabermos o que vieram cá fazer estes sucessores do jamais olvidado sr. William Beresford que sem dúvida a madame Tatcher gostaria de contar entre o seu *staff*.

Informa o sr. Robin Adshead (que pelos vistos veio cá reportar o evento por conta do tal *weekly*) que o pessoal que fez distúrbios em Abrantes pertence ao *United Kingdom's 42 Commando, Royal Marines* e, a seu ver, foi muito útil para os recrutas que também trouxeram «a experiência dos *marines* (herança do envolvimento da companhia em toda a campanha das Falkland e a sua participação no assalto decisivo a Mount Harriet)».

Mas o melhor é a descrição que o sr. Adshead faz no artiguinho do dito semanário e onde se revela tudo o que estava em causa. Diz o homem:

«O cenário do exercício foi traçado na área de treino, com os *Royal Marines* dando assistência ao governo de Constância no norte contra a ditadura da Chamusca "apoiado por cubanos" no sul. As tropas "cubanas" patrulhavam a linha divisória e a primeira parte do exercício foi destinada a que os recrutas e os *Marines* travassem uma série de recontros isolados com patrulhas com vista a localizarem a base para um ataque final».

Segundo parece, o papel de "cubanos" a apoiarem a «ditadura da Chamusca» foi desempenhado por soldados portugueses, assim transformados em lebres dos *marines* que a sra. Tatcher mandou para defender Constância.

É tudo muito curioso e, especialmente, muito dignificante.

Receitas EPC

Um pouco de baba de aranha com a mão esquerda, pós de morcego com a direita, unha de serpente com a esquerda, a direita a botar um pouco de asa de sapo. É, neste estilo de troca-tintas, que a receita se confunde e que o aprendiz de feiticeiro acaba dando receitas milagreiras a quem pretenderia envenenar.
Envenenar?
Prado Coelho, no seu «Ponto de Vista» vem mostrar, no «Expresso» último, que o que pretende, afinal, não é falar da tal renovação da «esquerda». Ou que acabou trocando as mãos. Depois de — em coerência — afirmar que Freitas não é nada um fascista, mas que apenas estava «comprometido com o estilo anterior ao 25 de Abril» (que luvas!) e que o único que «tentou conduzir um movimento para a renovação da direita democrática (!) foi, afinal, Lucas Pires» (!!), Prado Coelho continua baralhando os condimentos. E, sobre a social-democracia à portuguesa, embaraça-se, reconhecendo que a social-democracia «integra-se numa tradição de esquerda», enquanto que o PSD lhe parece «condenado definitivamente a ser o grande partido da Direita portuguesa».
Reconheça-se que EPC teve ajudas neste raciocínio. Roseta deu-lhe uma mãozinha.
Mas foi sem ajudas que Coelho conseguiu a receita final, arrematando, para Cavaco: «vamos renovar a Direita democrática!»...

Abóboras e cachuchos

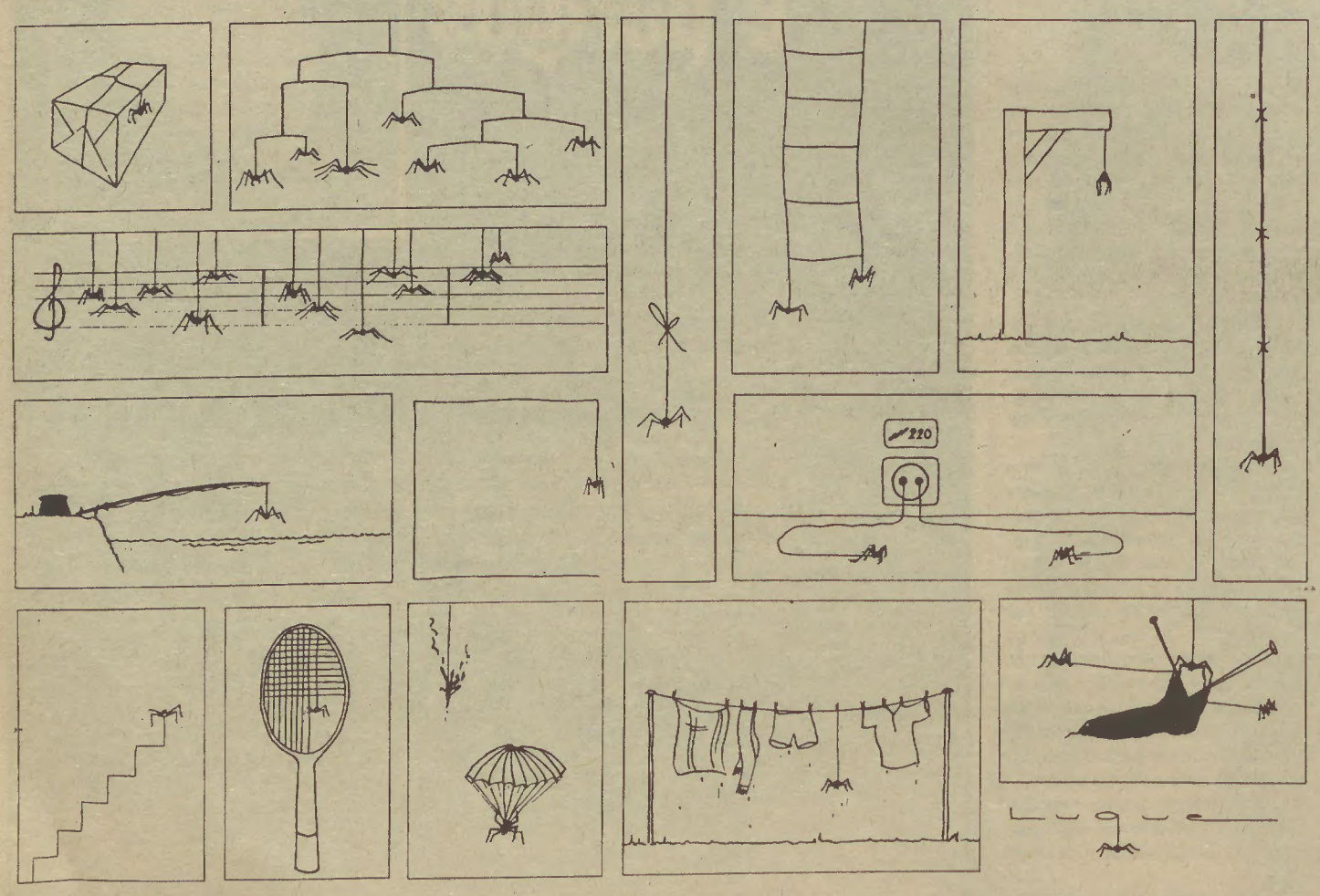
A coluna social do **Semanário** informa sob o sugestivo título de «Infantes da Câmara continuam a casar» que um sr. Jorge com o referido apelido se consorciou e que «a noiva estava amorosa com um vestido da Boutique Jaib».
A coisa prosseguiu depois com um jantar «feito pelos manos Mayers e por Janico Infante da Câmara, irmão do noivo».
Esclareça-se que a papança decorreu «no pátio da casa, tapado com esteiras e decorado com flores e frutos presos com palmitos nas colunas à volta do claustro. A iluminação original, cheia de abóboras com lamparinas dentro.»
Informa o articulista que «Cachucha Castelo Branco estava chiquíssima».
Ignorava-se que os cachuchos albicastrenses constituíssem família.

Suas bestas!

Delicadamente, escreve no torrencial editorial do costume o indizível Nuno Rocha: «A irresponsável e suicida atitude do Parlamento assenta nos interesses dos partidos, mas parte muito do baixo nível mental dos deputados».
É para que saibam.

Os monárquicos ainda mexem

Vieram as eleições legislativas e dos monárquicos não se ouviu falar; passaram as autárquicas e de monárquicos nem sombra; fizeram-se as presidenciais e de monárquicos nem pó... Julgou-se que teriam morrido, abdicado, ou fosse lá o que fosse, mas eis senão quando reapareceram num comunicado para concluir que a República está decadente e que afinal, em Portugal, **reina** a divisão.
Com um rei, claro que a reinação era outra.



LUC AUTRIQUE — Belgic

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Cavaco, que as rédeas tem,
agreste lança a fateixa.
Diz que o governo quer governar bem
e o Parlamento não deixa...

Pois é, Cavaco. Bem disse
um certo antigo zum-zum:
isto de Parlamento é uma chatice
o melhor era não haver nenhum...

II

Reagan, o coboi catita,
da finança em comandita
eis prega, discursa e grita
— onde houver um parasita
«é bom», diz o troglodita,
e por isso enche a marmita
dos bandidos da UNITA:
assim o coboi da fita
. Salazar, é claro, imita...

III

As eleições não foram um acepipe:
ficou transtornada a CIP...
Logo se viu pelo fumo de escape
que também não ficou contente a CAP...

Deu-se ataque brutal de peste e gripe
entre os barões da CIP...

A mesma angústia se destape
do caldeirão da CAP...

Ouve-se a gritaria, o chape-chape,
dos agrários da CAP...

Tudo o que seja raiva participe
dos discursos da CIP...

e ripe que ripe
e achaque que escape
e lá chora a CIP
nos braços da CAP...

IV

Uns tais fascistas que andaram
com o seu Freitas ao colo
de repente dispersaram?
Morreram de desconsolo?

Esses do braço estendido
de caras duras, funérias,
já perderam o sentido?
Foram para longas férias?

Esses que chamavam **chefe**
ao cabeça da vontade
pois esses tais, tefe-tefe,
fugiram da actividade?

Os negros, rijos blusões
da antiga herança nazi,
perderam as ilusões?
Nunca mais voltam aqui?

Ninguém se iluda, ninguém,
ilusões só mal fizeram.
Foram vencidos, está bem,
mas não desapareceram...

Tem a História, na verdade,
uma lição à cabeça:
a razão da **unidade**:
é a nossa força, só essa!

Resiste a seara de trigo
ao vento que a espiga cobra.
Desunidos, cresce o perigo,
unidos, ninguém nos dobra!

Agenda

Avante!
Ano 53 – Série VII
N.º 636
6 de Março de 1986
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

PORTO
Palácio de Cristal
Sábado, dia 8, 14.30

Grande Festa Popular
Exposições
Espectáculo
Feira do Livro e do Disco
Intervenção
de *Álvaro Cunhal*

Quinta 7

• MOSCAVIDE

Plenário das células de empresa da freguesia dos Olivais para discussão das conclusões da reunião do CC e da situação política e social na zona. Com a participação de **José Casanova**, da Comissão Política do CC.

Às 21.30, também com a participação de José Casanova, sessão comemorativa do 65.º aniversário do PCP na Casa da Cultura de Moscavide.

• FIGUEIRA DA FOZ

Jantar-convívio comemorativo. No CT às 19.30

• LISBOA

Debate sobre o Partido, sua história e situação actual, com o camarada **Aurélio Santos**, do CC. Às 21.30, no CT António Serpa.

Às 21.30, convívio no Casalinho.

Sexta 8

• LISBOA

Sessão cultural e de convívio no Centro de Trabalho de Sete Rios. Debate sobre a história do Partido com o camarada **Manuel Pedro**, do CC. Às 21 e 30.

Jantar comemorativo em S. Sebastião.

Encontro promovido pela organização dos Escritórios e Comércio. À noite, no Centro de Trabalho da Duque de Loulé. Convívio em Campolide.

• MARINHA GRANDE

À noite, convívio e baile comemorativo do aniversário do PCP.

• FUNDÃO

Jantar comemorativo, a partir das 20 horas, com a particiação do camarada **José Soeiro**, da Comissão Política do CC.

• MANTEIGAS

Plenário de militantes e entrega dos cartões do Partido 86/87. Às 21 horas, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada **José Paleta**, do CC.

• ALMADA

Jantar comemorativo, a partir das 20 horas, no Centro de Trabalho Alberto Araújo. Participação do camarada **João Bernardino**, do CC.

• SOBRALINHO

Sessão comemorativa com o camarada **Dias Lourenço**, da Comissão Política do CC. Às 21.30.

Convívio, com projecção de filme, no Centro de Trabalho de Arroios.

Almoço-convívio no Beato.

Debate sobre o PCP no Centro de Trabalho dos Gráficos – Largo Trindade Coelho.

Colóquio no Centro de Trabalho de Benfica.

• PAÇO D'ARCOS

Plenário dos militantes da freguesia, inserido nas comemorações do aniversário do Partido. Distribuição dos cartões 86/87.

Sábado 9

• PORTO

Grande Festa Popular comemorativa do 65.º aniversário do PCP. Intervenção do camarada **Álvaro Cunhal**. A partir das 14.30 no Palácio de Cristal.

Jantar comemorativo, integrado na Campanha dos 10 mil contos para um novo Centro de Trabalho no Porto e organizado pela Comissão de Freguesia de Paranhos do PCP.

• LISBOA

Almoço-convívio do sector da Construção Civil da Organização Local de Lisboa. Participação de um camarada do CC. Projecção do filme «O Comunista». Na Voz do Operário, a partir das 13 horas.

Plenário dos militantes do PCP da freguesia da Ameixoeira para discussão das conclusões da reunião do CC e da situação política e social. Às 15 horas, na sede do MDP/CDE na Rua do Lumiar.

No Centro de Trabalho António Serpa, lanche-convívio promovido pela organização da freguesia de Alvalade.

Sessão comemorativa, com passagem de filme, no Centro de Trabalho de Santos.

Sessão, com espectáculo, nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara.

• SACAVÉM

Almoço comemorativo do aniversário do PCP, antecedido de um jogo de futebol de 11 no Campo do Sacavenense.

• MONTEMOR-O-VELHO

Almoço-convívio no refeitório da Câmara Municipal. Participação do camarada **Vasco Paiva**, do CC.

• PÓVOA DE SANTA IRIA

Confraternização comemorativa do aniversário do PCP. Encontro de futebol às 10 horas, almoço com a participação do camarada **Dias Lourenço** às 13 horas. Durante a tarde, convívio com música e projecção de filmes.

• ALCOBAÇA

Sessão comemorativa, às 21.30, com **Dias Lourenço**. Jantar-convívio às 20 horas.

• VILA FRANCA DE XIRA

Convívio no Centro de Trabalho da Castanheira.

• VISEU

Jantar-convívio no Centro de Trabalho, com a participação do camarada **Carlos Fralão**, do CC. Projecção do filme «Cerromaior».

• TAROUCA

Convívio em Ponte Nova, no restaurante 1.º de Maio. Às 15 horas.

• CASTELO BRANCO

Almoço-comemorativo no Centro de Trabalho, às 13 horas, com a participação do camarada **José Soeiro**.

• VILA VELHA DE RÓDÃO

Almoço-convívio com a participação de **José Paleta**, do CC. No Clube Desportivo, Recreativo e Cultural de Porto do Tejo.

Às 13 horas.

• TORTOSENDO

Almoço comemorativo do aniversário do PCP.

• GOUVEIA

Debate sobre o 65.º aniversário do Partido. Com a participação de **Armando Morais**, do CC.

• SEIA

Plenário de militantes, com entrega dos novos cartões, Convívio. No CT, a partir das 15 horas, com a participação do camarada **José Gascão**.

• GUARDA

Plenário com entrega dos novos cartões do Partido. Convívio. No CT, a partir das 15 horas, com a participação do camarada **Domingos Oliveira**, do CC.

• PINHEL

Plenário com entrega de novos cartões 86/87, seguido de convívio. Às 15 horas.

Domingo 10

• LAMEGO

Convívio comemorativo do 65.º aniversário do PCP. Entrega dos novos cartões 86/87. Às 14.30, no Centro de Trabalho.

• RESENDE

Convívio no restaurante «O João»

• LISBOA

Excursão à Marinha Grande, organizada pela 1.ª Zona da OLL/Graça.

Convívio na freguesia de Santo Condestável.

Almoço-convívio organizado pelos camaradas da freguesia de Fátima.

Almoços-convívios também nos Prazeres, Ajuda, Alcântara.

Almoço-convívio organizado pela célula da CDL, no refeitório da empresa (Av. Santos Dumont).

Almoço-convívio promovido pela Comissão de Freguesia do Lumiar, seguido de plenário preparatório da I Assembleia da Organização do PCP da freguesia do Lumiar. A partir das 13 horas, no Centro de Trabalho António Serpa.

• COVILHÃ

Actividades desportisvas, almoço-convívio e sessão com a participação do camarada **José Soeiro**, do CC.

• BUARCOS

Almoço comemorativo. Participa o camarada **Jaime Serra**, da Comissão política do CC.

• COIMBRA

Convívios comemorativos também em **Vila Nova de Poiares, Lousã** e **Ervedal da Beira.**

• GONDOMAR

Almoço comemorativo nas instalações da Escola Preparatória do Monte da Burra. A partir das 12.30.

• MOSCAVIDE

Almoço de confraternização no Centro de Trabalho.

• TORRES VEDRAS

Almoço comemorativo do 65.º aniversário do PCP no Pavilhão da Câmara Municipal no Largo da Feira. Participa um camarada do CC.

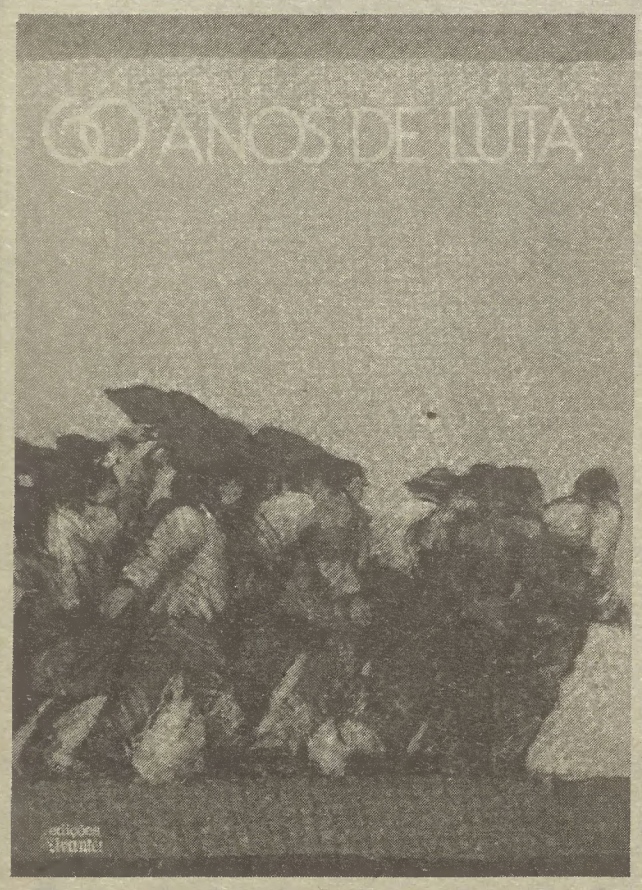
• SANTARÉM

Almoço comemorativo na sala da Assembleia Municipal, a partir das 13 horas. Participa e fará uma intervenção o camarada **José Casanova**, da Comissão Política do CC.

• FARO

Iniciativas comemorativas do 65.º aniversário do PCP em várias localidades do distrito. Almoços-convívios com a participação de camarada do CC em **Vila Real de Santo António, Olhão, S. Brás de Alportel, Albufeira, Silves, Portimão** e **Lagos.**

BROZEK Josef — Checoslováquia — in «Primeira Bienal Internacional da Caricatura» Gabrovo — Bulgária 1973



Uma obra fundamental

edições Avante!

Quando o PCP comemora o seu 65.º aniversário, há um livro, publicado por ocasião do sexagésimo aniversário, que vem imediatamente à memória. Nele se condensam os sessenta anos de luta do PCP e, cinco anos passados, a sua actualidade precisaria apenas de um «acrescento» dando conta da história mais recente dos comunistas, cinco anos de vivas batalhas que se orientam pelos mesmos princípios, se integram na mesma luta ao serviço do povo e da Pátria.

O livro «60 Anos de Luta», que resume o essencial da exposição com o mesmo nome que esteve patente ao público entre 7 e 24 de Maio de 1981 — e que depois correu mundo — continua, pois, actual, e de um interesse histórico acrescentado, pois que não se limita a fazer a história do Partido Comunista Português, mas vai mais longe nas raízes no movimento operário de onde, em 1921, surgiria o PCP.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

60 ANOS DE LUTA

AO SERVIÇO DO POVO E DA PÁTRIA

1921 1981

TV O Programa

Quinta 6

RTP1

12.00 — Sumário
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Jornal da Tarde
13.00 — Telenovela – «Origens», 110.º Epis.
13.35 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Desporto
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
21.15 — Programa da Direcção de Informação
22.15 — Serie – «Sherlock Holmes»
23.10 — 24 Horas
23.23 — Remate.

RTP2

19.30 — Notícias
19.35 — Desenhos Animados
20.00 — Conheça Melhor

20.30 — Série – «Família Vialhe»
21.30 — Notícias
21.35 — Da... Música – «espectro da Dança»
22.55 — Últimas Notícias.

Sexta 7

RTP1

12.00 — Sumário
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Jornal da Tarde
13.00 — Telenovela – «Origens»
13.35 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos – «Animação»
18.45 — País, País
19.15 — Sonetos de Petrarca
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.25 — Boletim Meteorológico
20.35 — Companhia de Dança de Lisboa — Filmado durante um espectáculo realizado no Teatro Maria Matos, o programa inclui os bailados «Missing Persons» (Marc Bogaerts/Ariel Ramirez), «Cocktail para Três» (Rui Horta/Dave Makena, D. Bruebreck e Bennie Goodman) e Johnny and Maybellene («Pratice Sorlero/Chuck Berry, Bruce Springsteen)
21.30 — Teatro – «A Idiota»
23.15 — 24 Horas
23.35 — Remate.

RTP2

19.30 — Notícias
19.40 — Andebol de 7 – Campeonato do Mundo: jogo de apuramento para o 3.º e 4.º lugar
21.25 — Notícias
21.30 — Directo/2
22.30 — Últimas Notícias.

Sábado 8

RTP1

11.30 — Sumário
11.35 — Tempo dos Mais Novos
13.00 — Sumário
13.10 — Tempo dos Mais Novos
14.00 — Sport Billy
14.30 — A Televisão dos Outros
15.25 — Andebol – Final do Campeonato do Mundo (transmissão directa)
17.15 — Série – «Fame»
18.10 — Vamos Musicar
19.10 — Parlamento
19.45 — Totoloto
20.00 — Telejornal
20.50 — Boletim Meteorológico
20.55 — Série – «Rabo de Saia»
22.00 — Aplauso – James Brown e B.B. King num espectáculo gravado no Beverly Theatre da Califórnia
23.00 — Série – «Dinastia»
23.55 — Últimas Notícias
00.05 — Sábado Especial – «Jovanka e as Outras», real. Martin Ritt (EUA/Itália-1960).

RTP2

18.30 — Troféu
20.00 — Folclore
20.30 — Animação – «Jogo de Cotovelos», de Paul Diessen
21.00 — A Forma das Coisas
22.00 — Cristo Parou em Eboli – 1.º Episódio – Série realizada por Francesco Rosi, localizada numa aldeia do Sul de Itália para onde um jovem médico de Turim é desterrado por «actividades subversivas» durante o regime fascista de Mussolini. Com Gian Maria Volonté.

Domingo 9

RTP1

10.30 — Sumário
10.35 — Eucaristia Dominical
11.30 — 70 Vezes 7
12.00 — Tempo dos Mais Novos
13.00 — Sumário
13.10 — TV Rural
13.40 — Tempo dos Mais Novos
15.30 — Sessão da Tarde – «Robinson Cruzoé em Marte»
17.00 — O Novo Mundo Selvagem
17.30 — Clube Amigos Disney
18.55 — Top Disco
19.45 — Como, Quem, Porquê?
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Crónicas de Bem Dizer
21.00 — Série – «George Washington», 5.º Epis.
22.00 — Domingo Desportivo
23.00 — Últimas Notícias.

RTP2

19.30 — Novos Horizontes
20.00 — Adágio
20.30 — Nós Por Cá
21.30 — Teatro para Sempre – «Mephisto» (I Parte), baseado no romance de Klaus Mann. Encenação de Ariane Mnouchkine para o Théatre du Soleil (Paris/1979).

«Companhia de Dança de Lisboa» – *Sexta 7, RTP 1*

Segunda 10

RTP1

12.00 — Sumário
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Jornal da Tarde
13.00 — Telenovela – «Origens»
13.35 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — As Origens e os Costumes – «Vida e Morte do Poveiro»
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.35 — Telenovela – «Corpo a Corpo», 1.º Epis.
21.15 — Concurso 1, 2, 3
23.15 — 24 Horas
23.40 — Remate.

RTP2

19.30 — Notícias
19.37 — Desenhos Animados
20.00 — Madeira, da Lenda à Realidade
20.30 — 2.ª Volta
21.00 — Zoom
21.30 — Notícias
21.35 — Cine-Clube – «Arroz Amargo», de Giuseppe De Santis (Itália/1949)
23.00 — Últimas Notícias.

Terça 11

RTP1

12.00 — Sumário
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Jornal da Tarde
13.00 — Telenovela – «Origens»
13.35 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Jazz para Todos
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.35 — Telenovela – «Corpo a Corpo»
21.15 — Programa da Direcção de Informação
22.15 — Série – «Sem Olhar a Meios», 1.º Epis.
23.15 — 24 Horas
23.35 — Remate.

RTP2

19.30 — Notícias
19.35 — Desenhos Animados
20.00 — Videopólis
20.30 — Falar de Macau
21.00 — Sessão das Nove – «O Ano Passado em Marienbad», de Alain Resnais (França/1961)
23.00 — Últimas Notícias.

Quarta 12

RTP1

12.00 — Sumário
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Jornal da Tarde
13.00 — Telenovela – «Origens»
13.35 — Ciclo Preparatório TV
18.00 — Sumário
18.05 — Tempo dos Mais Novos
18.45 — País, País
19.15 — Telemundo
19.50 — Boletim Meteorológico para a Agricultura
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Vamos Jogar no Totobola
20.40 — Telenovela – «Corpo a Corpo»
21.30 — Noite de Cinema – «O Homem da Mancha», real. Arthur Hiller (EUA/1972)
23.10 — 24 Horas
23.35 — Remate.

RTP2

19.30 — Notícias
19.35 — Desenhos Animados
20.00 — Pare, Escute, Olhe
20.30 — Holocausto Nuclear – II Parte
21.25 — Notícias
21.30 — Foi Êxito na TV
22.30 — Últimas Notícias.

«Rabo de saia» – *Sábado 8, RTP 1*

«Cristo parou em Eboli» – *Sábado 8, RTP 2*

Cinema — A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	África Minha	—	—	★★★	—	—
B	Cotton Club	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
C	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	—
D	História de Piera	—	★★	★	★★	★
E	A Honra dos Padrinhos	★★★★	★★★	★★★★	★★★★	—
F	Máscara	★★★	★★	★★	—	★★★
G	Mishima	★★	★★★	★★★	★★★	—
H	Noites de Lua Cheia	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
I	Regresso ao Futuro	★★	★★	★★	—	★★
J	Silverado	★★★	★★★	★★★	—	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Sidney Pollack – **Alfa/1** (15.15, 18.15, 21.15, 00.15), **Amoreiras/1** (15.15, 18.15, 21.15, 00.15), **S. Jorge/1** (15.00, 18.15, 21.30) – **Lisboa; Foco** (14.15, 16.30, 18.45, 21.30), **S. João** (14.15, 16.30, 18.45, 21.45) – **Porto.**
B — Real. Francis Ford Coppola – **Alfa/2** – 13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45) – **Lisboa.**
C — Real. Sérgio Leone – **Berna** (15.00, 21.00), **Mundial** (15.00, 21.00), **Roma** (15.00, 21.00) – **Lisboa.**
D — Real. Marco Ferreri – **Gemini** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Quarteto/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
E — Real. John Huston — **Londres**, (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**
F — Real. Peter Bogdanovich — **S. Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**
G — Real. Paul Schrader — **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — **Lisboa.**
H — Real. Eric Rohmer – **Estúdio 444** (18.30, 21.30); **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 19, 21.30) – **Lisboa.**
I — Real. Robert Zemeckis – **Alfa/3** (14, 16.30, 19, 21.30, 24), **Amoreiras/2** (14, 16,30, 19, 21.30, 24; **S. Jorge/2** (15.30, 18.30, 21.15) – **Lisboa.**
J — Real. Lawrence Kasdan – **7.ª Arte** (14.45, 17, 19.10, 21.45) – **Lisboa.**

Exposições...

Ana Vidigal, pintura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º, dto. De 2.ª a Sáb/16.00 às 20.00.

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.as, 4.as, 5.as e dom./10 às 17; 6.as e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém (até Maio).

Arte Contemporânea Espanhola, das colecções do Museu Espanhol de Arte Contemporânea — pintura, escultura, gravura, desenho. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (até 23/3).

BD Sobreda-86, V Jornada de Banda Desenhada da Sobreda da Caparica. Até 9/3, Convento dos Capuchos Caparica.

I Bienal de Arte dos Açores e Atlântico. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00.

Brinquedos em lata e madeira do arq. Virgílio Coutinho. Museu Nacional do Traje, Lg. Monteiro-Mor. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00.

Carlos Nogueira, pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.º. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sab. e dom./16.00 às 19.00.

Cartografia Náutica Portuguesa. Centro Cultural das Descobertas (Belém), das 9.00 às 18.30 (até 29/3).

Colectiva «A Nossa Lisboa» — desenho, pintura, serigrafia, azulejo. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª/14.30 às 19.30, sáb. e dom./10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 15/3).

Colectiva, (Manuel Gantes, Rui Chafes, Vítor dos Reis) — «Um Olho de Vidro», pintura. ESBAL, de 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 14/3).

Ernesto de Sousa, Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.º. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb. e dom./15.00 às 19.00 (até 15/3).

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

Francisco Simões, escultura. Gal. S. Mamede, R. da Esc. Politécnica, 167.

Isabel de Sá, pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30, sáb./15.00 às 20.00.

João Victor Costa, pintura. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.30 e 14.30 às 19.00, sáb. só até às 13.00.

Joaquim Baltazar, pintura. Atrium da Casa da Imprensa, R. da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 19/3).

João Viola, pintura. Libris, Lg. Trindade Coelho (até 10/3).

Jorge Martins, pintura. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Curz dos Poiais, 111. De 3.ª a Dom./15.00 às 19.30 (de 7/3 a 7/4).

José Antunes, «Mulheres», fotografia. Varandinha de Alfama, Beco da Corvina, 1.

Maia — «Maia's», cartoons. Gal. Stuart, R. Filipe Folque, 49. Das 17.00 às 24.00 (até 19/3).

Manuel Cargaleiro, Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. De 2.ª a sáb./10.30 às 19.30.

Matilde Marçal, pintura. Galeria de S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb/10.00 às 13.00 (até 15/3).

Moniz Pereira, pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A. Todos os dias, das 19.30 às 24.00 (até 12/3).

Nuno Barreto, «Paisagens Verdes», pintura. Bertrand – Chiado (até 24/3).

Peres de Pinho, pintura. IAM Gal., R. da Misericórdia, 92, 1.º. De 2.ª a Sáb./15.00 às 20.00 (até 14/3).

Pedro Calapez, pintura. Gal. Quadrum, Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira (Alvalade, até 15/3).

Pedro Tudela, pintura («Vulcões e Vulconas»). Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. de 3.ª a sáb./15.00 às 19.00 (até 7/3).

Sá Nogueira, pintura. Gal. Ana Isabel, R. Emenda, 111, 1.º. Das 14.30 às 19.30 (até 20/3).

Sérgio Eloy, fotografia. Atelier 15, R. Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 22.00, sáb./15.00 às 19.00.

Silvestre F. Dacosta, pintura. Sala de Convívio do BNU, R. 1.º de Dezembro, 42, 4.º. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 18.00 (até 14/3).

Alberto Jorge, «Sombras», fotografia. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 23.30, sáb. e dom./15.00 às 19.00 e 21.00 às 23.30, (até 10/3). Cooperativa Árvore, PORTO.

Alda Nobre, pintura. Gal. Eg, Rua do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 20.00. PORTO.

Armando Alves e **João Machado**, obras gráficas, e **I Bienal de Artes Gráficas** do Porto (Grafismo, Cartaz, ilustração de Livro — obras apresentadas a concurso). Museu Nacional Soares dos Reis, Rua D. Manuel II. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 PORTO (até 6/3).

Ema Berta, pintura. Gal. EG, R. do Crasto, 210. PORTO.

Carlos Gordilho, «Desenhos Preparatórios para o Projecto Um Sítio Ambiental». Oficina da Cultura, R. Conde de Ferreira, ALMADA.

Pedro Soares — «Palcodecor», fotografias de teatro. Academia Almadense, R. Capitão Leitão, 64. ALMADA.

Graça Costa Cabral, escultura em pedra. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

João do Carmo, pintura e desenhos. Das 16.30 às 21.00. Gal. Astolfi, Birre Centro, CASCAIS.

Augusto Barros, pintura. Edifício Chiado. COIMBRA.

Arte Popular Ucraniana, até 17/3, Convento de Jesus. Galeria de Exposições Temporárias do Museu de SETÚBAL

Ribeiro Farinha – «Luísa Todi», desenhos. Câmara Municipal de SETÚBAL.

Terras do Demo, comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro. Até 30/3, Museu Grão Vasco. VISEU.

Teatro — O Cartaz

• LISBOA

Casa dos Tabuenses, R. Poiais de S. Bento, 75. De 5.ª a sáb./21.45. **Tutankamon e a sua Rainha**, de Adolfo Gutkin, enc. Isabel Pacheco — Grupo de Teatro Maizum.

Gulbenkian — Sala Polivalente do CAM. De 3.ª a dom./21.00, dom. também às 17.00. **A Hora do Lobo ou a Verdadeira História de AH Q**, de Christopher Hein, enc. José Peixoto — Grupo Teatro da Rainha (até 11/3).

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a Sáb/21.30, sáb. e dom/16.00. **Tchekhov Tchekhova**, texto e enc. François Nocher.

Maria Matos, Av. Frei Manuel Contreiras, 58. De 4.ª a sáb./21.30; sáb. e dom.; 16.00. **Hedda Gabler**, de Ibsen, enc. Carlos Quevedo.

Maria Vitória, Pq. Mayer. **Não Batam Mais no Zezinho**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Nac. D. Maria II — Sala Garrett. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **D. João**, de Molière, enc. Jean-Marie Villégier. **Sala Experimental**, de 3.ª a sáb./21.45, sáb e dom./16.30. **Paixão**, de Eugene O'Neill, enc. Guilherme Filipe.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. 21.30; Dom/16 h. **O Pai**, de August Strindberg, enc. Luís Miguel Cintra e Anne Consigny – Teatro Cornucópia.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, Dom., às 17. **Bodas de Sangue**, de Federico Garcia Lorca, enc. Blanco Gil.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade – De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. também às 16.00. **Um Homem é um Homem – Damião de Góis**, texto e enc. Helder Costa – Grupo A Barraca.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO

Tearto, Casa de Teatro do TEAR, R. do Heroísmo, 86. Sáb. e dom. 17.00 e 22.00. **O Último Baile em Casa do Sr. Cunha**, de Júlio Dinis, adapt. e enc. Castro Guedes.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom./21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca – Seiva Trupe.

Teatro dos Modestos, R. Gonçalo Cristóvão — De 3.ª a sáb/21.30, dom/17.00 e 21.30; **Don Juan** de Zorilha, enc. Moncho Rodrigues — Grupo «Os Comediantes».

TEP — Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 4.ª a sáb/21.30; sáb. e dom/16.00. **Teatro de Cordel**, seis farsas do séc. XVIII, adapt. e enc. Mário Viegas.

• ALMADA

Teatro da Academia Almadense. De 5.ª à dom./21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Menina Júlia**, de August Strindberg, enc. Rogério de Carvalho — Grupo de Campolide/Companhia de Teatro de Almada.

• CASCAIS

Teatro Experimental de Cascais, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3.ª a Sáb/21.45, Dom/17.00. **No Natal a Gente Vem-te Buscar**, texto e enc. Naum Alves de Souza.

• SETÚBAL

TAS – Teatro de Bolso. 6.as e sáb./21.30, dom./16.30. **Jogo de Loucos**, de Michel Viala, enc. Domingos Semedo.

Para crianças

• LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano. Sáb e dom. 11.00. **As Viagens do Ferro-Velho**, texto e enc. Álvaro Faria — Grupo Pequeno Teatro.

Comuna-Sala 1, Praça de Espanha. Sáb e dom/17.00. **Cárie e Bactéria nos Dentinhos do João**, de T. Egner – Grupo Mimo-Dança. **Sala 2**, 6.as e Sáb./21.30, sáb e dom./15.00. **Nós de um Segredo**, sobre textos tradicionais portugueses – Grupo o Bando.

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha. Sáb./16.00, dom./11.00. **Bola de Sabão** – Grupo Os Papa Léguas.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). **Galileu, Contador de Estrelas**, de José Jorge Letria. Sáb. e dom./16.00.

• PORTO

Auditório da Árvore, R. Azevedo de Albuquerque. 6.ª/21.30, sáb./15.30 e 18.00, dom/15.30. **O Palhaço Verde**, de Matilde Rosa Araújo e Alberto Heinemans, enc. Robert Merino – Grupo Art'Imagem.

Tempo — Fim de Semana

Segundo a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no **sábado** o céu estará geralmente muito nublado. Vento fraco. Períodos de chuva, passando a aguaceiros. Ligeira melhoria no **domingo**: céu geralmente pouco nublado e vento fraco a moderado de Norte.

...e ainda — Música, debates, etc.

Música

Temporada Gulbenkian 5.ª, dia 6, 21.30, e 6.ª, dia 7, 18.30 — Concerto pela **Orquestra Gulbenkian**, maestro **Grzegorz Nowak**, violinista **Max Rabinovitsj**: obras de Frank Martin, Samuel Barber e Dvorak — no Grande Auditório.

3.ª, dia 11, 18.30 – Concerto por **Solistas da Orquestra Gulbenkian** (oboé, clarinete, fagote, trompa, piano): obras de Stamitz, Poulenc, Mozart – no Auditório Dois.

S. Carlos

3.ª, dia 11, às 21.30 — recital por **Vasco Barbosa** e **Nella Maissa**. Obras de Prokofiev, Fauré e Brahms.

Jazz no Hot

O grupo irlandês **Four in One** (sax, guitarra, baixo, bateria); dias 6, 7 e 8, às 22.30 e às 0.30.

Ópera

O Rapto do Serralho, de Mozart, em três novas representações: nos dias 6 e 10 às 20.30 e no dia 8 às 16 horas, no Teatro Nacional de S. Carlos. Direcção musical do maestro **Ivo Cruz**, encenação de Denis Kerif, cenografia de Vasco Eloy.

Simone de novo em Portugal

Simone, a artista brasileira que a Festa do «Avante!» deu a conhecer entre nós há seis anos, quando pela primeira vez actuou em Portugal com Chico Buarque, está de novo no nosso país mas desta vez para uma série de actuações comerciais. À sua chegada a Lisboa, Simone falou dessa sua primeira actuação em Portugal que não esqueceu; também os milhares e milhares de pessoas que, em Julho de 1980, descobriram no Alto da Ajuda a sua voz a não esqueceram, lhe enviam um fraterno «bem-vinda»!

Simone dará quatro concertos no Coliseu, em Lisboa, dias 6, 7, 8 e 9 do corrente e dois no Porto, nos próximos dias 12 e 13 de Março. Preços a partir de 850$00.

Cinema

Ciclo «O Musical»

Na Gulbenkian, esta semana, mais alguns filmes notáveis — alguns ainda dos anos 50, a maior parte dos anos 60 e 70. Preço (na Gulbenkian e na Cinemateca): 100$00.

Na Cinemateca:

5.ª, dia 6, 18.30 — **Capas Negras** (1947), de Armando Miranda; 21.30 — **Night an Day** («Fantasia Dourada») (1946), de Michael Curtiz.

6.ª, dia 7, 18.30 — **A História de Glenn Miller** (1954), de Anthony Mann.

2.ª, dia 10, 18.30 — **At Long Last Love** (1975), de P. Bogdanovich.

4.ª, dia 12, 18.30 – **O Prisioneiro do Rock and Roll** (1957), de Richard Thorpe, com Elvis Presley.

Na Gulbenkian:

6.ª, dia 7, 21.30 **O Querido Joey** (1957), de George Sidney, e **Silk Stockings** («Meias de Seda») (1957), de Rouben Mamoulian, com Fred Astaire e Cyd Charisse.

Sáb., dia 8, 15.30 — **Mary Poppins** (1964), de Robert Stevenson; 21.30 **Música no Coração** (1965), de Robert Wise.

Dom. dia 9, 15.30 — **Sweet Charity** («A Rapariga que Queria Ser Amada») (1969) com Shirley MacLaine, e **Cabaret** (1972), com Liza Minnelli — ambos de Bob Fosse; 21.30 — **New York, New York** (1977), de Martin Scorsese, com Liza Minnelli e Robert de Niro.

2.ª, dia 10, 21.30 — **O Vale do Arco Iris** (1968), de Francis Ford Coppola.

3.ª, dia 11, 21.30 — **The Last Waltz** («A Última Valsa») (1978), de Martin Scorsese, com «The Band», Bob Dylan, Neil Young, Van Morrison, Eric Clapton, Neil Diamond, etc.

4.ª, dia 12, 21.30 – **A Febre de Sábado à Noite** (1977), de John Bradham.

8 de Março

Neste 8 de Março, o MDM centra a comemoração do Dia Internacional da Mulher, em **Lisboa**, no Instituto Franco-Português, onde sexta, sábado e domingo decorrerão actos diversos num «Espaço 8 de Março» que nomeadamente engloba uma Exposição de Artes, livraria, venda de artesanato e uma zona denominada Café-Concerto. Nesta, espectáculos, convívios, debates.

Sexta, dia 7, à noite, um jantar-convívio, e um encontro com Manuel Branco, Nuno Gomes dos Santos e Filipe Gomes dos Santos.

No sábado: espectáculo-festa comemorativo do 8 de Março: concerto pelo pianista Franco Angeleri às 16 horas; às 17 horas um espectáculo musical e à noite, às 21.30, uma representação especial de «Tchekov Tchekova» com Fernanda Lapa e Mário Jacques.

No domingo, a partir das 16 horas, debates. Dois temas em destaque: «Mulher, Anos 80 — que Presente» e «As Mulheres e a Comunicação Social – um atraso de vida».

Ainda em Lisboa, outros actos comemorativos em Odivelas, Loures, Tercena. Por todo o distrito, bancas e pequenos actos. De festa e de luta.

Na **Amadora** uma exposição a recomendar: «A realidade da mulher no concelho da Amadora», na Galeria da Câmara Municipal.

No **Porto**, além de muitas outras iniciativas, a sessão no cinema Júlio Dinis anunciada para as 15 horas de domingo sob o lema «Cumprir a lei, transformar a vida» e que inclui um espectáculo com actuações de Samuel, Luísa Basto e João Fernando. Convívios e festas, também no domingo, em Gondomar, S. Pedro da Cova e Ermesinde.

Em **Setúbal**, destaque para a exposição «A Mulher no concelho, ontem e hoje», a inaugurar no sábado, às 10.30, na Escola Secundária de S. Julião.

Variedades & utilidades

Terrorismo e provocação na política da direita (2)

O incêndio do Reichstag

Estava-se no final de 1932, escassos dois meses antes que as chamas reduzissem a cinzas o edifício do parlamento alemão, o Reichstag.
Goebbels, o homem da propaganda do partido nazi, escrevia no seu diário: **«Este ano só nos trouxe revezes... O passado é triste e o futuro apresenta-se sombrio e lúgubre; desapareceram todas as oportunidades e todas as esperanças.**

O incondicional seguidor de Hitler, o homem que passaria à História também ao afirmar que puxava da pistola quando ouvia falar de cultura, tinha razões para este desabafo. Nas eleições gerais de Julho, o partido nazi perdera mais de dois milhões de votos. Dias antes, as eleições locais na Turíngia tinham agravado o quadro: o NSDAP perdia 40% do eleitorado que em Julho ainda conservara.

A situação financeira do partido era de catástrofe: a manutenção das milícias armadas custava rios de dinheiro, os bandos SA que semeavam o terror nas ruas das cidades alemãs exigiam verbas astronómicas em salários pagos a marginais arregimentados, em armas e corrupções várias.

Politicamente, o isolamento dos nazis acentuava-se. Não só as forças democráticas os combatiam, mas também os partidos conservadores se afastavam do terrorismo, do racismo desenfreado. O próprio exército encarava com desconfiança o alastramento das SA.

Dois meses antes da gigantesca provocação do Reichstag, Joseph Goebbels confessava com tais palavras uma constante do terrorismo e da provocação: eles correspondem não a uma situação de força, mas pelo contrário ao enfraquecimento político, à quebra do apoio de massas. São, afinal, não um sintoma de força, mas de fraqueza.

Reforçar o poder terrorista

Mas, no final de Dezembro de 1932, princípios de Janeiro de 33 uma sorte inesperada sorri ao NSDAP. O grande capital monopolista alemão, desiludido com a incapacidade das forças políticas de direita em assegurarem uma governação coesa que barrasse o caminho ao crescente descontentamento popular e ao alargamento da influência do Partido Comunista da Alemanha, resolve definitivamente apostar nos nazis, na sua violência e ausência de escrúpulos.

A aproximação de eleições, em Março, após as de Julho de 32 em que os comunistas haviam passado de 80 para 100 deputados no Reichstag e obtidos 6 060 000 votos, inquietava os banqueiros. Por sua pressão, um acordo entre o direitista von Papen e Hitler leva o velho general Hindenburg, presidente da República, a nomear Hitler chanceler.

Contudo, a subida de Hitler ao cargo fazia-se em condições mais do que precárias: no governo, apenas três ministros eram nazis e a maioria parlamentar era contrária à solução encontrada. Nada garantia, pelo contrário, que nas novas eleições as forças democráticas não registassem novo e substancial avanço e o NSDAP, apesar do terrorismo das SA e da sua frenética propaganda não ficasse reduzido à dimensão de um pequeno partido.

A campanha anticomunista atinge nesses meses de Janeiro e Fevereiro de 1933 o paroxismo. No ministério do Interior, dirigindo as polícias, Hitler contava com um homem-chave do NSDAP, Hermann Goering. A primeira grande provocação desencadeia-se a 20 de Fevereiro, com o assalto à sede do Partido Comunista em Berlim, a Karl Liebknecht Haus. Durante uma semana, a polícia dirigida por Goering ocupa as instalações, expulsa os militantes comunistas: sozinha, «descobre» quatro dias depois «planos revolucionários» que divulga ante o cepticismo generalizado da Alemanha e do mundo.

O fogo

Às 9 horas da noite do dia 27 de Fevereiro, um estudante de teologia que se dirigia para sua casa passando por uma das ruas que ladeiam o Reichstag vislumbra uma figura que escala a parede do edifício, parte um vidro e entra. Corre a chamar um polícia e, durante alguns minutos, ambos tentam descortinar o que se passa.

No interior do gigantesco edifício, vazio e sem luz, rapidamente se começam a ver uma luminosidade vermelha. Contra um vulto que passa entre as janelas, o polícia dispara ainda, dando entretanto o alarme.

Tudo se precipita. Os bombeiros comparecem num tempo recorde, tal como forças policiais. Alertado o guarda permanente, a porta de serviço é aberta, bombeiros e polícias entram. Praticamente, já nada há a fazer: em escassos minutos, uma sólida e vasta construção é pasto das chamas que nenhuma água ou areia são já capazes de extinguir.

O Reichstag está a arder.

Ainda não passara meia hora sobre o alarme do jovem estudante de teologia e entre a multidão encontram-se já os principais responsáveis governamentais do nazismo: Hermann Goering, ministro do Interior e presidente do Reichstag que habitava o palácio inerente a este cargo e vizinho ao parlamento, ali está, Hitler, que jantava em casa de Goebbels, acorre juntamente com este. Estranhamente, nenhum dos altos dignatários nazis presentes tivera nesse dia qualquer compromisso na campanha eleitoral em curso: a agenda de comícios de Hitler assinalava desde há semanas um intervalo entre um comício em Munich a 24 e outro em Leipzig a 28.

Enquanto as labaredas se erguiam, o novo chanceler, na presena de um jornalista amigo, Selfton Delmar, que o narra no dia seguinte no reaccionário «Daily Telegraph», declara: «Ninguém nos impedirá agora de esmagar os comunistas com mão de ferro.»

Entretanto, na sala dos passos perdidos por onde, entre fumo e chamas, os bombeiros tentavam salvar o possível, aparece, vindo não se sabe donde, um homem de rosto alucinado, tronco nu, que se precipita para os braços dos polícias presentes.

Não tenta fugir, limita-se a berrar «protesto, protesto» num alemão macarrónico. Preso e levado para a esquadra mais próxima, é identificado: é um cidadão holandês, tem 24 anos e chama-se Marinus van der Lubbe.

O bolchevismo

Na manhã do dia 28, escassas horas depois, o serviço de imprensa do governo controlado pelos nazis emitia um comunicado: «Este incêndio é o atentado terrorista mais monstruoso do bolchevismo na Alemanha. Nas centenas de quintais de material que a polícia encontrou durante a busca na Karl Liebknecht Haus existiam instruções para o desencadear dum terror comunista à imagem do terror bolchevista. Segundo estas instruções, o Reichstag, os museus, os castelos e as empresas de primeira necessidade deviam ser incendiados. Além disto, foram dadas instruções para durante as desordens e recontros serem colocados à frente dos terroristas as mulheres e crianças, sobretudo as de funcionários da polícia. A descoberta deste material impediu a realização sistemática da revolução bolchevista. Apesar disso, o incêndio do Reichstag devia ser o sinal da rebelião sangrenta e da guerra civil».

O mesmo comunicado informa da prisão de «um pedreiro de 24 anos, van der Lubbe, de Leyde, na Holanda, que era portador de um passaporte holandês legal e declarou ser membro do partido comunista holandês».

Esta prisão não é a única dessa madrugada. Os jornais que aparecem ao meio-dia de 28 de Fevereiro nas bancas de Berlim dão as primeiras notícias de prisões de militantes comunistas incluindo deputados, sindicalistas, militantes sociais-democratas. O número é então desconhecido mas o futuro vem a revelá-lo: 1500 pessoas são encarceradas nessa madrugada — os mandatos de captura estavam preenchidos com a data em branco desde a manhã de 27, dez horas antes de um estudante de teologia alertar um agente da polícia!

O leader do grupo parlamentar comunista no parlamento, Torgler, é procurado ainda os bombeiros se acotovelam no Reichstag em chamas: Goering afirma publicamente que ele é um dos responsáveis.

Nessa mesma madrugada, Hitler impõe assinatura do decreto de excepção para «repressão dos actos de violência contra a segurança do Estado», ao abrigo do qual a vaga repressiva prossegue, sob ameaça de pena de morte.

Nessa mesma madrugada de 27 para 28 são assaltadas as tipografias de Berlim de todos os órgãos socialistas e comunistas e aprrendidas as edições.

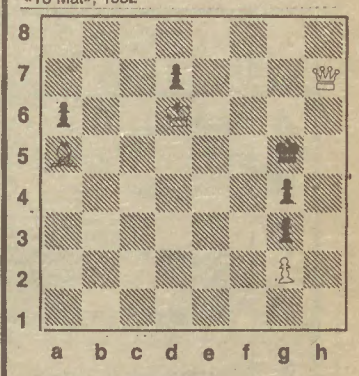
As chamas não haviam ainda cessado nos escombros fumegantes do Reichstag.

(Continua)

Xadrez

XLII — 6 de Março de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 42

Por A. Servais
«To Mat», 1952



Pr. (5): Ps. a6, d7, g3-g4-Rg5

Br. (4): Pg2-Ba5-Dh7-Rd6

Mate em dois lances

JOGO N.º 42

Torneio dos Candidatos
Minsk, 1986 (8.ª Partida)
Br. Sokolov – **Pr.** Vaganian

1. é4, Cf6; **2.** é5, Cd5; **3.** d4, d6; **4.** Cf3, Cç6; **5.** ç4, Cb6; **6.** Bé2, Bb4; **7.** é: d6; ç: d6; **8.** d5, B:f3; **9.** B:f3, Cé5; **10.** Bé2, g6; **11.** Bé3, Bg7; **12.** Bd4, 0-0; **13.** Cç3, Tç8; **14.** b3, é6; **15.** f4, é:d5; **16.** f: é5, d: ç4: **17.** 0-0, d: é5; **18.** B: b6, D: b6+; **19.** Rh1, Tfd8; **20.** Cd5, Dç5; **21.** b:ç4, b5; **22.** Tç1, Bh6; **23.** Bg4, B:ç1; **24.** B:ç8, Bg5; **25.** Df3, Tf8; **26.** Bb7, b:ç4; **27.** Dg3, f6; **28.** h4, Bd2; **29.** T:f6, T:f6; **30.** C:f6+, Rg7; **31.** Cé4, Dé1; **32.** D:é3, B:é3; **33.** Bd5, ç3; **34.** Bb3, Bd2; **35.** Rg1 e as Pr. abandonam (Para uma melhor compreensão desta partida é conveniente saber que Sokolov ganhava por 5-2, bastando-lhe o empate para se qualificar!).

SOLUÇÃO DO N.º 42

Chave: **1.** Df7! Bloqueio!
1. ..., Rh6; **2.** Bd2 mate
1. ..., Rh4; **2.** Bd8 mate
Nota: Na Proposição n.º 41 em **a4** deveria estar Peão Branco! As nossas desculpas!

A. de M. M.

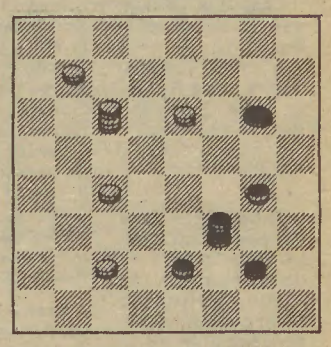
Damas

XLII — 6 de Março de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 42

Por Jacinto Joaquim (Tomar)
«Matuto», n.º 25 de 29.IX.1951

Pr. 5-6(10)-13-21



Br. 7-15-22-(23)-28
Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 42

Pré-Nacional, Odivelas 5.III.83

Br. António Peru – **Pr.** José Pereira
(2.º Jogo)

1. 12-16, 21-18; **2.** 10-14, 25-21; **3.** 5-10, 22-19; **4.** 8-12, 24-20; **5.** 10-13, 19-10; **6.** 13--22, 26-19 **7.** 6-13, 20-15; **8.** 11-20, 28-24; **9.** 13-18, 24-8; **10.** 18-25, 32-28; **11.** 9-13, 19--14; **12.** 2-6, 23-19; **13.** 13-17, 28-23; **14.** 17--21, 27-22; **15.** 6-10, 14-5; **16.** 1-10, 22-18; **17.** 7-11, 31-28 **18.** 3-7, 30-26; **19.** 21-30=D, 28-24 **20.** 30-20, 24-6; **21.** 16-20, 6-3=D; **22.** 20-24, 3-16; **23.** 24-28, 16-3; **24.** 28-31, 3-13; **25.** 31-22, 19-14; **26.** 22-19, 13-10; **27.** 19-22, 10-13; **28.** 22-12, 14-10; **29.** 12-26, 29-22; **30.** 25-29=D, 18-14; **31.** 29-19, 13-31; **32.** 19-23, 31-24; **33.** 23-19, 24-11; **34.** 19-28, 11-15; **35.** 28-23, 15-19; **36.** 23-16, 10-6; **37.** 4-7, 6-2 e as pretas ganham.

GOLPE N.º 42
De Jacopucci, Séc. XVIII

1. 10-14, 23-19; **2.** 14-23, 28-19; **3.** 5-10, 32-28; **4.** 1-5, 28-23; **5.** 11-14, 21-18; **6.** 14--21, 25-18; **7.** 10-13, 18-14; **8.** 13-18, 22-13; **9.** 9-18, 26-22 Perdente!
J. Br. G.
(**Br.** 2-3-4-5-6-7-8-12-18 **Pr.** 14-19-22-23-24--27-29-30-31+).

SOLUÇÃO N.º 42

N.º 42 (J. J.): 23-20 e 15-19, 32-4; 20-25 e 25-29+

Golpe 42 (J.): 10. 12-15 as pretas «comem» e as brancas farão **Dama** em 32 após 6-10!

Nota: Na solução do n.º 41 (27.II.86) indicámos: ..., 9-6 (qualidade), quando deveria ser: quantidade!!

A. de M. M.